

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



**INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

**O SÍTIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PONTAL:  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PERSPECTIVAS DE VALORIZAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL-TO.**

**ANTONIA CUSTÓDIA PEDREIRA**

**Orientadora: Dr<sup>a</sup> Márcia Bezerra de Almeida**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural**

**Área de Concentração: Arqueologia**

**GOIÂNIA, junho de 2005**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**



**INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

**O SÍTIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PONTAL:  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PERSPECTIVAS DE VALORIZAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL-TO.**

**ANTONIA CUSTÓDIA PEDREIRA**

**Orientadora: Dr<sup>a</sup> Márcia Bezerra de Almeida**

**Dissertação de Mestrado**

**Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural**

**Área de Concentração: Arqueologia**

**GOIÂNIA, junho de 2005**

ANTONIA CUSTÓDIA PEDREIRA

**O SÍTIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PONTAL:  
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PERSPECTIVAS DE VALORIZAÇÃO DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL-TO.**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Márcia Bezerra de Almeida - UCG  
Orientadora

---

Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho – UCG  
Examinador

---

Prof. Dr. Ondemar Ferreira Dias Júnior – UFRJ  
Examinador

A tarefa da preservação do patrimônio cultural brasileiro, ao invés de ser uma tarefa de cuidar do passado é essencialmente uma tarefa de refletir sobre o futuro.

Aloísio Magalhães

Dedico,

À minha mãe Olgamir Ribeiro, a meu pai, Alberto Pedreira (in memorian), a meu companheiro Marcos Zimmermann, aos meus filhos Roberto e Nathalia e a toda minha família, pelo apoio e por ser o sustentáculo de que necessito.

Agradeço,

Ao meu Deus pelo Dom da vida, por sua presença continua e por ter dado-me saúde e condições para concluir este curso;

Aos meus professores deste mestrado, Dr. Roque Laraia, Dr. Klaas Woortmann, Dr. Emílio Fogaça, Dr<sup>a</sup> Eliane Lopes, Dr<sup>a</sup> Heliane Prudente, Dr. Júlio Rubin, Dr<sup>a</sup> Maurides Oliveira, Dr<sup>a</sup> Albertina, Dr<sup>a</sup> Marlene, Ms. Célia Corsino, pelo brilhante trabalho que desenvolvem, em especial ao Dr. Manuel Ferreira Lima Filho, coordenador do mestrado, pelo apoio e incentivo dado e a prezada Dr<sup>a</sup> Márcia Bezerra pela competência e sua importante tarefa como orientadora na elaboração deste trabalho;

Aos colegas do curso de mestrado pelo compartilhar neste processo de aprendizagem, em especial a querida amiga Rosângela Perotti pelo grande apoio;

A Antonia Maria Simiema e Maria Francinete Soares pela amizade, companheirismo e luta que empreendemos juntas;

Ao Pro-Reitor de Ensino da Fundação Universidade do Tocantins, Humberto Luis Falcão Coelho pelo apoio;

Aos professores de Porto Nacional pelas informações e pela confiança depositada;

E a seguintes pessoas que deram sua contribuição para elaboração deste trabalho:

Antonio Aires, pela confecção dos mapas; Sérgio Dias da Silva, pela versão do resumo para a língua Inglesa e Rafael Carilo Vivas, pela ajuda na diagramação.

A todos, o meu muito obrigada.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I</b>	
<b>1.1-O Patrimônio Cultural Brasileiro: conceitos e legislação</b>	<b>13</b>
<b>1.2-Políticas de Proteção ao Patrimônio Pré-Histórico e Histórico de Pontal</b>	<b>21</b>
<b>Capítulo II</b>	
<b>2.1-Arqueologia e Ocupação para entender a importância dos vestígios de Pontal</b>	<b>25</b>
<b>2.2-A Colonização Territorial para compreender o surgimento de Pontal</b>	<b>30</b>
<b>2.3-Os Núcleos de Povoamento no Período da Mineração</b>	<b>37</b>
<b>2.4-Reflexões Acerca da Colonização Regional</b>	<b>40</b>
<b>2.5-Pontal e Suas Inter-Relações no Contexto Histórico Cultural de Porto Nacional</b>	<b>44</b>
<b>2.6-A Situação do Sítio Arqueológico e Histórico de Pontal, Hoje</b>	<b>53</b>
<b>2.7-Reflexões para visibilizar Pontal como Patrimônio Cultural</b>	<b>59</b>
<b>2.8-(Re)pensando a Identidade e as Dimensões Culturais de Porto Nacional</b>	<b>64</b>
<b>Capítulo III</b>	
<b>3.1-Educação e Escola na proposta de Preservar o Patrimônio Cultural</b>	<b>73</b>
<b>3.2-Educação Escolar e a Formação do Aluno com vista a Preservação do P. Cultural</b>	<b>79</b>
<b>3.3-Aplicação da Educação Patrimonial para Valorização do Patrimônio Cultural</b>	<b>82</b>
<b>3.4-Preservar o P. Cultural de P. Nacional pela inserção da Educação Patrimonial no Ensino Fundamental</b>	<b>87</b>
<b>3.5-O Professor na Formação de Valores ao Patrimônio Cultural de Porto Nacional</b>	<b>90</b>
<b>3.6-Diversidade Cultural Brasileira e os PCNs: Propostas para Requalificação do Patrimônio Cultural de Porto Nacional</b>	<b>96</b>
<b>Capítulo IV</b>	
<b>4.1- Considerações Finais</b>	<b>105</b>
<b>V- Referências Bibliográficas</b>	<b>111</b>
<b>VI- Anexos</b>	<b>119</b>

## **LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Mapa de localização das ruínas do Arraial Bom Jesus do Pontal no Município de Porto Nacional	43
FOTO 1 – Instrumento lítico (machado) encontrado em Pontal	28
FOTO 2 – A paisagem atual de Pontal	44
FOTO 3 – Vestígios Culturais de Pontal – Muro de Pedras	46
FOTO 4 – Muros de Pedras dividindo os espaços das antigas moradias	54
FOTO 5 – Alinhamento de Muros de Pedras	55
FOTO 6 – Degradação do Ambiente das Estruturas Culturais	57
FIGURA 2 – Mapa de Localização do Centro Histórico de Porto Nacional	63
FOTO 7 – Rua da Cadeia “Prédio da Primeira Prefeitura”	64
FOTO 8 – Seminário São José dos Padres de Porto Nacional	65
FOTO 9 – Interior do Caetanato “Antigo Colégio das Irmãs Dominicanas”	66
FOTO 10 – Casarão da Família de D. Custódia Pedreira	68
FOTO 11 – Fachada da casa do Sr. Laudemiro Gomes	68
FOTO 12 - Catedral de Nossa Senhora das Mercês	72

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NUTA – Núcleo Tocantinense de Arqueologia

UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Base

IAB – Instituto de Arqueologia Brasileiro

UFT – Universidade Federal do Tocantins

SPHAN – Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CENOG – Casa do Estudante do Norte Goiano

CONORTE – Comissão de Estudo do Norte Goiano

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

UCG – Universidade Católica de Goiás

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## RESUMO

O presente trabalho é o resultado das reflexões que temos feito de como é abordado o Patrimônio Cultural, do município de Porto Nacional pelas escolas de ensino fundamental. Objetiva, a partir da análise discursiva sobre elementos da realidade histórico-cultural, despertar o interesse de professores e alunos pela questão. Além disso, procura introduzir e reforçar, no contexto da comunidade escolar, a importância da Educação Patrimonial através da construção de novos elementos e de novas práticas, na perspectiva da valorização e da preservação do sítio arqueológico e histórico de Pontal e todo Patrimônio Cultural de Porto Nacional.

## ABSTRACT

The present work dealt on reflections that we have done on how the Cultural Patrimony of Porto Nacional municipality is approached in elementary schools. Through discursive analysis of elements from the historical/cultural reality, it aims the stimulation of this discussion by both teachers and students. Besides, intends to introduce and reinforce, on scholar community, the importance of patrimonial education through the construction of new elements and practices, on the perspective of the valorization and preservation of the archeo-historical site of Pontal as well as the Cultural Patrimony of Porto Nacional as a whole.

## INTRODUÇÃO

Hoje assistimos, em vários lugares, uma preocupação crescente frente à destruição ou descaracterização do Patrimônio Cultural. Tais questões passaram a ser percebidas e discutidas por algumas categorias e dessa forma, têm penetrado no seio da sociedade.

Ultimamente, sabe-se que a perda do “Patrimônio Cultural” coloca em jogo a memória sobre os grupos humanos pretéritos. Esta conscientização vem produzindo, ao longo dos últimos anos, diversos trabalhos acadêmicos e projetos científicos, que no rastro das preocupações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vêm criando condições para o surgimento e o desenvolvimento de ações voltadas à preservação dos “bens patrimoniais”.

Ao longo da nossa carreira de magistério, como professora de Geografia e como pesquisadora no Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Fundação Universidade do Tocantins, na área de Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico Cultural e Paisagístico, desenvolvendo trabalhos junto às pesquisas arqueológicas no Estado do Tocantins, e mais recentemente, com a conclusão das disciplinas do mestrado, que nos forneceu maior base conceitual, temos feito várias reflexões tentando dinamizar o diálogo em torno da situação de perdas e de depredação do Patrimônio Cultural no Tocantins.

A partir disso e com base na nossa vivência, levando em conta que a prática do educador e do educando necessita ser redimensionada e reconstruída em sua interseção, com o ambiente externo a sala de aula, e principalmente pela situação de abandono em que se encontra o Sítio Arqueológico e Histórico de Pontal um componente do Patrimônio Cultural de Porto Nacional, escolhemos este tema, partindo do pressuposto de que a avaliação crítica é por excelência o motor da atividade de produção do conhecimento e de novas posturas.

Desta forma, pela necessidade do debate acerca do Patrimônio Cultural de Porto Nacional, tecemos aqui algumas considerações críticas, com vista a promover a Educação Patrimonial no contexto das escolas de ensino fundamental desta cidade, este trabalho representa, então, o resultado de uma abordagem reflexiva, sobretudo, porque

percebemos a ausência do papel dinamizador que a educação escolar deveria empreender em prol desta questão.

Assim, para dar conta das peculiaridades existentes no conjunto do patrimônio histórico – cultural de Porto Nacional, pontuamos, aqui, algumas construções relevantes, apoiadas nas referências bibliográficas e em nossas observações, o que possibilitou o ordenamento das idéias, quando da verificação da situação de alguns bens representativos do patrimônio cultural desta referida localidade.

Ressaltamos que não é nossa intenção, avançar nas discussões teóricas sobre à história de Pontal, nem tampouco investigar seus vestígios arqueológicos, mas, essencialmente, a partir do seu estágio de depredação e abandono, empreender reflexões críticas no sentido de documentar a necessidade de preservar este sítio que é parte do patrimônio de Porto Nacional, e buscar formas de melhor gestar tal questão. Temos como meta principal promover a Educação Patrimonial no âmbito das escolas de ensino fundamental e sob esse desafio, é que defendemos a necessidade de uma avaliação crítica sobre a educação formal e sua prática para, assim, instigar e incentivar a participação do educador e do educando das escolas de ensino fundamental, a repensarem as graves e urgentes questões que tange a situação negligente do Patrimônio Cultural de Porto Nacional.

A dissertação está dividida em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, abordamos o conceito de Patrimônio Cultural, fazendo uma releitura das políticas de proteção que consagram a salvaguarda de sítios pré-históricos e históricos no Brasil, de modo a consubstanciar a discussão acerca da importância de preservar o Sítio Arqueológico e Histórico de Pontal como Patrimônio Cultural de Porto Nacional.

No segundo capítulo, contemplamos alguns aspectos da colonização de Goiás e, por conseguinte, do Tocantins, traçando um panorama da historiografia da ocupação do território e da formação dos pólos de povoamento da região nos primeiros tempos de sua ocupação, com o objetivo de compreender o processo cultural que deu origem ao arraial de Bom Jesus do Pontal e, conseqüentemente, contextualizá-lo como Patrimônio Histórico - Cultural de Porto Nacional. Ainda neste capítulo (re)elaboramos algumas considerações a partir da historicidade sobre o arraial de Bom Jesus do Pontal, e

do valor estético e histórico das ruínas, presentes na paisagem rural desta localidade, para compreendê-la enquanto “campo de representações” e enquanto produto de uma história sócio/cultural remanescente do período colonial, sem contudo, fazer distinção do patrimônio existente no centro da cidade de Porto Nacional.

No terceiro capítulo, consideramos, inicialmente, o processo da formação cultural dos cidadãos, indivíduos, e a partir da complexidade Educação, Escola e Patrimônio Cultural, tecemos algumas reflexões acerca do processo de ensino-aprendizagem constituído pelo sistema escolar brasileiro. Nesta prerrogativa, abordamos sobre a função sócio-pedagógica da escola, enfocando o papel do professor como sujeito cultural e como agente do processo educativo, fazendo uma breve ressalva as novas tendências da educação escolar assentadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ressaltamos que não temos por intenção aqui, realizar uma análise sobre as reformas educacionais, o que foge ao escopo de nosso trabalho, mas intencionalmente, pontuar a inclusão do tema da diversidade cultural brasileira, referendado nos PCNs.

No quarto capítulo, apresentamos as considerações finais, cabíveis à realidade dos professores de Porto Nacional, e, centradas na proposta da adoção da Educação Patrimonial, finalizamos nosso trabalho, apontando algumas linhas de ações que sublinham a importância da educação formal no quadro das questões sócio-culturais e nas políticas do Patrimônio e da Memória de Porto Nacional.

A utilização de questionários aplicados a um grupo de trinta e quatro professores da rede de ensino fundamental, somada as entrevistas realizadas com mais quinze professores, a conversa informal com alunos e a nossa vivência de educadores, permitiram a fundamentação de várias questões tratadas ao longo da dissertação, e ainda contribuíram para o surgimento de novas indagações. Assim sendo, em face da lamentável escassez bibliográfica e na impossibilidade de realizar uma pesquisa arqueológica, neste trabalho, limitar-nos-emos a focalizar o sítio arqueológico e histórico de Pontal como o mais remoto embrião de Porto Nacional, tendo por objetivo central promover este sítio enquanto herança cultural deixada pelos antepassados dos portugueses e defendermos a idéia de que a escola pode vir a ser hoje um instrumento decisivo na reafirmação das identidades e no fortalecimento do “respeito” ao Patrimônio Cultural.

## CAPITULO I

### 1.1 - O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: CONCEITOS E LEGISLAÇÃO.

“Quando falamos em patrimônio, pensamos logo em bens, em objetos de valor. Pensamos em coisas que vão sendo construídas e acumuladas no decorrer do tempo, ao longo da existência... Coisas que podem ter valor econômico, mas, também, valor simbólico. Se formos buscar informação num dicionário, ele nos dirá que patrimônio está relacionado à herança paterna – e, neste sentido, também tem a ver com pátria – e que pode se referir a um complexo de bens, materiais ou não, a direitos e posses” (IPHAN, 1994: 1).

Pela citação acima, a palavra patrimônio dar idéia a grande complexidade cultural. Originalmente este termo esteve ligado à concepção de herança familiar, aos bens materiais repassados de pais para filhos. Mas, para entender a idéia de preservação do Patrimônio Cultural brasileiro e localizá-la historicamente, é preciso rever de início a própria concepção de patrimônio, que nasceu sob a lógica de garantir a herança dos nossos antepassados.

É preciso compreender a formação de um modelo de preservação conduzido como política do Estado, que surgiu durante a Revolução Francesa e se tornou consistente, na própria França, sessenta anos após a queda da Bastilha. Este é o modelo pelo qual se estruturou a política de preservação federal no Brasil na terceira década do século XX.

É possível dizer que a política de preservação na França surgiu de razões práticas, tendo em vista a destruição e a depredação dos bens – da coroa, da Igreja e dos emigrados, com a extinção da monarquia. Em 1794 são tomadas as primeiras medidas para deter o “vandalismo”. Para isso é, em contrapartida, inventado o conceito de *patrimônio nacional*, como bem caracteriza o texto abaixo:

“Se as destruições e reutilizações inadequadas não cessam (abadias transformadas em manufaturas têxteis, de porcelana, de papéis), é, em contrapartida, inventado e forjado o conceito de patrimônio nacional. ... os descendentes são herdeiros do pai, cujos bens materiais constituem o patrimônio. E ao conjunto de bens, legado ou patrimônio herdado do

pai, acrescentou-se o qualitativo de nacional. Ou seja, os cidadãos, com a Revolução Francesa, eram livres e iguais perante a lei (Liberdade/Igualdade), e, nascidos no país, são todos irmãos (Fraternidade) e herdeiros do mesmo pai, o Estado Nacional” (CAMARGO, 2002: 20-21).

Nesta concepção, a partir do conceito de patrimônio nacional, as obras e os monumentos deveriam exprimir e testemunhar o povo francês através dos tempos. Os monumentos seriam à materialização da identidade nacional e, por meio deles, os cidadãos se reconheceriam como franceses. Não é necessário acrescentar que a idéia assim estruturada foi exportada para os países que adotaram o modelo do patrimônio nacional francês, embora o tenham adaptado às suas próprias realidades históricas. Este se tornou também o modelo para a constituição do patrimônio nacional brasileiro, nascido sob a imagem de formação da nação.

Assim, de forma semelhante e no conjunto dos esforços realizados, em especial o dos intelectuais modernos, de conhecer, compreender e recriar o Brasil, foi que se desenvolveu a idéia de proteção ao Patrimônio brasileiro. Ela se efetivou no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) que, ao consagrar, pelo Decreto nº 22. 928, de 12 de julho de 1933, Ouro Preto como “monumento nacional”, demonstraram conhecer o potencial simbólico dos bens culturais da nação.

No Brasil, desde início do século XIX vivia-se um espírito de criação de patrimônios, lançava-se o desafio de registrá-los, na busca de um reconhecimento da identidade nacional, fazendo da preservação do patrimônio a chave para uma utopia de brasilidade.

“A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política” (FUNARI & PINSKY, 2003: 16).

Em outras palavras, o conjunto dos Bens Históricos passou a ser, então, uma categoria social e política, na tentativa de construir a identidade nacional. A nação, assim como seu “passado” e sua cultura entram como parte integrante do discurso político, legitima-se algumas práticas de colecionamento, restauração e proteção aos “patrimônios culturais” representativos de categorias e de grupos sociais diversos no território brasileiro.

A primeira determinação existente de preservação do patrimônio brasileiro foi instituída em 30 de novembro de 1937, quando o Presidente Vargas assinou o Decreto – lei nº 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e trata de sua preservação “como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciado pela indústria humana” (IPHAN, 1994:10). Teve por base um anteprojeto de Mário de Andrade, criando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro órgão executivo da administração pública federal, dedicado à preservação do patrimônio cultural da nação. O SPHAN era um órgão com características muito peculiares, pois elaborava a política de preservação, criava o instrumento do tombamento e executava a fiscalização dos bens salvaguardados. É hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A direção do SPHAN foi entregue em 1937, pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, a Rodrigo Melo Franco de Andrade (jornalista e advogado mineiro) e esteve vinculada às idéias de alguns intelectuais, entre os quais Mário de Andrade, que havia elaborado no ano de 1936, como já foi dito um anteprojeto de lei voltado para a preservação do patrimônio cultural e histórico nacional, com o qual pretendia preservar para o Brasil todo o conjunto de manifestações culturais e artísticas espalhadas pelo território nacional.

Frise-se, porém, que no período anterior a 1930 existe uma política de Estado nacionalista. Já a fase anterior a 1930, especialmente no que se refere ao movimento modernista, seria a fase de agitação, enquanto a fase de consolidação se iniciaria apenas em 1937.

Ademais, podemos identificar nas narrativas de proteção e de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro momentos distintos. O primeiro na gestão de Rodrigo

Melo Franco de Andrade, de 1937 até os anos de 1969, quando de sua morte, com ênfase no debate sobre o nacionalismo e os marcos fundadores da nação, quando os bens patrimoniais passam a serem incorporados como repertórios representativos da sociedade brasileira; o segundo período entre 1969 e 1979, tempo em que a direção esteve a cargo de Renato Soeiro, mas que não foi marcada por grandes mudanças significativas em termos da política oficial de patrimônio; e um terceiro momento, a partir de 1979, na gestão de Aloísio Magalhães, que procurou enfatizar a noção antropológica de cultura, procurando integrar o patrimônio histórico edificado à diversidade das manifestações da cultura popular. Segundo a visão de Magalhães, os “bens culturais” são usados no processo de identificação de um caráter nacional brasileiro, definido não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória norteada pelo futuro.

O Artigo 1º do Decreto-lei de nº 25, de 1937, define o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como: “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Dessa forma, podemos constatar que no Brasil desde a década de 1930, foram formuladas e implantadas políticas oficiais de Patrimônio Cultural.

Até a década de 1960, no entanto, poucas leis aprovadas no Brasil tratavam da preservação de bens culturais arqueológicos. Como exceção pode citar a Lei 3 924 de 26/07/1961, que dispõe sobre a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos. Esta Lei significou um avanço de concepção teórica e de instrumentais técnicos para lidar com esse novo tipo de bem cultural. Pois, na verdade, o Decreto-Lei nº 25, de 1937, já previa através do tombamento a Arqueologia dentro da perspectiva de preservação, o que acabava também, sendo às vezes contraditória, ou seja, entre o Tombamento de sítios arqueológicos e o método da escavação arqueológica que ao destruí o sítio para o levantamento de informações e gerar o conhecimento, se contrapõe à proposta do instrumento “Tombamento” que significa conservar a forma. Torna-se, então o Tombamento, mais apropriado para os bens chamados de “pedra e cal”.

A partir da década de 1960, e principalmente na década de 1980 o número de práticas preservacionistas aumentou refletindo o crescimento da preocupação da sociedade com o Patrimônio Cultural, sem que, contudo, se ampliassem às formas legais de proteção adotadas. O tombamento continua a ser a forma predominante, embora, muitas vezes, não atenda a dinâmica necessária à manutenção do ambiente, em especial nas áreas urbanas.

A Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988: 141) estabeleceu que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, nas quais se incluem as culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Nesta nova redação, a Constituição do Brasil dispõe de um conceito mais abrangente, restabelecendo no quadro das preocupações de preservação também a memória popular.

Assim sendo, atualmente, “o Patrimônio Cultural é constituído de **bens culturais**, que são a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual, material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural”, (ATAÍDES, MACHADO & SOUZA, 1997: 11). Nesta concepção, o Patrimônio Cultural são as formas de vida dos grupos sociais, compreendendo também todas as suas práticas culturais passíveis de serem registradas.

No entanto, o crescimento da importância dada pelo poder público ao patrimônio fundamenta-se no reconhecimento de seu valor cultural, mas, além disso, de sua potencialidade como mercadoria de consumo cultural. Paralelamente, uma parte da sociedade passa a valorizá-lo como fator de manutenção da qualidade do seu meio ambiente. Essa perspectiva resultou dos movimentos ecológicos de meados de 1970, a partir dos quais a natureza passou a ser tratada como ambiente que congregava dois vetores: as condições naturais e a memória da sociedade. No final desta mesma década, verificou-se a valorização do Patrimônio Cultural como um fator de memória das sociedades.

Na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris, adotou, em 16 de novembro de 1972, a

Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Porém, a preservação e a conservação, propriamente ditas, no Brasil, vão se materializar na resolução CONAMA nº 001/86 de 23 de janeiro de 1986, baseada, como já foi dito, na lei francesa (Loi relative à la protection de la nature), que determinou como modalidades, nos estudos de impacto ambiental, o estudo do Patrimônio Cultural nas áreas impactadas pelas obras de engenharia, neste estudo se inserem a salvaguarda das condições de vida, da economia, dos bens patrimoniais e das manifestações culturais da sociedade ocupante.

Em suma, os instrumentos de proteção ao Patrimônio Cultural brasileiro estiveram presentes nas Constituições de 1934, 1937, 1946, 1967, na emenda Constitucional de 64 e na Constituição de 1988, que ampliam o conceito de Patrimônio Cultural no âmbito dos debates e das ações governamentais, numa perspectiva dinâmica que resultou, em 04 de agosto de 2000, no Decreto 3.551, assinado pelo então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O mesmo decreto criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, cujo programa prevê o inventário das manifestações de caráter tradicional e popular por todo o território brasileiro, denominado Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Nesta prerrogativa, às vezes o conceito de patrimônio resulta, da seleção de certos elementos, alguns evocados como algo que recorda, lembra, marca; enquanto outros são passíveis de esquecimento e destruição. No entanto, o Patrimônio Cultural sempre teve a ver com identidade, com valores e com a memória das pessoas. Portanto, o Patrimônio Cultural só pode ser entendido como um conjunto de símbolos e esses símbolos precisam ser valorizados, para assim, serem assegurados. A preservação, a classificação ou o tombamento de objetos móveis e imóveis decorre do significado simbólico e do valor que as pessoas atribuem a eles.

Nos últimos anos a finalidade do patrimônio, originalmente tida como a de representar o passado das nações, multiplicou-se a partir de dois pontos de vista (muitas vezes tomados como antagônicos), de um lado, um grupo que pretende a valorização dos bens como mercadorias culturais e do outro, parcela significativa, que o vê como um fator de memória dos indivíduos e dos grupos sociais.

Infelizmente, apesar de toda importância, é certo que muitas vezes, a hierarquização de valores ou atribuição de significados que são dados aos bens tangíveis e intangíveis, pode servir as características de uma verdadeira ideologia e pode ser um instrumento para toda uma categoria de interesses políticos e sociais, no sentido de santificar a violência de uma classe sobre a outra, vigente desde colonização, ou para camuflar a depredação que tem sofrido o Patrimônio Cultural da nação ao longo das gerações.

Sabemos que, o valor atribuído ao patrimônio brasileiro é dado em alguns casos pela sua importância econômica, pelos benefícios/lucros que dele se pode obter. Algumas políticas ao preconizar a preservação de determinado “bem” podem estar visando apenas o lucro que pela sua utilização ou pela sua contemplação pode vim obter. Mas, ao mesmo tempo, diante de tantas perdas, novas concepções têm sido formuladas e muitas políticas de conservação e de preservação têm servido para aprimorar os conhecimentos, ajudando na tomada de novas posturas políticas e culturais. Porém, no Estado do Tocantins, precisamente na cidade de Porto Nacional, objeto do nosso estudo, percebe-se que essas políticas têm sido incipientes e devem ser trabalhadas bem mais, para que o povo entenda que, o Patrimônio Cultural não se limita a recortes teóricos fechados e não contém uma especificidade isolada da vida das sociedades, das culturas, dos singulares indivíduos. Para que todos entendam que o Patrimônio Cultural não é desconectado da estreita correlação com as nossas práticas culturais, políticas e ou educativas passadas e presentes.

Nesta perspectiva, nosso trabalho pretende promover o entendimento de que, a importância de preservar o Patrimônio Cultural, seja ele de caráter material ou imaterial, consiste na necessidade que o ser humano tem em identificar os laços identitários e de restabelecer novamente, dentro das circunstâncias de hoje, uma nova estratégia de reconhecer suas características culturais e garantir, ou senão, desenvolver na sociedade valores de cidadania. Portanto, como um lugar histórico e como produto de relações sociais, o sítio pré-histórico e histórico de Pontal, está imbuído de símbolos, de afetividades e de significados, assim sendo, na nossa concepção, sua identificação pelo público escolar, pode ganhar fôlego e reproduzir forte apelo identitário em benefício do patrimônio de Porto Nacional.

## **1.2 – AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E O PATRIMÔNIO PRÉ-HISTÓRICO E HISTÓRICO DE PONTAL.**

“A perda de um “bem cultural” acarreta a perda do conhecimento a ser transmitido para as futuras gerações. No plano internacional, o número crescente de instrumentos jurídicos torna patente a preocupação da comunidade internacional em proteger os bens culturais. A Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, por exemplo, dispõe em seu preâmbulo que o desaparecimento do patrimônio cultural e natural causará um empobrecimento nefasto a toda a humanidade. Portanto, os interesses comuns da humanidade na proteção dos bens culturais podem ser motivados em razão da idéia de sobrevivência, de tradicionalismo, de romantismo, de enriquecimento espiritual, científico e histórico, de fonte de prazer e contemplação, entre outros elementos” (SILVA, 1999: 40-1).

Vemos que em todo o mundo a preocupação pelas questões do Patrimônio Cultural se amplia. A Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional, de 1966, adotada pela 14ª Conferência-geral da UNESCO, consagra o dever de proteção internacional, “ao reconhecer que cada cultura tem dignidade e valor que devem ser respeitados, uma vez que todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade” (SILVA, 2003: 44); essa determinação é de grande relevância por constitui-se num elemento essencial de preocupação com o patrimônio em geral e por conclamar a comunidade internacional para salvaguarda dos bens culturais.

Nesses últimos anos, ao contrário do que podemos imaginar, muitas medidas têm se realizado. O preâmbulo da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, reconhece que os bens do Patrimônio Cultural e Natural apresentam um interesse excepcional, cabendo a toda a coletividade internacional tomar parte na sua proteção. A grande relevância desse debate, se dar no contexto de que a Convenção não se refere a um caso particular e nem privilegia um “bem” em detrimento de outro. A proteção de um bem é complementar a proteção de um outro.

No Brasil, as competências legislativas e administrativas dos entes federados em relação aos bens culturais estão disciplinadas nos artigos 23 e 24 da Constituição Federal de 1988. Essa Constituição trouxe várias inovações em relação às anteriores. O

artigo 216 utiliza a expressão “patrimônio cultural”, dando-lhe conteúdo, ao especificar os bens culturais que ele abriga – “Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjuntos, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, (CALDARELLI, 1996: 202).

A Constituição reconhece neste artigo, como bens culturais todas as manifestações materiais provenientes das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de grupos participantes do processo civilizatório nacional, não deixando de cuidar dos bens de natureza móveis, (principalmente monumentos arquitetônicos históricos durante muitos anos privilegiados), mas ultimamente, também enquadrando no corpo das medidas de preservação, de inventários e de registros, as demais formas de manifestações culturais, os bens imateriais.

A norma legal de proteção ao patrimônio arqueológico, data da década de 1930, mas seu excepcional avanço foi na década de 1960.

Os sítios históricos e arqueológicos brasileiros constituem parte integrante do Patrimônio Cultural da Nação e são protegidos por Lei Federal específica. A Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, protege os monumentos (sítio e coleções) arqueológicos, considerando-os bens patrimoniais da União. “Art. 1º. Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob guarda e proteção do poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 175 (art.180 C.F. 1988) da Constituição Federal”, (CALDARELLI, 1996: 203).

No Brasil o órgão federal responsável pela garantia da integridade do patrimônio arqueológico brasileiro, é também, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, compete-lhe autorizar pesquisas e fiscalizar os acervos pertencentes à União, até mesmo se estiverem sob a guarda de alguma Instituição Federal ou Estadual (Universidades, por exemplo).

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Nairóbi (Quênia), em 1976 consideraram que, os sítios históricos são lugares âncoras por terem adquirido com o tempo uma significação cultural o que os tornam dignos de proteção por parte do poder público.

No Brasil, o IPHAN considera que a salvaguarda dos sítios históricos e sua integração na vida contemporânea são elementos fundamentais no planejamento das áreas urbanas e no ordenamento dos espaços; mas tudo isso não têm assegurado suficientemente a integridade dos lugares históricos.

Ao lado do que foi ressaltado, resta lembrar que o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em setembro de 1998, divulgara um documento no qual reafirmava o direito ao Patrimônio Cultural como parte integrante dos direitos humanos, nele referendava-se:

“Todo homem tem direito ao respeito aos testemunhos autênticos que expressam sua identidade cultural no conjunto da grande família humana; tem direito a conhecer seu patrimônio e os dos outros; tem direito a uma boa utilização do patrimônio; tem direito de participar das decisões que afetam o patrimônio e os valores culturais nele representados; e tem direito de se associar para a defesa e pela valorização do patrimônio” (FUNARI & PINSKY, 2003: 23).

Nesta abordagem, os sítios pré-históricos e históricos estão associados as diferentes formas de apropriação do território e contém a experiência viva dos povos do passado, por isso sem sombra de dúvidas merecem respeito e cuidados, por se tratarem de ambientes construídos em tempo histórico distante e diferente; cujas necessidades humanas eram bem distintas das atuais e, imprimem características das relações que ordenam o modo de vida das populações passadas e expressam muito das relações sociais vigentes na época em que foram construídos, servem, portanto, como recursos pedagógicos.

O Artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição Federal brasileira de 1988, consagra à tutela dos interesses difusos relativos aos bens culturais, via ação popular:

“Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e de ônus da sucumbência” (SILVA, 2003:146).

Sem sombra de dúvida a participação do povo é uma medida processual importantíssima para promover a proteção dos bens culturais, tanto quanto a ação civil pública.

Frente a isso, é a Educação Patrimonial efetivamente necessária para formar e informar ao cidadão portuense o seu papel na tarefa de preservar os bens patrimoniais. Essencialmente, na nossa concepção, será a Educação Patrimonial a política de valorização, uma forma de desenvolver o espírito de preservação, como alternativa de resguardo, para garantir que a sociedade de Porto Nacional tenha maiores condições de criar instrumentos para preservação de seus bens culturais. É a Educação Patrimonial que deverá apresentar os melhores resultados na medida em que ampliar o nível de esclarecimento desta sociedade, só a conscientização popular pode reverter à situação de perdas. Mesmo que ainda seja necessário também impedir a destruição, através das Leis de proteção.

Nesta perspectiva, nossas reflexões se fundamentam na adoção das leis de proteção de sítios pré-históricos e históricos e no desenvolvimento da Educação Patrimonial como formas de promover a valorização do Sítio Arqueológico e Histórico de Pontal, para que o mesmo seja requalificado de direito, como um significativo componente do Patrimônio de Porto Nacional. O gerenciamento deste sítio pode assegurar não somente a preservação deste patrimônio em si, mas servirá como um instrumento de reflexão para o desenvolvimento de uma política mais ampla para pensar o Patrimônio Cultural de Porto Nacional, que é por demais complexos.

## CAPITULO II

### 2.1 – ARQUEOLOGIA E OCUPAÇÃO TERRITORIAL PARA ENTENDER A IMPORTÂNCIA DOS VESTÍGIOS DE PONTAL.

“A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos”.<sup>1</sup>

O estudo do povoamento da região que hoje é o Estado do Tocantins deve, necessariamente, remontar à pré-história, ou seja, considerar os primeiros habitantes da região, pois é um equívoco pensar que a história do Tocantins começa com as primeiras incursões dos bandeirantes no final do século XVI, ou que os grupos indígenas que lá viveram antes da chegada do europeu colonizador não tenham importância histórica para a região. Para esses primeiros momentos o estudo da Arqueologia torna-se fundamental tanto para reconhecer os estágios iniciais da ocupação, quanto para demonstrar o potencial histórico cultural da região. Afinal, “A arqueologia é antes de mais nada uma ciência social que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da nossa espécie”(JORGE, 2000: 11).

Atualmente, há uma série de estudos e de pesquisas arqueológicas no Estado do Tocantins (a maioria em fase de andamento), dentre elas o trabalho do Núcleo Tocantinense de Arqueologia da Fundação Universidade do Tocantins, sob a coordenação do arqueólogo Marcos Zimmermann e que em convênio firmado com o Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, através da consultoria do arqueólogo Dr. Ondemar Dias Júnior; e em parceria com o Smithsonian Institution, através da arqueóloga Dr<sup>a</sup> Betty Meggers, pela datação do material, tem contribuído para o enriquecimento da pré-história do Brasil, pois vem desenvolvendo em todo Estado do Tocantins e na região Sul do Estado do Maranhão, diversos trabalhos de Levantamento, Salvamento e Monitoramento Arqueológico, junto às áreas impactadas pela construção de grandes empreendimentos, (Linhas de Transmissão de Energia Elétrica, Rodovias, Ferrovia Norte/Sul, Usinas Hidrelétricas e Agrícolas), que ao contemplar às exigências

da Legislação Brasileira Protetora de Jazidas Pré-Históricas e Portarias do IPHAN, no atendimento das normativas do Conselho Nacional do Meio Ambiente, permitem traçar um quadro considerável sobre a existência de populações pré-históricas que habitaram em épocas remotas a região do Tocantins. A quantidade de sítios arqueológicos encontrados pelo NUTA/UNITINS, ricos em vestígios líticos, cerâmicos e em arte rupestre, constitui os remanescentes das populações que viveram nesta região, bem antes do elemento colonizador. Constatam também que a existência do homem “primitivo”, nesta região remonta há pelo menos 9.000 anos a.P .

É preciso lembrar que quem hoje se dedica à preservação ou se preocupa com os critérios do Patrimônio Cultural, deve se imbuir também da pré-história. O patrimônio arqueológico é um bem cultural frágil e não-renovável e, por isso, também merecedor de atenção. Para o arqueólogo, os vestígios arqueológicos, se apresentam como indicadores do sistema cultural, remanescentes de povos antigos, que nos procederam na ocupação deste território, portanto, compõem, também, nossa herança cultural.

Nesta perspectiva de um campo maior de medidas preservacionistas em Porto Nacional e no Tocantins o NUTA/UNITINS também tem dado sua parcela de contribuição, orientando o público escolar do ensino fundamental ao ensino superior e a comunidade tocaninense, ministrando palestras educativas, incentivando visitas ao laboratório para conhecimento dos materiais arqueológicos em exposição, distribuindo cartilhas didáticas, realizando seminários, concedendo estágios aos universitários e desenvolvendo diversos trabalhos de levantamento, monitoramento e salvamento arqueológico, objetivando familiarizar e educar as pessoas no que se refere aos cuidados que se deve ter com o Patrimônio Arqueológico, Histórico-Cultural e Paisagístico existentes no território do Estado do Tocantins.

Com este objetivo e visando uma política de proteção, o referido Núcleo Tocantinense de Arqueologia, com sede na própria cidade de Porto Nacional, e (em cujo espaço de estudo e pesquisas, também, me enquadra como pesquisadora, como gestora do Patrimônio Cultural e como promotora das políticas de preservação), preocupamos com a preservação do patrimônio do sítio Pontal. Como medida de precaução, registramos junto ao IPHAN, em agosto de 2003, o sítio Bom Jesus do Pontal (conforme

ficha/IPHAN anexa), objetivando com esta primeira iniciativa “assegurar” sua proteção; pretendendo também, num futuro próximo, a partir da autorização do IPHAN e de condições de apoio logístico e financeiro da própria UNITINS ou de alguma agência de fomento, realizar na área das estruturas históricas do antigo arraial uma pesquisa arqueológica sistematizada e assim, reconstituir pelo trabalho arqueológico e pelo estudo da cultura material do passado (pré-histórico e histórico), interpretar e fundamentar às relações sociais que existiram naquele lugar.

E assim, levando-se em conta que a Arqueologia é a compreensão do passado, os vestígios arqueológicos que por ventura forem descobertos em Pontal, serão fontes significativas de informação acerca dos povos que ali habitaram, já que registros escritos são inexistentes.

E na prerrogativa de proteção a arqueologia é uma importante área do conhecimento, particularmente exigente no que toca à preservação do patrimônio, na medida em que os bens arqueológicos espalhados pelo território, precisam ser salvaguardados para conhecimento de gerações futuras. Assim, a melhor maneira de ter acesso ao passado pré-histórico de um lugar é fazendo o estudo dos vestígios materiais que chegaram até nós.

O sítio arqueológico e histórico de Pontal localizado no município de Porto Nacional é um local onde se encontram restos de cultura passada, é um lugar rico em evidências materiais arqueológicas, ligadas as sociedades pretéritas que em períodos remotos ocuparam essa região. Artefatos feitos de pedra polida (instrumentos líticos) têm sido encontrados por trabalhadores rurais em Pontal (cf. foto 01). Esses vestígios se forem recuperados por meios de técnicas, metodologias arqueológicas e analisados por especialistas, podem gerar informações interessantes sobre os mais variados aspectos e modo de vida dos ocupantes de Pontal no passado. Pois o sítio de Pontal compreende a herança mais “antiga” de Porto Nacional e classificá-lo como patrimônio contribui para o aprofundamento de discussões acerca dos bens culturais ainda existentes e seu estado de degradação e abandono é exemplo, podendo servir para refletir a importância de inserir a Educação Patrimonial nas escolas de Porto Nacional, já que tem desempenhado um papel vital a sociedade de Porto Nacional no processo de construção da memória local.



Rafael Carilo - NUTA

**Foto 01 - Instrumento lítico (machado) encontrado em Pontal**

Segundo Bezerra de Almeida “A realização de programas e/ou atividades educativas em Arqueologia, sejam eles formais ou informais, permite que o indivíduo identifique-se com o passado, assumindo sua participação na proteção de sítios arqueológicos” (BEZERRA DE ALMEIDA, 2003: 52).

A idéia da autora é a participação do público na preservação do patrimônio arqueológico a partir do processo educacional e através da relação de identidade. Neste processo, também, o valor didático e formativo da arqueologia é enorme, ao ajudar na construção do respeito e na formação da consciência de proteção e de valorização das pessoas pelo Patrimônio Cultural herdado. Daí a importância de estudos arqueológicos

para difundir o patrimônio arqueológico e histórico que jaz esquecido na fazenda Pontal.

A partir de um resgate histórico e arqueológico, um número maior de pessoas passará a ter o conhecimento da origem de Porto Nacional. Um trabalho de salvamento arqueológico no sítio de Pontal representa uma oportunidade da família portuense resgatar sua história, através do estudo de seu núcleo de origem: o povoado de Pontal.

Pois a Arqueologia é, em parte, responsável pelas descobertas de “tesouros” do passado e os objetos arqueológicos nos permitem reavaliar e tecer hipóteses as culturas, ao modo de vida das populações passadas, podendo também contribuir em grande parte para entendermos os tempos históricos mais recentes.

O IPHAN ressalta num texto conclusivo:

“Os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, assegurando ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementar; [...] e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais no planejamento das áreas urbanas e no ordenamento dos espaços” (IPHAN, 2000: 217).

Neste sentido, vale ressaltar que os espaços físicos, ou seja, os sítios arqueológicos e históricos, não somente Pontal, mas todos aqueles, remanescentes da fase do ouro na região do Tocantins fazem parte do contexto regional e constituem a presença viva do passado, pois registram histórias diversas, de forte conteúdo sócio-cultural que revela a dinâmica da ocupação inicial, pelas diferentes técnicas construtivas, apresentando na composição territorial uma série de peculiaridades que os tornam merecedores de estudos e cuidados por parte de toda população e principalmente, dos educadores que têm papel fundamental na preservação do Patrimônio Cultural pela preparação do público escolar.

Só a cada novo contato que se faz entre as novas gerações e a história local é que o Patrimônio Cultural receberá seu devido valor.

## **2.2 – A COLONIZAÇÃO TERRITORIAL PARA ENTENDER O SURGIMENTO DE PONTAL.**

Apresentamos nesta seção/capítulo um breve histórico da colonização de Goiás (não nos esquecendo que o atual Estado do Tocantins foi o antigo Norte de Goiás), elaborado a partir do trabalho de diversos autores que vêm, nas últimas décadas, se debruçando sobre o tema.

Esclarecemos que face de apresentarmos abaixo a historiografia para contextualizar e caracterizar o surgimento do sítio em questão, não pretendemos aqui reescrever a História do antigo Norte de Goiás e nem tampouco problematizá-la. Nosso propósito é que a partir do conjunto dessas informações históricas, possamos entender o passado formador da região do Tocantins, para então, estabelecer as ruínas do extinto Arraial de Bom Jesus do Pontal como Patrimônio Histórico Cultural de Porto Nacional.

Assim sendo, a obra de Auguste Saint – Hilaire (1975) ressalta que a região de Goiás fora descoberta por Manuel Correia, um paulista que se embrenhando nos sertões em busca de escravos, chegou antes de 1670, até à beira de um rio denominado rio dos Araês (onde vivia a tribo indígena Araê) e que as primeiras penetrações não indígenas que alcançaram a mesoregião do alto Tocantins (onde se localiza Pontal), vieram motivadas predominantemente pela busca ao índio e à procura das minas de ouro e prata.

Vemos que o processo de desbravamento do território primitivo goiano (no qual se enquadra o Tocantins) está intrinsecamente ligado ao período colonial; algumas fontes históricas informam que desde o século XVII, os bandeirantes paulistas adentraram a região de Goiás, atraídos pela suposta existência de aluviões aurífera, que afloravam nas proximidades dos grandes mananciais hídricos e de índios para o trabalho escravo; também, há registros históricos de que colônias francesas, instaladas na costa maranhense por volta do ano de 1610 exploraram os sertões de Goiás e já no ano de 1625 se tem notícia de que os padres jesuítas do Pará, pelo norte da região, também organizaram diversas expedições fluviais que, subindo o rio Tocantins, foram estabelecendo contatos missionários, primeiramente tentando levar as tribos para suas

aldeias no Pará e, posteriormente, formando vários locais de aldeamentos indígenas na própria região do Tocantins, que originaram alguns núcleos de povoamento.

Enquanto os franceses penetravam pela foz do rio Tocantins, as redes de penetrações paulistas seguiam de canoas o curso dos rios Paranaíba, Tocantins e Araguaia, até voltarem a São Paulo, pelo rio Tietê. Mas tarde, depois de descobertas as minas no interior, introduziram o uso de muares e, então, as bandeiras preferiam a viagem por terra, desbravando assim, de sul a norte e de leste a oeste, o vasto território.

A documentação histórica registra a presença de várias bandeiras na região, assim como coloca a seguinte citação:

“A primeira bandeira que, partindo de São Paulo, possivelmente chegou até os sertões de Goiás, no leste do Tocantins, foi a de Antônio Macedo e Domingos Luís Grau (1590-1593). Depois, seguiram-se a de Domingos Rodrigues (1596-1600), que desceu até a confluência do Tocantins com o Araguaia; a de Afonso Sardinha (1598-?); a de Belchior Carneiro (1607-1609), que passou ainda mais para o norte; a de Martins Rodrigues (1608-1613); a de André Fernandes (1613-1615); a de Pedroso de Alvarenga (1615-1618); a de Francisco Lopes Buenavides (1665-1666); a de Luis Castanho de Almeida e a expedição familiar de Antônio Paes (1671); a de Sebastião Paes de Barros (1673). Esta bandeira, a maior das saídas de São Paulo para Goiás, contava com uns 800 membros e se fixou na região da confluência do Tocantins com o Araguaia, dedicada preferencialmente à mineração” (PALACÍN, 2001: 8/9).

Em nossos estudos e pesquisas vimos que no final do século XVIII, o território norte goiano já era conhecido, caminhos de penetração já se achavam traçados nos roteiros, tanto dos bandeirantes paulistas, como dos missionários da região de Belém no Pará, entre muitos outros caminhos ou picadas feitas por outras frentes colonizadoras, procedentes de outras regiões que chegavam as minas do Tocantins. Tais penetrações realizaram muitos feitos, que hoje se encontram corporificados nos espaços geográficos, nos documentos históricos e ancoram no imaginário da população local.

De acordo com dados históricos, por volta de 1682, o paulista, Bartolomeu Bueno da Silva, pisou o solo dos Goiás, indo também até os Araês (BRASIL, 1980: 29) e que no final do ano de 1721, o segundo Bartolomeu Bueno, filho do primeiro, parte de São Paulo levando uma numerosa caravana, com destino ao itinerário de seu pai, não

conseguindo, retorna a São Paulo ao cabo de três anos, mas é convencido pelo Governador a empreender uma segunda viagem. O paulista pôs-se a caminho em 1726 e após vários meses de caminhadas exaustivas, ele finalmente chegou o local que estivera na infância com seu pai. Foi ali que posteriormente ergueram o Arraial de Ferreiros, a uma légua da futura Vila Boa, hoje cidade de Goiás.

Das consultas feitas às fontes históricas, um detalhe nos chamou atenção quanto à “descoberta” de Goiás. É senso comum dizer que Bartolomeu Bueno da Silva, apelidado o “Anhanguera”, foi o seu descobridor, mas isso não quer dizer que ele tenha sido o primeiro a chegar ao território goiano. Como podemos confirmar pelas citações acima e abaixo, muitos vieram antes as terras de Goiás; Anhanguera foi apenas aquele que veio com a intenção de realmente se fixar.

Fontes históricas também afirmam que, em 1720, Anhanguera requer licença a D. João V para penetrar no “sertão” à procura de minas de ouro, prata e pedras preciosas, pedindo em troca a “munificência real” das passagens dos rios que encontrasse. E assim, no ano de 1722, Anhanguera descobrindo jazidas de ouro em Goiás, deu início à formação dos primeiros arraiais, fixando-se nas cabeceiras do rio Vermelho, mais precisamente, na região do antigo arraial de Sant’ Anna (fundado em 1727).

“Vemos assim que, mais de um século antes da data em que se comemora a descoberta de Goiás, 26 de julho de 1725, diversas bandeiras paulistas haviam desbravado grande parte do território goiano. Se há uma data que melhor fixe essa descoberta, e mais digna seja da comemoração, é por certo aquela em que Domingos Rodrigues entrou no território de Goiás, pois, foi ele o primeiro desbravador do seu território” (RODRIGUES, 2001: 89).

Desta forma, a fama das riquezas de Goiás atraiu para toda região um prodigioso número de aventureiros, que fundaram os primeiros Arraiais de Barra, Santa Cruz, Meia Ponte, Crixã, Natividade, Pontal, Conceição, entre outros mais.

Naquele período o território goiano fazia parte da Província de São Paulo, ou seja, Goiás pertenceu até 1749 à capitania de São Paulo. A partir desta data, tornou-se capitania independente, com a vinda para Vila Boa (hoje cidade de Goiás Velha) do primeiro governador e capitão-general, Conde dos Arcos. O território goiano passou

então a ser denominado de capitania de Goiás, título que conservaria até a Independência, quando se tornou província. O governo ao perceber que a autoridade dos capitães-gerais dessa província se tornava nula em virtude das distâncias que os separavam de seus subordinados, elevou Goiás à capitania. Seu primeiro governador, D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, instalou-se em Vila Boa a 8 de novembro de 1749, fixando os limites territoriais da capitania de Goiás.

Em 1804, de acordo com Luís da Silva e Sousa, a população da Província de Goiás somava 50.135 indivíduos, dos quais 7.273 eram brancos, 11.417 eram escravos negros e 7.868 mulheres negras igualmente cativas.

O governo baixou um decreto em 1809, dividindo a província em duas comarcas: a comarca do Sul, que incluía os seis julgados de Vila Boa, Crixã, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia e Santa Cruz, e a comarca do Norte, compreendendo oito julgados os de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Félix, Cavalcante, Flores e Traíras. A sede da primeira comarca era Vila Boa, a capital de toda a província. A da segunda comarca era primitivamente São João de Duas Barras, povoado situado na confluência do rio Araguaia com o Tocantins. Como, porém, as barcas dificilmente chegavam até esse local, foi criada por decreto, em 1814, uma nova “cidade” no lugar denominado São João da Palma (hoje Paraná/To), estabelecendo-se aí a residência do ouvidor da comarca, Joaquim Teotônio Segurado.

No entanto, das “entradas” e “bandeiras” que penetraram o território goiano banhado pelo Tocantins e de seu afluente Araguaia, não tivemos oportunidade de obter maiores informações, as fontes são poucas e de difícil interpretação por falta de maiores detalhes. Mas é certo que muitas delas se sucederam, visando além da procura de metais preciosos, a captura e aprisionamento de índios para serem escravizados nos centros mais dinâmicos da economia colonial. Durante os vinte primeiros anos da mineração, quase todo território goiano foi cortado por trilhas e percorrido pelos bandeirantes que de ponto em ponto perambulavam por caminhos que chegavam aos confins dos sertões, regiões desconhecidas, mas povoadas de forma primitiva por muitos povos gentis.

De acordo descrição abaixo, verificamos que desde 1674 a região de Porto Nacional fora conhecida, o que nos leva a crê que Pontal tenha surgido nos primeiros tempos da colonização:

“Na informação sobre as Minas de São Paulo, de Pedro Tacques, vem a carta régia de 26 de abril de 1674; “Ao Cabo da Tropa de São Paulo que vos achais nas cabeceiras do rio Tocantins, e Grão Pará: eu, o Príncipe, vos envio muito saudar...” “Por esses dados verificamos que o padre Antônio Raposo Tavares atingira o paralelo de 11° Sul, que passa na região onde está situada hoje a cidade de Porto Nacional, sobre o Tocantins, habitat portanto dos índios Guarajus” (RODRIGUES, 2001:76).

Para complementar as informações históricas sobre a penetração no território do Tocantins, transcreveremos abaixo outro trecho do livro “O Rio dos Tocantins” também do autor acima citado.

“Se ao Norte são os franceses que o descobrem nos primórdios do século XVII, nas nascentes do Tocantins são os brasileiros, os paulistas, que ali chegam e ainda em meio do último quartel do século XVI, para desbravar o sertão do Paraupava. Dos gigantes movimentos espirituais gerados por esses fatores, sem dúvida o maior, o mais belo, o único brasileiro, foi o bandeirismo. O bandeirismo fez o Brasil de hoje, e um dos seus menores serviços foi a descoberta do rio Tocantins pelas nascentes. Se os fatores que intervieram na descoberta do rio Tocantins pela foz, são de alto relevo, nada lhes fica a dever o fator que forçou a descoberta dele pelas nascentes: o bandeirismo” (RODRIGUES, 2001: 78).

De acordo com a história, a mineração originou os primeiros núcleos urbanos pelo território de Goiás, inclusive de Bom Jesus do Pontal. No entanto, o povoamento determinado pela mineração foi irregular e instável, sem planejamento e sem nenhuma organização. Com a decadência do ouro, os aglomerados urbanos estacionaram e alguns desapareceram, parte da população abandonou o solo goiano e parte abandonou a atividade mineradora se dispersando para a zona rural, dedicando-se a criação de gado e a lavoura de subsistência.

Dito isso, concluímos que a economia mineradora não só trouxe a concentração populacional como a sua dispersão. A época do ouro foi intensa, mas a riqueza que animou aos contemporâneos foi breve. A decadência das minas auríferas significou decadência da atividade econômica que movia Goiás, e o esvaziamento dos núcleos populacionais, assim como sua ruralização, empobrecimento e isolamento

cultural, principalmente da região norte de Goiás (hoje estado do Tocantins). “Onde aparece ouro, ali surge uma povoação; quando o ouro se esgota, os mineiros mudam-se para outro lugar e a povoação definha ou desaparece” (PALACÍN, 2001:12).

Pelo decorrer do desenvolvimento histórico, podemos também concluir que alguns fatores, dentre eles, a exploração contínua das minas, a falta de tecnologia adequada para a sua exploração, a precariedade da fiscalização que favorecia o contrabando desenfreado, e a falta de alimentos, devido à dedicação exclusiva a exploração do ouro, entre outros fatores, são elementos que contribuíram para o declínio de muitos arraiais ou para o desaparecimento de pólos urbanos que nasceram no ciclo da mineração, provavelmente, estas também tenham sido as causas da decadência e da extinção de Pontal como de núcleo de povoação, surgido com a mineração.

Nessa controvérsia dos fatos quanto ao desaparecimento de alguns Arraiais mineradores, hoje existem versões distintivamente literárias e distintivamente históricas, como é o caso de Bom Jesus do Pontal. Na concepção de GODINHO, Pontal desaparece em função do massacre da população mineradora por freqüentes ataques de grupos indígenas, o que teria levado a população sobrevivente a mudar-se para Porto Real (atual cidade de Porto Nacional), enquanto na visão de GIRALDIN o desaparecimento de Pontal relaciona-se muito mais à decadência das minas de ouro nesta região.

O conjunto de informações apresentado nas obras literárias, reconhecidamente assegura a continuidade da história e fazem lembrar os acontecimentos passados desta região Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins. Nem é preciso sublinhar a importância que devemos dar as contribuições literárias, aos dados históricos que falam sobre a região e que fazem com que a visão sobre o Tocantins seja praticamente a mesma que nos é recontada pela história oral e que nos levou a refletir sobre Pontal.

Assim adentrar na história de Pontal é, antes de tudo, tentar apreender parte da história regional, em suas relações com a base da atividade econômica originária; e recuar a esse passado é tentar compreendê-lo para se entender o presente da comunidade atual, herdeira dos feitos passados. Desta maneira, Pontal funciona com um instrumento para se entender, ao menos, mais conscientemente o presente de Porto Nacional. Esse

presente que também coloca indagações ao passado deste núcleo minerador que originou esta cidade.

Justificando toda descrição acima, ressaltamos que de acordo nosso ponto de vista, a História regional é importante, a partir dela podemos extrair dados, relacioná-los ou mesmo, confrontá-los. Assim sendo, com o propósito de que nosso objeto em tema possa ser pelo menos em parte compreendido, não o abordamos de forma fragmentada, pela descrição isolada de alguns dados exclusivos sobre o sítio de Pontal. Acreditando que o contexto mais geral pode levar a compreensão de partes, foi que adentramos na história regional e relacionamos um conjunto de dados informativos sobre o processo formativo da região de Goiás, o que nos levou as reflexões mais gerais sobre a existência de Pontal e, principalmente a compreender melhor alguns fatos que justificam historicamente a formação cultural desta localidade.

E para finalizar este capítulo também ressaltamos que conhecer a história dos lugares significa investigar como os grupos humanos se apossaram ou se apossam do meio, como utilizaram ou como utilizam os recursos naturais, que técnicas adotaram ou que adotam em seu trabalho e o que resultou ou resulta das relações entre os sujeitos envolvidos. E assim, foi investigando, que procuramos entender a origem de Pontal. Primeiro, utilizando-nos das fontes orais, ouvindo os moradores mais antigos de Porto Nacional e de outras regiões do Tocantins, recontar suas memórias. Segundo, realizando uma pesquisa às fontes bibliográficas. Ambas foram de grande utilidade. A primeira, em contato de direto com pessoas e privilegiando o saber popular, ajudou-nos a obter algumas informações e tirar conclusões, quando da ausência de dados oficiais (já que não existem fontes escritas sobre Pontal). A segunda, a partir de leituras e análises de diversas fontes históricas acerca de Goiás, serviu como base na exploração e para explanação do nosso tema.

### 2.3 – OS NÚCLEOS DE POVOAMENTO NO PERÍODO DA MINERAÇÃO

As fontes históricas confirmam que era grande o número de comunidades indígenas, na região de Goiás, principalmente, às margens dos rios Araguaia e Tocantins, desde suas nascentes até a foz, quando os bandeirantes e jesuítas ali chegaram.

“Ao tempo da descoberta, eram numerosas as tribos de índios em Goiás, cobrindo todo o seu território. Silva e Souza enumera em 1809, vinte tribos, e certamente não estão incluídas todas. Podemos citar, entre as mais importantes, os caiapós, xavantes, goiás, crixás, araés, xerentes, carajás, acroás. Durante a época da mineração, as relações entre índios e mineiros foram exclusivamente guerreiras e de mútuo extermínio” (PALACÍN, 2001:39).

Como podemos perceber era grande a diversidade étnica, lingüística e cultural, no entanto, a partir do contato direto e indireto, com as sucessivas etapas de massacres a que foram submetidas às tribos indígenas ao longo da história, e especialmente, a luta que travaram com as frentes colonizadoras, na tentativa de assegurar o domínio de suas terras, que lhes assegurassem a vida e a preservação das suas comunidades, a maioria dessas sociedades “primitivas” foram rapidamente dizimadas ou sofreram profundas mudanças culturais.

Pesquisas atuais têm retratado, também, uma grande gama de aspectos significativos das muitas culturas indígenas e de suas organizações sociais, ainda existentes no território do Tocantins.

De acordo com a história goiana, as primeiras povoações de aglomerações não índias no território do Tocantins surgiram em decorrência da exploração das minas de ouro, ainda no tempo em que esta região pertencia à capitânia de São Paulo, os manuais deixam evidente que em 1800, nessas terras, já havia alguns núcleos populacionais construídos, já havia estradas e caminhos abertos, e já existiam fazendas em produção, também deixam evidente que durante o século XVIII, o verdadeiro norte da capitania de Goiás, abrangia uma extensa zona desolada, entre o rio Tocantins e os chapadões dos limites com a Bahia, onde se encontravam apenas algumas povoações dispersas e isoladas da parte sul do País, que apresentavam dimensões reduzidas e

situações de extrema pobreza, em função da decadência da mineração, figuram entre elas: São Luis, hoje Natividade (1734), São Félix (1736), **Pontal (1738)**, Arraias, Cavalcante e Chapada (1740), Conceição e Carmo (1741), Almas (1743), e Porto Real, hoje Porto Nacional (1810), que era o arraial mais setentrional.

A fase do ouro, apesar de sua curta duração e de constituir uma economia essencialmente predatória, deixou plantado alguns pólos que até hoje, desempenham seu papel, muito embora sejam eles diversos do inicial, ainda se sobressaem. A ocupação territorial da região tocantina pelo processo da mineração, foi o primeiro passo de alteração sobre o cenário da natureza primitiva local. A sua releitura ressalta a influencia da mineração nos traços definidores das relações sócio/cultuais nestes lugares. Representam núcleos populacionais de onde emergiram as sociedades do Tocantins.

Sobre esses Arraiais no antigo Norte da província goiana, segundo o livro de Povia, a pessoa do Brigadeiro Cunha Matos, quando esteve no Tocantins por volta do ano de 1824, fez algumas considerações, entre elas, neste trabalho, nos interessa as informações sobre Carmo, Pontal e Porto Real. Isto porque os dois primeiros arraiais são considerados historicamente a célula mãe de Porto Nacional e o último arraial, porque é a própria Porto Nacional:

**Carmo**, fundado em 1741, junto aos rios Água Suja e Sucuriú, local pantanoso e doentio. Tinha cento e sete casas pequenas, Igreja de Nossa Senhora do Carmo e Igreja do Rosário. Os moradores deste arraial utilizavam o rio Tocantins habitualmente pra chegar ao Pará em negócios de comércio. Muitas fazendas de gado e de lavoura, mais de noventa, ao todo, foram abandonadas pelos donos, por causa dos ataques dos índios ou talvez por falta de escravos e da queda da produção do ouro.

**Pontal**, fundado três léguas e meia a Oeste do local onde posteriormente seria fundado Porto Real, junto ao córrego Lavapés, na margem esquerda do Tocantins. De acordo com Silva e Souza, citado por José Mendonça Teles, foi fundado em 1738, por Antônio Sanches. Tinha quarenta e nove casas, todas de construção muito humilde, duas igrejas, a de Santana e a de Santo Antônio. Esta última tinha uma bela imagem de Jesus Crucificado em tamanho natural. Embora riquíssimo em ouro, os mineiros se afastaram deste arraial coagidos pelos constantes ataques dos índios. As lavras da Matança, localizadas nas proximidades, ficaram desertas, e o caminho antigo que seguia pela

planície, foi também abandonado pelo mesmo motivo. O Brigadeiro Cunha Matos, quando esteve na região em 1824, determinou a abertura do caminho para o arraial, por onde ele passou para chegar lá.

**Porto Real**, edificado na margem direita do Tocantins, cuja largura no local é cerca de 800 metros. Sua localização é muito boa, em terreno plano e livre de enchentes. Foi fundado pelo Desembargador Corregedor da Comarca de São João das Duas Barras, Joaquim Teotônio Segurado, no ano de 1810, para servir de cabeça do julgado que estava no arraial do Carmo. Em 1824 tinha quarenta e sete casas, todas pequenas, e uma “pobre capela de Nossa Senhora das Mercês”. Neste arraial se faziam os registros das embarcações que desciam o rio Tocantins com destino ao Pará e dos que de lá subiam pelo rio. Pela posição estratégica o arraial era fortificado, tendo além de vinte e oito praças, duas peças de artilharia e munição. O arraial pertencia à freguesia do Carmo. (apud PÓVOA, 1994: 27-9).

Baseando no discurso sobre a história da mineração, acrescentamos que na nossa concepção, a atividade mineradora possibilitou, sem dúvida, a formação de uma região e uma rede de povoamento onde relações sociais aconteceram e nem mesmo, à secularização e a vida moderna, não lhes arrebataram totalmente os marcos da colonização. Assim sendo, os primeiros núcleos de ocupação populacional, o ciclo da mineração, a existência de Pontal, tudo isso, hoje, não faz apenas parte da memória de alguns. Tudo isso, hoje, diz respeito à história cultural de toda região tocantinense.

Pois, adicionalmente, a esses povoados ocorreram complexos processos de interação entre sociedades culturalmente distintas: mineiros bandeirantes, padres jesuítas, negros escravos e diferentes grupos indígenas; historicamente, não se pode negar que, parcela significativa do patrimônio histórico/cultural, nos dias de hoje existentes, em muitas cidades do estado do Tocantins, não seja contemporânea a todos aqueles homens e que muito dos traços elementares da cultura tocantinense, não tenham suas origens naqueles tempos, como é o caso específico de Pontal e conseqüentemente de grande parte do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Nacional, pois “o homem é um herdeiro de um longo processo cumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquirida pelas numerosas gerações que o antecederam” (LARAIA, 2003: 45).

## **2.4 – REFLEÇÕES ACERCA DA COLONIZAÇÃO REGIONAL**

Como podemos perceber nas seções anteriores, é muito difícil refletir sobre a origem do atual estado do Tocantins sem remeter aos primeiros séculos de colonização do Brasil e conseqüentemente da colonização de Goiás, que teve nas “entradas”, “descidas”, “bandeiras” e nos padres missionários, os primeiros elementos a desbravar o antigo Norte do vasto território, povoado por povos primitivos, em que as lendas do ouro, a busca do elemento índio para a escravização propiciou tanto a “descoberta” da região sul de Goiás, quanto dos vários cantos dos sertões do antigo norte de Goiás, hoje estado do Tocantins.

“O espaço surge na história da organização territorial dada pelo homem à relação com o seu meio” (MOREIRA, In Ciência Geográfica, 1998: 4). O homem é um ser construtor e pela relação com outros homens e com a natureza, constrói o seu espaço para garantir a sobrevivência do seu grupo. No entanto, o espaço social construído pelos homens do passado é reconstruído ao longo das gerações, todo processo cultural é feito de elementos retransmitidos e reinterpretado permanentemente, o que quer dizer que não existe uma cultura unificada.

A região tocantina constitui, assim, um produto das relações sociais, passadas e presentes, em função das quais se estruturaram ou se estruturam situações culturais concretas, que estão ligadas as diferentes fases da ocupação territorial. A cultura é, em parte, herança de gerações anteriores, a intercomunicação se mantém no tempo. Nesse sentido, cultura é legado do passado.

Pensar culturalmente esse contexto territorial importa dizer, inicialmente, que os primeiros núcleos de povoações no Tocantins guardam traços da colonização, constituem um legado do passado colonizador, que asseguram no tempo sua significação cultural, tornando-se dignos de serem compreendidos ou senão lembrados e/ou cultuados como herança cultural.

Comentar sobre o processo de constituição do espaço geográfico do Tocantins em sua dimensão social, histórica e cultural, não é mais de que afirmar, em vários lugares do território do estado do Tocantins ou antigo Norte de Goiás, a herança cultural, das penetrações, dos bandeirantes, do jesuíta catequizador, dos povos nativos

indígenas, do minerador e do sertanejo, se acha presentes. Estes elementos asseguram significativas influências e se fazem presentes em cada um desses espaços que trazem a marca da colonização e que possibilita nos dias atuais a manipulação de um universo simbólico que reforça o sentimento de identidade do povo e estão registradas no corpo da memória local. Assim como diz o autor:

“Nosso entorno material leva ao mesmo tempo a nossa marca e a dos outros. [...] Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo. [...] Os acontecimentos excepcionais também têm lugar neste quadro espacial” (HALBWACHS, 1990: 131-3).

O culto ao passado não constitui um retrocesso, mas as lembranças dos feitos e a mística para se compreender o presente e pensar os lugares. A abordagem cultural implica um raciocínio crítico, sem o qual é impossível estabelecer consonância entre passado e presente.

A fase do ouro na região do Tocantins foi determinante na paisagem geográfica, formando núcleos de povoamento, alguns de duração efêmera, outros não, dependendo das condições vigentes em cada uma das fases econômicas da história.

Nesse espaço territorial, toda a riqueza e complexidade regional também revelam o misto das histórias e estórias das expedições de inúmeras linhas de penetração e dos grupos indígenas que aqui habitavam.

É dentro desse contexto da colonização, que se encontra o quadro que hoje constituem e instigam nossa imaginação; principalmente, no que compreende a nossa curiosidade pelo patrimônio histórico cultural de Porto Nacional e especialmente pelas ruínas de Pontal.

Do ponto de vista antropológico, a relação entre as histórias e as estórias só tem valor, quando se apresentam imbuídas de símbolos e de significados de identificação e, é a valorização dos fatos que cria a possibilidade do conhecimento e conseqüentemente promove a preservação do Patrimônio Cultural herdado.

Dessa forma, o passado construído por grupos sociais deve ser simbolicamente usado, com o objetivo de fortalecer a identidade pessoal e coletiva dos povos atuais; identidade essa que se faz através do elo de afinidade entre o passado e o

presente, como uma propriedade ativa da história escrita ou através de uma relação baseada na memória e construída ou reconstruída pelas novas gerações.

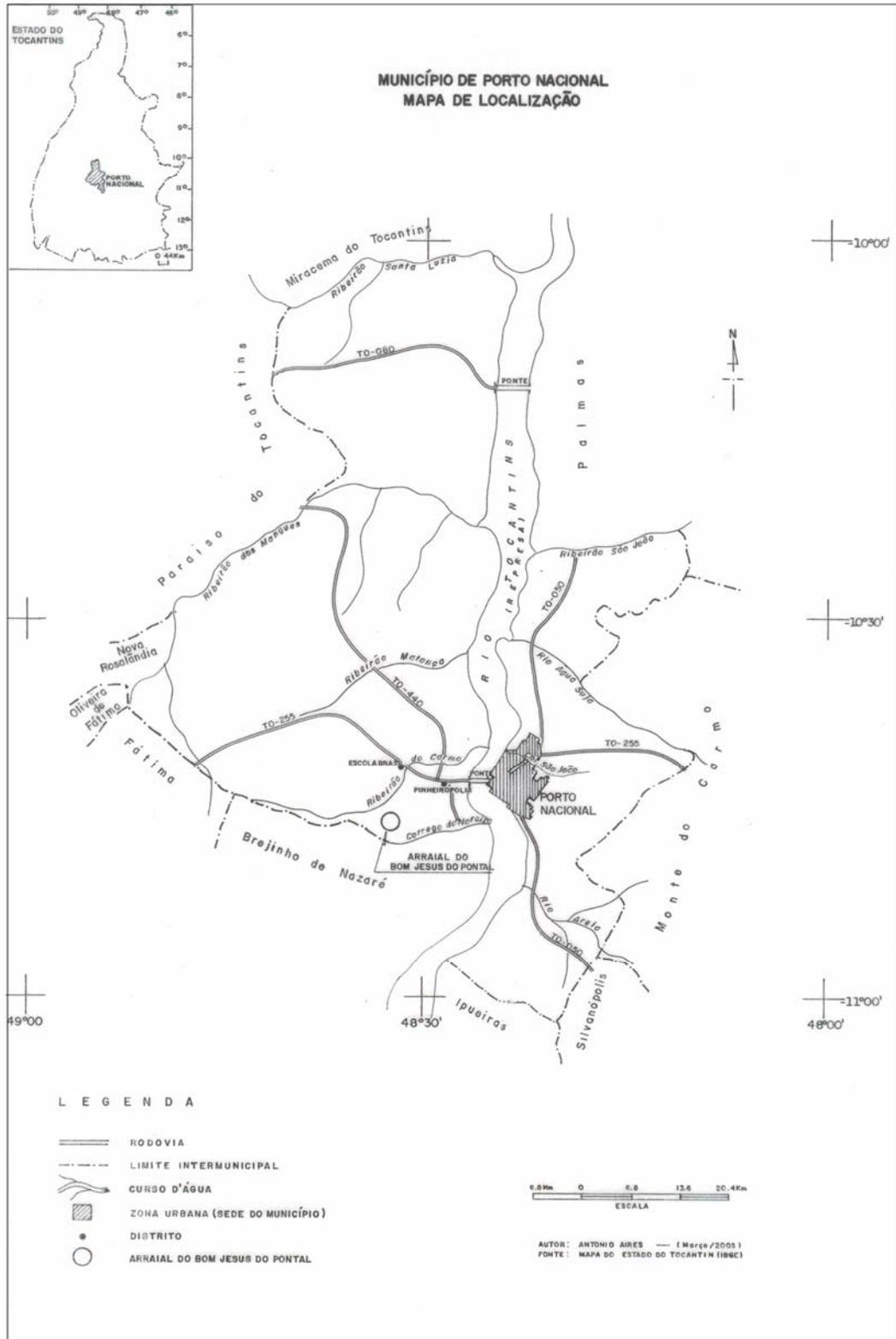
“É a memória que nos impele a desvendar seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação o presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento” (CAMARGO, 2002: 31).

Nesse sentido, é prioritário que a memória da população jovem de Porto Nacional seja submetida a urgentes processos de resgate, para que o véu do esquecimento ou da desmemória não se abata para sempre sobre ela.

É nessa concepção de conhecer o passado e manter essa memória viva, que neste trabalho, nossa forma de abordar nos remete mais uma vez aos mesmos fatos históricos, ou seja, às mesmas categorias sócio/culturais, que nos revela sobre o processo histórico/colonizador da região de Porto Nacional e nos mostra a presença viva do passado que lhe deu forma.

Pois são neste terreno do passado colonizador que os traços elementares da cultura portuense, mesmo que hoje, nos pareça profundamente distinto, conflituoso e distante, ainda somos historicamente contemporâneos de todos aqueles homens, nossa realidade histórica é fundamentalmente cultural e têm neles nossas origens.

## MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ARRAIAL DE BOM JESUS DO PONTAL NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL TOCANTINS



## 2.5 – PONTAL E AS INTER-RELAÇÕES NO CONTEXTO HISTÓRICO CULTURAL DE PORTO NACIONAL

“Diz o cônego Pizarro em suas Memórias Históricas do Rio de Janeiro: o núcleo formador de Porto foi fundado em 1738 por Antônio Sanches no que diz: em distância de 12 léguas do arraial do Carmo existe o arraial de Pontal, assim chamado por fazer o rio Tocantins uma ponta grande ou cotovelo... ao norte de Pontal 3 léguas está a aldeia da Matança” (GODINHO, 1988: 10).

As fontes históricas, bem como os relatos orais são fundamentais para a compreensão e para o posterior desenvolvimento dos modos de apreender qualquer espaço social enquanto objeto cultural. Aqueles que conhecem as ruínas de Pontal garantem que elas guardam aspectos da fase mineradora, a dimensão estética da paisagem, valorizada pelos imensos muros de pedra e várias expressões da cultura material, possui característica àquela dos tempos coloniais. Representa no tempo histórico-cultural, o núcleo formador de Porto Real, hoje Porto Nacional.



Divino Oliveira/ NUTA

**Foto 2 –A paisagem atual de Pontal**

Cunha Matos assim escreve sobre a divisão política-administrativa do Governo Autônomo do Norte Goiano ou Província do Tocantins sobre o arraial de Pontal (vide Mapa acima): “Pontal – três e meia léguas a oeste do Porto Real e da margem esquerda do Tocantins, tem quarenta e nove casas. O distrito do Pontal é mui abundante de ouro, mas os assaltos repetidos dos índios selvagens afugentaram os mineiros das ricas lavras da Matança” (SILVA, 1997: 69). Historicamente, Pontal é o núcleo formador de Porto Nacional e foi um arraial de origem mineradora, em decorrência da exploração do ouro, fundado por Antônio Sanches, nas terras de domínio dos índios Xavante e Xerente, no decorrer das primeiras décadas do século XVIII, em meados do ano de 1738.

“Por volta do ano de 1805, um doloroso evento contribuiu para acelerar a decadência do Arraial do Pontal. Os maus tratos e as explorações de toda ordem a que submetidos os silvícolas fizeram com que os nativos, às caladas da noite, atacassem a bordunas, a fervilhante cidade de Pontal, cujos sobreviventes do impiedoso massacre, num êxodo desesperados transpusessem o rio Tocantins e se refugiassem em caráter definitivo em Porto Real” (GODINHO, 1988).

O ataque dos índios é caracterizado em muitas falas como a causa central do desaparecimento “precose” do arraial de Bom Jesus do Pontal, ainda no século XIX. Porém, traçando uma ponte, entre fatos do passado, fazemos uma avaliação intrínseca, voltada a esse caso particular, onde, se houve de fato uma atrocidade por conta do ataque indígena que dizimou a maioria da população garimpeira da região de Pontal, não foi maior que a dos colonizadores, diante de tantas atrocidades cometidas contra as nações indígenas, cujas culturas foram para sempre dizimadas e que ocorrem até as décadas atuais. Um único episódio, como o terrível “ataque dos índios”, hoje recontado pela população local, em nossa opinião, não pode ser a causa única ao abandono de Pontal, essa história, parte também de outras prerrogativas, como bem coloca a fala abaixo, e que transcrevemos integralmente:

“Minha interpretação é que a história do ataque permaneceu como sendo ato fundador de Porto Real e da extinção de Pontal, porque seria como um elemento contrastivo que possibilitava a formação de uma identidade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p.45;

BARTH, 1976), aos habitantes de Porto Real. Além disso, estando a fundação marcada pelo ato da suposta violência de um grupo indígena contra a população local, criava-se um discurso que servia à população da região justificar a situação de mútua hostilidade entre ela e os diversos grupos indígenas locais. Criou-se um discurso que, repetido várias vezes, cumpriu uma função mnemônica, ou seja, fez cristalizar na mentalidade popular que as atitudes dos povos indígenas são hostis contra os “colonizadores”, “os civilizados”, os cristãos. Justificam-se assim, ideologicamente, os ataques que os próprios “brancos” realizavam às aldeias indígenas, os quais aconteceram ao longo de toda a segunda metade do século XVII e, primeira, do século seguinte” (GIRALDIN, 2002:139).

Nesta prerrogativa, as ruínas, do arraial de Bom Jesus do Pontal, não deixam de possuir um alcance incalculável na ordem do patrimônio estadual e local, representando como qualquer outro monumento histórico um testemunho expressivo da fase mineradora, seguramente sendo, em nossa opinião, um lugar de expressiva potencialidade cultural.



Marcos Zimmermann / NUTA

**Foto 3 - Vestígios Culturais de Pontal – Muro de Pedras**

Componente do patrimônio histórico de Porto Nacional, seu universo representa, tanto em escala local, quanto regional, um patrimônio cultural de expressivo significado, pois contém símbolos do imaginário social de Porto Nacional e é um componente dele, tanto em sua dimensão emocional, pela relação de forte significado que a população pioneira elabora com o seu passado, quanto material, pela riqueza das ruínas, ainda presente na paisagem local. A história e as ruínas do Pontal permitem a recriação do passado e a permanência do sentimento de pertença.

“Essa história do massacre da população de Pontal pelos índios é que sempre ouvimos dos nossos avós e das pessoas mais velhas... Essa é a história que temos em nossa memória. Essa é a nossa identidade...” (Depoimento prof. Dr. Eli Pereira – UFT).

Neste aspecto, as dimensões culturais de Pontal centram-se, também, primeiro na sua origem como um núcleo minerador e segundo na relação que tem com a origem de Porto Nacional. Como patrimônio cultural representa um produto da construção humana durante o decorrer da vida passada, herança de vários povos, um monumento cultural, que mesmo abandonado e em ruínas, a história recontada pelos pioneiros lhe dá certa, mas insegura perpetuidade se não continuar fazendo parte da memória local.

“O que as pessoas mais velhas contavam é que os índios revoltaram contra os invasores que invadiam suas terras, expulsando-os com um grande ataque ao Arraial do Pontal... Os sobreviventes instalaram-se na outra margem do rio Tocantins no local onde existia um porto de passagem do Pontal para o arraial do Carmo e assim fundaram Porto Real... Este local das ruínas era o arraial do Pontal, muito rico em ouro” (Depoimento do Sr. Francisco José Pereira – proprietário da fazenda Pontal).

Através da inter-relação e das representações dadas pelas falas e pela existência das ruínas, ainda é possível captar toda riqueza de valores que dão sentido ao espaço de Pontal. “Porto Nacional tornou-se rapidamente importante povoação graças aos sobreviventes de Pontal e outros elementos vindos do Carmo” (AUDRIN, 1949: 55).

Tais narrativas convertem na reordenação de muitas memórias. E as ruínas têm sua importância nessas memórias. Assim como coloca Jeudy.

“Os homens não se sentem mortos face à limpeza dos locais e aos objetos conservados. Eles precisam das ruínas. A imaginação histórica, produtora de histórias, desenvolve-se com a possibilidade incessante de dar significado ao material morto, atropelando a ordem dos signos da conservação fiel e autêntica. Esse desejo de ruínas não se refere somente a uma estética da existência, ele está presente nas construções da memória. ... A ruína não representa a degradação ou a perda de uma possível identificação, ela é fundadora do imaginário histórico” (JEUDI, s.d.: 2/3).

O universo das ruínas do Pontal foi assim, também, permeado por diversos signos que deram sentido a história da origem de Porto Nacional. Signos identitários da população local. Assim sendo, não há dúvida de que é um espaço cultural integrante do seu patrimônio e mesmo não sendo tão imponente como uma obra de arte de excepcional projeção, consagra-se pela história de séculos passados e por ser a memória mais antiga de Porto Nacional.

As ruínas, remanescentes das relações entre os elementos colonizadores, a sociedade garimpeira, as sociedades indígenas e o meio ambiente, estão impregnadas de lembranças significativas que perpetuam uma época pretérita. Compõem em escala local, parcela representativa do Patrimônio Cultural, ela é fundadora do imaginário histórico-cultural, como foi traduzida pela citação acima, um símbolo que precisamos perpetuar. A salvaguarda deste patrimônio transforma o campo da memória e supõe a continuidade de uma representação da história de Porto Nacional.

A classificação dada pela Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, considera os lugares notáveis como: “obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, até mesmo lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico” (SILVA, 2003: 184).

Considera, portanto, os monumentos históricos como grandes realizações humanas. Em sua definição, “os sítios históricos”, são os locais que agregam os bens culturais de grande valor ao lado daqueles de menor expressão. Classifica como “cidades mortas”, as cidades antigas que não possuem vida contemporânea, cidades que outrora

habitadas por civilizações e hoje desaparecidas nos legaram importantes vestígios, dos períodos em que ali viveram.

Partindo desta concepção, as ruínas do sítio arqueológico e histórico de Pontal localizadas nas proximidades da margem esquerda do rio Tocantins e da serra de Pontal, a uma distância aproximada de 30 km do centro urbano da cidade de Porto Nacional, compreendem estruturas remanescentes de um dos primeiros núcleos de povoamento construído no “Ciclo da Mineração”, no então Norte de Goiás; constitui assim um monumento cultural presente, um lugar que representa para a população pioneira, a afirmação e a autenticidade de sua identidade. E quando falamos em identidade, estamos associando a um passado comum, entre Porto e Pontal.

E dada às evidências das ruínas, como vestígios dos antigos moradores e ainda existentes, Pontal, pode ser considerado tanto um lugar notável, quanto uma cidade abandonada. Notável pela riqueza dos vestígios culturais, abandonada porque já não é mais habitada por uma população humana.

“Este arraial compunha-se de uma rua principal, com cerca de trezentos metros de extensão, e uma secundária, perpendicular a primeira. Em 1824, contava com quarenta e nove casas dispostas ao longo destas ruas, sendo que a principal terminava na praça da igreja. O arraial era habitado por uma população de cento e quarenta e três pessoas livres e trinta e oito escravos, contando assim, com uma população de cento e oitenta e uma pessoas. Pelos vestígios encontrados no local do extinto arraial, pode-se perceber que a maioria das casas eram de adobe, cobertas de telhas e com pisos de lajotas de cerâmica, semelhantes as encontradas atualmente em casas antigas de porto Nacional. Naquele período, vivia nas proximidades do arraial de pontal a maioria da população. Segundo uma outra lista da população do arraial, coligida em 1824, havia uma população de quatrocentos e quarenta e quatro pessoas livres, além de noventa e quatro escravos e sessenta e uma escravas, totalizando quinhentas e noventa e nove pessoas. Assim, os habitantes do arraial do Pontal, incluindo-se os moradores “urbanos” e “rurais”, perfaz um total de setecentas e oitenta pessoas (livres e escravas)” (GIRALDIN, 2002: 133).

Neste conjunto das afirmações do que foi e não é mais, surge também nossa preocupação, pela preservação deste lugar, pois se não existe o sentimento de valor e o elo de afetividade, torna-se impossível manter o passado de Porto na memória de seus filhos presentes e futuros.

Assim, é preciso valorizar a história e a memória oral, pois é também através das inter-relações desses dados que é possível entender a maneira pelas quais as pessoas dão significado aos lugares. As visões aqui reveladas evidenciam as diferentes opiniões sobre Pontal; opiniões contraditórias e indicadoras de posicionamentos controvérsos, porém, determinantes de redefinições significativas.

Neste aspecto, ao tentarmos buscar entender a identidade de Pontal não se trata de refazer a imagem, mas justamente querer entender esse lugar que de certa forma, durante o ciclo do ouro no Norte goiano, notabilizou-se, deixando configurado no quadro da memória da população pioneira, falas que nos dias atuais hierarquiza sua importância como um símbolo cultural.

“Tudo indica que Pontal foi um arraial florescente, tendo o mesmo esplendor daquele de Monte do Carmo e Natividade. Realizava-se garimpagem de ouro e, após o término da interdição da navegação do rio Tocantins, ocorrida no final do século XVIII, praticava-se também comércio fluvial com Belém do Pará” (GODINHO, 1988:183).

Segundo alguns pesquisadores da História Colonial de Goiás, como Palacin, Rodrigues, Godinho, entre outros, que fazem referência a Pontal em seus trabalhos, esse arraial prosperou pelo menos cem anos de existência e desapareceu por motivos questionáveis. Seja pela decadência do ouro e ou pela história do massacre da maioria de sua população pelo assustador ataque dos índios, o que teria levado os sobreviventes a se refugiarem na margem direita do rio Tocantins, contribuiu para o expansionismo geográfico “urbano” do desolado arraial de Porto Real (hoje Porto Nacional).

Assim sendo, mais uma vez reafirmamos, a partir da história, Pontal compõe um importante espaço representativo de uma atividade econômica colonial, que exerce uma mediação entre o passado e o presente de Porto Nacional. A necessidade de preservar e transmitir as futuras gerações informações a respeito da sua existência é indispensável também, para a compreensão de traços marcantes que se unifica com as demais cidades históricas (Natividade, Arraias, Monte do Carmo, entre outras surgidas nesse mesmo período), no território do atual estado do Tocantins.

A falta de maiores referenciais oficiais relacionados ao sítio, pela escassez de fontes bibliográficas seguras, dificulta a compreensão dos acontecimentos ocorridos em

Pontal, no que se refere à visualização dos fatos históricos no período da mineração e após, uma vez que não existe uma historiografia específica sobre esse arraial, como já dissemos atrás. No entanto, alguns referenciais culturais ainda podem ser caracterizados através dos vestígios remanescentes na área e através da representação, como um lugar de origem mineradora que abarca um mundo de lembranças, de um ambiente monótono e de dura sobrevivência do elemento minerador “massacrado”, por ataques de silvícolas, expostos pelas fontes escritas e orais, que reconstituem e reafirmam popularmente a história desse extinto Arraial.

Assim, também, consideramos que o espaço de Pontal por ser resultante da atividade humana tem seu ciclo de vida e conseqüentemente sua história, que mesmo pequena, simples e curta, na visão de muitos, foi feita pelo encontro de grupos sociais. Povos que construíram e deixaram algo que o simbolizam e que fazem refletir características que conferem a identidade da comunidade portuense, através dos aspectos físicos do lugar, da história do período de esplendor da mineração, da ameaça indígena, das ruínas que permanecem e principalmente pelo fato de contribuir para existência de Porto Nacional.

É importante mencionar que as informações históricas e literárias constituem um acervo relevante e são inúmeras as obras sobre a história dos lugares, escritas por nativos que tratam da origem, da economia, das famílias e dos fatos mais marcantes que aconteceram em determinadas épocas, em determinados lugares. No entanto, as obras que retratam Pontal, trazem em seu contexto abordagens muito mais abrangentes sobre o Norte de Goiás e seus núcleos mineradores que sobreviveram ao período colonial, quando a produção de minérios decaiu, do que sobre aqueles que desapareceram, ainda naquele período colonial, como é o caso Pontal.

Retratada num romance de Eli Brasiense (um filho de Porto Nacional), que dedicou o seu livro a memória daqueles que fundaram Porto Nacional, a “história” ou estória fantasiada sobre Pontal é rica de detalhes que reconstituem, no imaginário de muitas pessoas, algumas explicativas, na tentativa de desvendar através dessa estória a relação de significados e de sentidos que foram cultuados por transmissão oral e que foram também tecidas por Godinho no seu livro sobre a histórica de Porto Nacional.

“Bom Jesus do Pontal era um lugarejo como muitos espalhados pelo Brasil, fincados aqui e acolá pela influência do ouro, sempre de uma fisionomia desengonçada. (...) A localidade estava com jeito de cemitério. ... os habitantes de Pontal aguardavam uma vingança dos índios. Muitos homens se achavam entocados em suas casas, de trabuco na mão. (...) Os índios invadiram o largo e rumaram para a igreja, soltando gritos furiosos. Nos piquetes o tiroteio recomeçou. Não adiantava. Havia índios como formigas. (...) Só havia vivos no grupo do Jacinto. (...) Não voltaria mais ao Pontal. Nem precisava consultar o rebotalho de gente que conseguira levar até o Porto Real” (BRASILIENSE, 1954: 13-175)

Alias com exceção do Romance “Bom Jesus de Pontal”, de Eli Brasiliense, verificamos que o Arraial de Pontal é abordado ou citado por algum historiador, quando este disserta sobre algum aspecto que diz respeito à determinada informação do período aurífero. Pelas nossas pesquisas bibliográficas, não tivemos conhecimento de nenhuma literatura específica, ou seja, exclusiva sobre o que aconteceu em Pontal, o que torna difícil apresentar um “resgate” das características que atestam o desaparecimento do antigo arraial. Com esse objetivo, procuramos saber sobre o paradeiro dos livros paroquiais e os documentos cartoriais do Pontal, mas infelizmente não conseguimos encontrá-los. Mesmo assim, seu espaço e as construções representadas pelas ruínas, ainda, testemunham claramente a sua existência, o que também dimensiona o seu importante aspecto como Patrimônio Cultural de Porto Nacional.

Reafirmamos que um estudo sistemático, como uma escavação arqueológica se realizada no contexto de suas ruínas, poderá desvendar muitos de seus mistérios e dar respostas às muitas indagações que existem sobre Pontal. A arqueologia pode nos permitir conhecer o passado de Pontal antes dos registros históricos. “A Arqueologia constitui caminho de significativa importância na construção do passado. Através dela é possível – mais do que dar vozes aos vencidos – reconhecer o seu direito ao passado” (FUNARI, 1992 apud BEZERRA DE ALMEIDA, 2003: 56).

Em suma, o que nos interessa neste trabalho, em particular, não é exclusivamente o que diz a literatura histórica, mas essencialmente a requalificação do espaço de Pontal; utilizamo-la assim, para entender por um lado o valor dado pela população pioneira e por outro lado, o descaso da juventude de Porto Nacional. Será que isso acontece em função do desconhecimento das poucas fontes históricas gerada pelo processo da desinformação?

No anseio de informar e tornar Pontal conhecido, é que temos por meta propor ações, principalmente, em função do ponto mais crítico, o avançado estágio de degradação do sítio de Pontal nos dias atuais e pela necessidade da preservação de suas ruínas, esse patrimônio deve ter um novo propósito, propósito esse que deve ser gestado no seio da educação escolar de ensino fundamental, objetivando restabelecê-lo na Memória individual e coletiva, como uma medida de promover a valorização e a preservação do Patrimônio de Porto Nacional.

Assim sendo, é pela utilização das fontes históricas, que de certa forma, queremos restabelecer ou reavivar a Memória, pois a “Memória tem um papel fundamental, porque ela é a matéria-prima, preciosa fonte simbólica maleável aos interesses reais dos homens que compõem a comunidade de memória, demarcando seus lugares nas relações sociais e, de modo especial, na política local” (LIMA FILHO, 2001: 176). Nesta intenção, reavivar a memória do povo sobre a existência de Pontal, compõe o quadro das medidas, na nossa proposta de preservação do Patrimônio Cultural de Porto Nacional.

## **2.6 – A SITUAÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE PONTAL, HOJE.**

“Um monumento é uma edificação ou sítio histórico de caráter exemplar, por seu significado na trajetória de vida de uma sociedade/comunidade e por suas características peculiares de forma, estilo e função. Outros são remanescentes do passado, e são testemunhos que sobreviveram ao tempo, e que são consagrados pela sociedade como símbolos coletivos, e como referências da memória de um povo” (HORTA, 1999: 16).

Os dados históricos sobre a existência dos povos relembram sua história, assim como os lugares onde se encontram vestígios da cultura material dos povos do passado. Junto a essa caracterização, os sítios arqueológicos e históricos, por serem testemunhos do passado, tornam-se importantes fontes de informações e de

conhecimentos e, portanto, seus vestígios representam instrumento de informação e de formação cultural.

Localizado nas proximidades do córrego Pontal, cercado por seqüência de serras elevadas, muna área de relevo plano e alto em relação às áreas periféricas do rio Tocantins e dos córregos que banham o entorno da área do antigo povoado de Bom Jesus do Pontal, hoje em ruínas, se caracterizada por vestígios culturais, representados por várias seqüências de muros de pedras empilhadas, formando quadriláteros de variados tamanhos por uma área de aproximadamente 400 X 400 metros Alguns quadriláteros varia de extensão em sua lateralidade, chegando a ter 60 metros de comprimento por 50 metros de largura, divididos por uma base estrutural de pedras, formando cômodos, provavelmente das antigas moradias, pois os mesmos possuem no seu interior montes de telhas, a maioria quebrada.



Eunice Menestrine / NUTA

**Foto 4 - Muros de Pedras dividindo os espaços das antigas moradias**

Também podemos observar no meio das estruturas das ruínas o traçado de uma rua principal, que corta o terreno no sentido Norte/Sul e a partir desta, outros semi-traçados de ruas, para direita e para esquerda, sem muita definição. Os muros de pedras seguem por extensos alinhamentos, algumas vezes próximos a buracos canalizados e entrincheirados, que circundam o ambiente das ruínas.



Marcos Zimmermann / NUTA

**Foto 5 - Alinhamento de Muros de Pedras de Pontal**

O espaço do extinto arraial de Bom Jesus do Pontal reflete transformações em sua característica histórica/cultural, mas conserva testemunhos de tempos passados, se apresenta dotado de uma certa fisionomia que revela múltiplos aspectos de uma comunidade, é um sítio arqueológico e histórico de caráter singular, pelas suas estruturas e formas peculiares do passado, que foram determinadas por relações funcionais, entre os geofatores (homem e recursos naturais).

Uma parte deste sítio está enterrada sob camadas de solos, como resultados de processos naturais ou por ações decorrentes da utilização do seu solo em função de atividades antrópicas, neste meio rural.

No entanto, analisando a dimensão cultural do espaço das ruínas de Pontal percebe-se que, apesar de terem seus significados redefinidos pela destruição e pelo descaso que é dado pela população atual de Porto Nacional, ainda é possível, observar nele vestígios da cultura passada, das relações tecidas entre os homens, o meio e suas práticas de sobrevivência, práticas essas culturais, que um dia foi partilhado de pertencimentos entre grupos sociais, de referenciais culturais.

Hoje essa existência de elementos marcantes resultantes de práticas culturais passadas, revelam e indicam a sua importante dimensão histórica/cultural. É um lugar onde, ainda se encontra e se vê vestígios arqueológicos e históricos, oriundos da vida e da cultura material dos povos do passado. Vestígios da cultura indígena e da cultura “civilizatória”. Por tudo isso, a paisagem das ruínas de Pontal compreende uma série de fatores que vão além da sua beleza natural, composta principalmente pela beleza dos elementos culturais, porém, colocada em uma situação, extremamente vulnerável, dado ao seu caráter subjetivo e sua fragilidade perante determinadas ações impactantes.

Preservá-las e protegê-las da destruição é uma atividade de resguardo das informações, pois as ruínas de Pontal são fontes de conhecimento da pré-história, da história, dos antepassados e até da trajetória cultural de Porto Nacional, são testemunhos que sobreviveram ao tempo, para lembrar o passado distante dos homens e de seus feitos, da formação histórica do Estado do Tocantins. Entretanto, o conjunto das suas representações e materializações culturais vem sendo afetado pela junção de símbolos do tradicional e do moderno, o que é velho é esquecido, é abandonado em função do novo, passou a significar “atraso”.

Por mais que tentamos apresentar a situação degradante, dificilmente poderemos através de palavras demonstrarem a sua verdadeira imagem. O aspecto estético das ruínas de Pontal, não é suficiente para assegurá-lo e deter o elenco de fatores impactantes que alteram e destroem os elementos culturais responsáveis pela sua característica notável.

Hoje, as estreitas relações sociais do passado, já não são mais observadas, a paisagem local denota um grande abandono. O domínio da paisagem cultural caracterizado pelas ruínas encontra-se cercado e recoberto pelo matagal. A vegetação de capim domina o espaço do antigo arraial e o descaracteriza. Restam pontos, aqui e acolá

de vestígios concentrados, que confirmam a presença da ocupação humana no passado. Vestígios esses, representados por estruturas de muros de pedras, alinhamentos de antigas ruas, buracos em trincheiras abertas e montes de cacos cerâmicos, pedaços de telhas das antigas moradias, cujo pisoteio do rebanho bovino que pasta na área, acentua sua quebra e destruição.



Marcos Zimmermann / NUTA

**Foto 6 - Degradação do Ambiente das Estruturas Culturais pelo matagal**

Como por obra do acaso, os elementos culturais resistem e se destacam de forma imponente no meio do contexto degradado, não deixaram de ter sua singularidade, guardam aspectos culturais relevantes da sua história, como se quisessem a própria comprovação. Mas por outro lado, tem ficado aquém do espaço cultural que simboliza Porto Nacional.

Cabe aqui, reforçar que esse processo da não “valorização” do Patrimônio Cultural nas cidades históricas é uma manifestação resultante da “modernização” urbana, somados a outros fatores de desvalorização, como o desconhecimento e o

desprezo da população. A própria população local, menospreza seus valores culturais e submete-se aos novos introduzidos pela modernização. Infelizmente, tais posturas, contribuem profundamente para perda e degradação do patrimônio, das tradições locais. Novas culturas, novas visões de mundo, novas noções de modernização chegam para transformar esses lugares.

Com isso, não queremos dizer que somos contra o progresso, a modernização, apenas estamos requerendo mudanças políticas diferenciadas com o patrimônio, mudanças políticas que sejam ricas em estratégias, que contribuam para requalificação e para preservação do Patrimônio Cultural dos lugares históricos com alto potencial e graves problemas de conservação, como é o caso de Porto Nacional. O resgate do seu patrimônio histórico-cultural é importante que se diga, precisa ser feito urgentemente, como fator de evolução social e como fator de salvaguarda dos seus bens culturais, entre ações para a notabilidade do patrimônio de Pontal.

Considerando o que foi aqui exposto, cabe-nos mais uma vez ressaltar a necessidade urgente de definição de estratégias para sua preservação, enquanto Patrimônio Cultural e, sobretudo, enquanto sua relevância para os estudos sobre a história local. Pontal é um patrimônio importante em termos de potencial de informação, no que compreende aos depósitos de vestígios históricos subsuperficiais, que podem através da arqueologia histórica, levar a interpretação de muitos processos culturais que ali existiram no passado e assim, embasar a história do período minerador, tão forte nesta região.

## **2.7 – REFLEXÕES PARA VISIBILIZAR PONTAL COMO PATRIMÔNIO CULTURAL**

“Mais que um testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressos na apropriação de parte da herança cultural” (RODRIGUES, 1996: 195).

Como testemunho de um passado, o arraial de Bom Jesus do Pontal deve se tornar conhecido e como tema acadêmico assegurar seu significado histórico/cultural. Pontal, não é apenas e tão somente uma leitura da existência de Porto Nacional. Ao contrário, carrega toda história do seu passado e refazendo esse passado em relação ao nosso presente, podemos promover reflexões e até reavaliar a questão do Patrimônio Cultural ultimamente tão frágil em nossa cidade.

“A cultura deve ser conhecida a partir da dinâmica e das condições pelas quais ela é transmitida, ou seja, ela é o conjunto daquilo que é transmitido e inventado, implicando que se conheça a dinâmica da inovação e difusão das técnicas, atitudes, idéias, valores, bem como as condições de transmissão” (CORRÊA, 1995: 63)

Assim, transmitir a idéia da revitalização do espaço de Pontal torna-se necessário um trabalho de construção da identidade local, com vista à sua preservação, é preciso que este seja reinventado pelas várias dimensões e vertentes das políticas educacionais e de órgãos planejadores e/ou executores do Patrimônio Cultural que, por sua vez, deverão difundir a idéia e estarem preparados para uma tomada de posicionamento adequado, na medida em que o foco da discussão identitária pode encerrar elevadas controvérsias.

Será preciso impulsionar a participação da população de Porto Nacional na organicidade da preservação cultural, será preciso reconstruir simbolicamente Pontal como parte da identidade deste povo, pois é o sentimento de pertencimento que possibilita sucessivas requalificações. Construir a identidade do povo portuense com

base nos pressupostos de “valorização” do Patrimônio Cultural, é a única maneira de se evitar a destruição sistemática, tão evidenciada no sítio de Pontal.

A participação da escola neste sentido é fundamental. A escola pode ser o espaço de formação, onde se pode desenvolver a sensibilidade de mostrar o outro lado da questão cultural, através da Educação Patrimonial.

Neste processo, é importante reconhecer que para os mais antigos, as ruínas de Pontal ainda constituem o espaço territorial socializado, o conhecido, a sua origem, o seu passado sempre presente. Por outro lado devemos trabalhar com a questão de que para a comunidade mais nova, Pontal é um espaço natural ainda não socializado, não apreendido, sem grande significado. Tais concepções podem resultar, também, do valor e do significado que é dado ou não, pelo processo educacional, em que muitas das vezes privilegia o “novo”, em detrimento do velho ou tradicional.

O grande descaso, a falta de compromisso e/ou o desconhecimento da comunidade juvenil sobre o Patrimônio Cultural de sua cidade, supomos que se trata de uma postura coerente com o processo educacional, como um resultado conseqüente da falta de atuação dos gestores da educação no município, que não têm contribuído quase nada, na formação da conscientização para preservação dos bens patrimoniais. Será talvez uma conseqüência da formação dos educadores e conseqüentemente dos educandos, que desconhecem a importância de valorizar as suas raízes, a cultura local?

Se os elementos do Patrimônio Cultural não são concebidos pelos educadores, como algo que devemos salvaguardar como parte da história ou da própria cultura local, não se pode exigir que os educandos tenham uma concepção contrária. Daí outra conseqüência, não tem como estabelecer o diálogo sobre a questão no contexto da educação formal, quando o próprio educador não tem domínio real da importância do patrimônio local. Se a escola e os educadores não promovem tal aprendizagem, provavelmente o resultado real é o distanciamento do aluno da sua identidade cultural.

A educação é um processo que ocorre por mecanismos próprios de cada cultura e na dinâmica própria de suas culturas. Assim, não devemos esquecer de que, embora o aluno possa ter afetividade por algum elemento do seu patrimônio constituído, se ele não tiver construído essa relação a partir de uma ação educativa conectada com o ambiente externo à sala de aula e não houver aprendido a fazer interfaces entre as coisas

do passado e do presente, dificilmente terá condições de apreender o Patrimônio Cultural enquanto parte do todo e enquanto parcela de si.

A idéia de patrimônio nunca será entendida como parte da identidade. Ao contrário, com o nível de desconhecimento ou o baixo grau de informação e/ou ainda a não valorização, o Patrimônio Cultural pode para o aluno simbolizar a “estagnação” e o impedimento para o “progresso”. A abordagem da própria cultura pode despertar aversão e ser considerada como um atraso. Tudo isso depende do processo educacional.

Assim sendo, torna-se necessária uma reavaliação das relações entre escola e sociedade, entre informação e conhecimento.

Será que não é preciso, urgentemente, trabalhar nas escolas alguns métodos que desenvolvam na comunidade o sentimento de “valorização” do Patrimônio Cultural? O que devemos fazer para que aconteça de fato o consenso sobre a necessidade de preservação do Patrimônio Cultural em Porto Nacional? Serão necessárias conexões mais estreitas entre os elementos do patrimônio, as escolas e as políticas de governo?

É importante a propaganda de recuperação do conjunto histórico de Porto Nacional e das suas tradições, que mostre suas novas funcionalidades e as vantagens para o próprio povo? Como tem sido trabalhada a Educação Patrimonial no seio da educação escolar? Os professores estão de fato preparados para abordarem o assunto?

Finalizando nossas reflexões direcionamos os questionamentos acima, especialmente às escolas de ensino fundamental, que entendida como a base da educação, pouco tem esclarecido a importância da conservação / preservação do Patrimônio Cultural à população discente, de modo que estas, junto ao corpo docente, possam tornar futuros multiplicadores da tomada de consciência pela preservação do patrimônio local e difundir o domínio de conhecimento e de qualificação ao público que eles integram.

Nesta meta, difundir a Educação Patrimonial passando pelas questões sócio/culturais torna-se uma tarefa inadiável no seio das escolas de ensino fundamental de Porto Nacional. Cumpre-nos na condição de educadores, fazer uma educação mais ampla, firmar a existência da Educação Patrimonial na prática e para a prática. Esse é o momento de reflexão, em que as críticas fundamentadas nos problemas que nos afetam, podem subsidiar avanços e superações no âmbito das nossas práticas. A luta por uma

Educação Patrimonial como um processo mais amplo de transformação de toda nossa realidade sócio/cultural é, antes de tudo, política e ética. Entremos, então, em ação.

E para finalizar este capítulo faço então nossas as palavras de Rassi (2002:13) em Diversidade Cultural: “A riqueza do patrimônio cultural da humanidade está na sua imensa diversidade e, quando uma cultura desaparece, esse patrimônio se resente”. Isto é, são apagados da memória dos homens. Por isso é importante entender que é preciso preservar o passado; compreender a existência de um monumento ou de um bem patrimonial pode ser a garantia que temos para entender o nosso presente. Portanto, conhecer para preservar o sítio arqueológico e histórico de Pontal é a garantia que temos para manter viva a origem de Porto Nacional e para alcançar esse objetivo é fundamental a participação da escola e da comunidade local, no desenvolvimento de ações conjuntas e integradas de valorização.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE PORTO NACIONAL



## 2.8 – (RE)PENSANDO A IDENTIDADE E AS DIMENSÕES CULTURAIS DE PORTO REAL = PORTO IMPERIAL = PORTO NACIONAL

“Talvez nenhuma cidade brasileira pode se orgulhar do privilégio de se apelidar por nomes tão importantes, sugestivos e adequados como Porto Nacional, senão vejamos: ao tempo do Brasil Reino esta cidade se chamou Porto Real. Instituído o Império eis o Porto Imperial. Após a Independência a cidade tocanina ostenta o brasão de Porto Nacional,....”<sup>1</sup>

Com base nos dados históricos lembramos que após a Independência do Brasil, em 1831, Porto Real foi elevado à categoria de Vila, recebendo a denominação de Porto Imperial, com a Proclamação da República brasileira e como cidade recebe definitivamente o nome Porto Nacional, através do Decreto-lei nº 21, de 07 de março de 1890, do Estado de Goiás.

Berço cultural tocaninense, Porto Nacional revela simultaneamente imagens do passado e do presente do atual estado do Tocantins. Entre o cenário de ruas estreitas e velhos casarões, surgem novos traços da modernidade.



Divino de Oliveira / NUTA

**Foto 7- Rua da Cadeia casario, destaque ao“Prédio da Primeira Prefeitura”**

<sup>1</sup> Porto Nacional e sua origem. Apostila da Assessoria de Relações Públicas – Secretária do Interior e Justiça – Instituto Goiano de Administração Municipal. Dados colhidos com o Profº Durval Godinho.

Denominada *Portal da Amazônia* sua trajetória é carregada de fatos históricos, mitos e tradições. A inter-relação entre mineradores, escravos, padres franceses, bandeirantes portugueses, aventureiros nordestinos, formou uma sociedade multicultural, moldada pela forte presença da educação formal e religiosa da congregação dominicana.



Divino de Oliveira / NUTA

**Foto 8- Seminário São José da Diocese de Porto Nacional – Herança cultural**



Divino de Oliveira / NUTA

**Foto 9 - Interior do Caetanato “Antigo Colégio das Irmãs Dominicanas” - Herança Histórico Cultural**

A história de Porto Nacional envolve a análise e a descrição de vários fatores da sua conjuntura histórica/social, econômica e política do Brasil, do território goiano, das minas de ouro do arraial do Carmo e do Pontal e da própria influência do rio Tocantins no processo de povoamento da região Norte, no decorrer dos séculos passados; no entanto, vamos nos limitar a resumidos comentários, necessariamente para fazer uma associação entre o patrimônio histórico/cultural de Pontal e Porto Nacional.

“Porto Nacional teve um humilde principio nos primeiros anos do século passado. Começou sendo um simples rancho de “passador”, isto é, de um pobre barqueiro que ganhava a vida “passando” viajantes de um lado ao outro do grande rio Tocantins. O movimento era constante, pois este ponto de travessia, já chamado Porto Real, achava-se entre dois povoados importantes da época, devido as lavras de ouro, que faziam afluir muita gente dos sertões e das capitais de Goiás e Bahia” (AUDRIN, 1946: 54). \*

\* Os dois povoados que se refere Audrin, na citação acima, são Pontal e Monte do Carmo.

Porto Nacional, nascida do antigo Porto Real surgido no fim do século XVIII na margem direita do rio Tocantins, teve o povoamento originado dos garimpos de Pontal e Monte do Carmo, configura-se hoje como uma concretização da evolução histórica e representa ainda, o produto acumulado da cultura, desde seu período arcaico aos tempos atuais.

As origens culturais do seu povo, herança dos caracteres adquiridos, ainda sobrevivem semi-adormecidos e nem mesmo as revoluções mais inovadoras, não conseguem abolir totalmente dos portuenses a herança de todo seu passado. Sua história foi e ainda é cultuada pelos moradores mais velhos com sentimento de orgulho.

“Porto Nacional teve como recuada origem o casebre do português Felix Camôa, barqueiro que se dedicava à travessia do rio Tocantins, dos mineradores que, na última década do século XVIII, buscavam as minas de ouro de Pontal, situada a 12 km da margem esquerda do rio, e Carmo distante 42 km da margem direita do rio Tocantins. A localização do casebre nas férteis margens do rio e ponto da nascente navegabilidade para Belém do Pará, desde cedo, atraiu a edificação de outras moradias de tal modo que em pouco tempo o insignificante porto de travessia se transformou no prospero Arraial de Porto Real” (GODINHO, 1988:10).

Cabe-nos acentuar que os lugares vividos são frutos das relações tecidas entre os homens, o seu meio e os sentimentos de pertencimento, sentimentos constituídos pelas redes de relações que existem entre os lugares e as pessoas que nele vive, relações estas codificadas por signos que se interagem entre os elementos naturais e sociais. Todos os lugares vividos são categorias que refletem situações da experiência relacional de povos, definido pelo reconhecimento do que os homens produziram ou do que deixaram edificados.

Porto Nacional ainda guarda nas ruas do centro histórico (figura 2) o quadro do passado colonizador, representado pelo casario edificado, em que a fachada das residências definia estratos sociais e formas de relações humanas hierarquizadas pelo poder econômico das famílias.



Antonia C. Pedreira / NUTA

**Foto 10 - Casarão da Família de D. Custódia Pedreira**



Antonia C. Pedreira / NUTA

**Foto 11 - Fachada da casa do Sr. Laudemiro Gomes**

Deve-se ainda ressaltar que a região do Arraial de Porto Real durante séculos representou incerteza, atraso, longínqua, selvagem; um lugar povoado por homens rudes e pobres onde as duras condições geográficas compactuavam com o vazio demográfico. As relações sociais eram estabelecidas com outros pequenos arraiais que se extinguíam e perpetuavam naquelas paragens populacionais, situadas também naqueles confins do sertão. Sertão dos perigos e dos riscos, dos “índios ferozes”.

Mas por outro lado, tais relações se estabeleceram numa categoria histórica, que hoje se situa entre o limite da ficção e da realidade.

Porto Nacional ainda conserva consigo as marcas do processo colonizador, refletindo uma expressão de traços culturais do branco, do índio e do negro, presentes no caráter e no jeito de ser do portuense e que foram reforçadas pelo distanciamento do sertão, traços culturais de uma identidade territorial especificamente sertaneja, tecida por relações sociais que se realiza no plano do vivido e nos processos de construções dos homens desses sertões.

Com a construção da rodovia Belém – Brasília (BR-153), já na década de 1960, mesmo distante sessenta quilômetros da sede urbana de Porto Nacional, lhe facilitou a comunicação com outras regiões do País e do estado, que acentuada pela construção da ponte sobre o rio Tocantins na década de 1970, fez surgir uma nova fase de confronto entre o antigo tradicional e a “modernização”, assim como comenta o autor.

“Enfim, a construção da Belém Brasília foi um acontecimento de grande importância histórica, não apenas para o antigo Norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins, mais para o país como um todo. Os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais que a estrada provocou devem ser considerados como decisivos para a região tocantinense dar os seus primeiros passos rumo à modernidade” (AQUINO, 2002: 330).

Tendo sido durante década considerada o “*berço cultural do norte goiano*”, pode este título contribuir e vem sendo o processo de ressignificação do Patrimônio Cultural de Porto Nacional. A população ultimamente vem clamando pelo título adormecido, e já começa promover algumas ações, por exemplo, no carnaval de 2005 foi feito um apelo da população ao prefeito Paulo Mourão, para o resgate do encerramento

da festa com a tradicional “Alvorada” da banda de Porto Nacional, que há muitos anos estava esquecida, percebemos que este encerramento provocou grande emoção.

Porto Nacional muito contribuiu para o processo de criação do Estado do Tocantins. Dois movimentos, neste sentido, tiveram participação de estudantes, políticos e pessoas influentes da comunidade portuense: a CENOG – Casa do Estudante do Norte Goiano e a CONORTE – Comissão de Estudos do Norte Goiano, cujo lema era *Estou Goiano Mas Sou Tocantinense*. Com o golpe militar de 1964, a CENOG perseguida, acabou sendo perdida.

“A Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG) foi um movimento estudantil detentor de expressividade regional e nacional que atribuiu, às reivindicações dos estudantes norte-goianos, conteúdo e objetividade, dando destaque também aos problemas socioeconômicos que afligiam a população do antigo norte de Goiás, atual Tocantins” (SANTOS, 2002: 89).

Com a criação do estado do Tocantins e localizada apenas a 66 km da sua capital, Palmas, Porto Nacional rompeu de vez o isolamento regional e muitas de suas raízes culturais foram ofuscadas, como: as serenatas; o festival de música com artistas da terra; as brincadeiras de crianças e dos jovens, as histórias dos adultos em noites de luar sentados à porta de suas casas; o carnaval de rua que era uma grande atração, animado por marchinhas tradicionais, muitas de autoria de seus filhos, enfocando histórias de ruas e fatos da cidade; os bailes sociais realizados no “Light Clube”; as festas animadas pelo som da “radiola” na casa das famílias. O teatro realizado no auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus e difundido pelas Irmãs Dominicanas, que incentivava os jovens nas artes cênicas; o banho na beira-rio e a temporada de praia, para sempre perdida com a construção do lago da UHE - Lajeado.

Alguns movimentos de fortalecimento, de engajamento e de mudanças benéficas estão, lentamente, sendo renascidos e sustentados pela proposta de registro para o Tombamento do Centro Histórico e de alguns monumentos históricos, sendo a Secretária de Cultura do Estado do Tocantins, a responsável, isto é, refiro-me ao processo de levantamento dos monumentos históricos, que está sendo realizado neste ano de 2005 pela Secretária de Cultura do Estado do Tocantins, para o futuro registro do conjunto histórico de Porto Nacional no livro do Tombo do IPHAN. “A Fundação

Cultural em convênio com o IPHAN e a INVESTCO, em parceria com a Prefeitura de Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins e Diocese de Porto Nacional, estão realizando o Inventário Histórico, Cultural e Arquitetônico de Porto Nacional”, (vide folder anexo).

Mas o certo é que, o patrimônio alterado e perdido, de Porto Nacional ainda está distante de ser requalificado, como é o caso do coreto da praça da igreja matriz que foi demolido, para dá espaço a um palco de pedra “canga”.

“Parece que o coreto naquele espaço, na praça da Catedral tinha este papel. Ele era um objeto incorporado na vida de muitos portuenses. Simbolicamente era um elo que unia as famílias portuenses com as histórias dos antepassados e com aquilo que marcava a identidade cotidiana, aqui entendida como o licor de piqui, o doce de caju, os ensaios de teatro do grupo Via Sacra, “a musiquinha chorosa” tocada pela Banda do mestre Adelino, as mangueiras e toda a paisagem que compunha aquele mosaico cultural” (MESSIAS, 2004: 47).

Considerando o conteúdo e a dimensão das perdas e danos percebe-se que, apesar de terem ações isoladas, preocupadas com a preservação, é possível, por outro lado, observar o grande descaso, a depredação, a destruição que ultimamente apresenta o patrimônio público de Porto Nacional; na verdade acreditamos que, isso seja resíduo da falta de preparação, da desinformação e da falta de conhecimento da própria população local. Portanto, tais práticas suscitaram reflexões a respeito da própria formação cultural. Para esclarecê-las, cabe então, observar quais são, também, as falhas da educação escolar.

Reiteramos que tal afirmação feita acima, diz respeito as nossas conclusões e as reflexões que temos feito sobre alguns aspectos da cultura portuense, cultuados até dez ou quinze anos atrás e que hoje não existem mais. Refiro-me também, o descaso do povo com seu próprio patrimônio, que muito reclama, mas pouco faz. É então que levantamos a idéia da Educação Patrimonial no seio da educação escolar, como medida de melhor gestar todo nosso Patrimônio Cultural, que é rico tanto em aspectos arquitetônico edificado (como mostra a foto da majestosa Catedral de Nossa Senhora das Mercês), quanto nas representações culturais de caráter imaterial.



Eunice Menestrine / NUTA

**Foto 12 - Catedral de Nossa Senhora das Mercês**

## **CAPITULO III**

### **3.1 - EDUCAÇÃO E ESCOLA NA PROPOSTA DE PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL.**

“Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens” (FREIRE, 1989: 20).

Segundo o pensamento dominante na sociedade, educação significa estudo; o processo educacional se caracteriza pela hegemonia de uma visão que se restringe ao conceito de educação exercida pelo sistema escolar. No entanto, a história da educação não se restringe apenas à educação escolar.

Não há uma forma única, nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e muitas vezes não é o melhor; o ensino escolar não é a única prática e o professor profissional, não é o seu único praticante. A família, a igreja, a imprensa, o sistema político, a mídia, entre outras práticas também promovem educação.

Educação é antes de tudo, formação da consciência, aquisição do conhecimento real, aquisição essa que se faz em sociedade, na relação que os homens estabelecem entre si e com a natureza em condições concretas de vida, relações que se estabelecem entre grupos sociais.

“Da família à comunidade, a educação existe difusa em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas dos mistérios do aprender;... A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. ... A educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualidades e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens, poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força” (BRANDÃO, 1996: 10-1).

Neste sentido, a educação é uma transmissão cultural e é uma fração da sociedade, um produto da ação humana. É através dela que a interferência da sociedade

se faz intensa sobre o indivíduo num grupo cultural. Através dela também podem ser repassados no decorrer dos tempos os caracteres histórico-culturais, entre gerações.

Segundo Saviani (1996:34)... “a educação deve tornar o homem cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela transformando-a”. E esta transformação pode contribuir para qualificar a vida em sociedade, a partir da reflexão e produção de saberes que contribuam na compreensão da nossa realidade; a educação pode contribuir para o repensar de muitas práticas políticas, pode contribuir para refletir as situações concretas de vida desiguais existentes no seio das sociedades, e pode ajudar as pessoas na auto-organização social. O compromisso com uma educação de qualidade é uma atitude fundamental para a resolução de muitos problemas sociais.

No entanto, na sua prática, a educação pode tanto existir livre, quanto imposta. Às vezes o resultado de sua prática ajuda a explicar, outras vezes a ocultar ou inculcar determinantes sócio/culturais. Muitas vezes acaba sendo um dos meios de que os homens lançam mão para criar guerreiros e/ou burocratas. Na prática, a mesma educação que ensina pode também deseducar e muitas vezes, pode correr o risco de fazer o contrário do que pensa que faz, ou do que inventa que pode fazer. Nesse processo, os educadores agem como mediadores da ideologia política cultural.

Neste sentido, não existe uma educação única e entendida como a ideal em todo o mundo; assim como não existe uma cultura única, uma cultura “ideal”. Todas as formas pelas quais, o indivíduo organiza sua experiência e compreende seu mundo, bem como os símbolos de linguagem de que se serve para representar suas idéias e comunicá-las aos outros, são ensinados através da socialização, desta forma, podemos entender a educação como um agente formal de socialização.

Existe a definição de educação como:

“... a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine” (DURKHEIM, 1983: 42).

Nesta concepção, a educação é entendida como um instrumento da sociedade, colocando-se a seu serviço. O seu caráter político está enraizado no seu próprio caráter social e ela pode ser considerada conservadora.

No entanto, por outro lado podemos dizer que, o processo educacional se bem utilizado ou se bem trabalhado pode com mais clareza e com maior democracia construir pensamentos práticos transformadores. Pode promover à cidadania, condição primeira para transformação social.

Geertz dizia: “As formas da sociedade são a substância da cultura”; assim, também entendemos que, a escola como um produto da sociedade é substância do processo cultural, está essencialmente relacionada a processos que caracterizam a evolução social, política, econômica e cultural, como também pode de certa forma, caracterizar em determinadas práticas o retrocesso dos comportamentos sociais.

Para Charlot (1979), “a educação transmite os modelos de comportamento, de trabalho, de vida, de troca, de relações afetivas, de relacionamento com a autoridade, de conduta religiosa, entre outros modelos de transmissão. A educação é inegavelmente política, uma vez que transmite os modelos sociais, forma a personalidade, difunde as idéias políticas e, ainda, é encargo da escola, que é uma instituição social”.

Embora tais modelos que cita Charlot, possam ser transmitidos de forma direta ou indireta, proposital ou inconsciente, estruturada ou até destruturada pela sociedade, é através da educação escolar que essa transmissão atinge maior sistematização, a escola representa o elemento sistematizador do processo educacional, conforme a orientação política e filosófica que a fundamenta e a constitui, ela representa o centro “formador” da sociedade. Existe assim, uma interdependência entre escola e sociedade.

Tradicionalmente, a escola representa um lugar de difusão de conhecimentos e suas ações educativas vêm sobressaindo nas últimas décadas, tornando-se cada vez mais agente de desenvolvimento social, principalmente no mundo capitalista, onde muitas vezes por outras razões competitivas de sobrevivência, os pais quase sem tempo para os filhos têm deixado de lado sua responsabilidade e têm atribuído somente para escola o papel de educar.

O ambiente escolar deve ser, portanto, um local de leitura da realidade, do mundo onde se apresentam múltiplas e rápidas transformações, onde se vivem relações culturais.

É nesse sentido de educadora social que a escola e, conseqüentemente, o ensino têm passado nos últimos tempos por sensíveis transformações e comumente recebidos críticas diversas na perspectiva de melhorias, objetivando alcançar um futuro digno, mais justo e mais humano, para as próximas gerações.

O processo educacional, quando bem trabalhado, aproxima tanto a escola da comunidade, quanto os professores entre si e as diversas áreas de conhecimento, vencendo a fragmentação dos conteúdos programáticos e revelando a importância dos saberes destes conteúdos para o conhecimento e a transformação da vida cotidiana da comunidade.

A escola tradicionalmente é vista como um lugar onde se pode fornecer ao estudante a oportunidade de desvendar o mundo em que vive e ao mesmo tempo oferecer meios intelectuais para que ele possa se desenvolver e adquirir a consciência necessária para uma vida mais “civilizada” e conseqüentemente ter maior responsabilidade cívica e social. Mas, para atingir esse fim, não se deve esquecer ou negligenciar o sistema de educação formal. Não devemos esquecer de (re)avaliarmos as próprias políticas educacionais, que nesta perspectiva da formação do cidadão, muitas vezes, acaba sendo inadequada para atingir seus próprios objetivos.

Sendo, sua razão de ser educar, no sentido estrito da palavra, a escola deve, então, ser um local onde se proporcione continuamente o enriquecimento da personalidade do aluno; ser um campo de relações e de aprendizagens, onde se possa aprender a raciocinar logicamente, a ter senso crítico e conseqüentemente maior dinamismo com as questões sócio-culturais que dizem respeito a todos.

Desta maneira, se é com a educação formal que se inicia o processo de construção do saber sistematizado, então, refletir no âmbito da escola a questão e os problemas do Patrimônio Cultural pode ser também um passo a mais na direção da transformação social; certamente a valorização do no Patrimônio Cultural dos lugares vai depender da grande parcela de contribuição do processo educacional.

Conceitualmente é pela educação escolar que se pode fazer com que a idéia de preservar o patrimônio, seja mais facilmente difundida, mais esclarecida e certamente ter maiores possibilidades de se concretizar como uma ação permanente.

Segundo Gonçalves (1990) “cada vez mais os educadores se convencem da importância da escola como condição para a conquista da cidadania e, por consequência, dos direitos de participação plena na vida econômica, política e cultural da sociedade”.

Neste sentido reafirmamos, a educação escolar deve cada vez mais se preparar para tornar seus sujeitos (professores e alunos) mais capazes de lidar com os diferentes problemas da realidade social, entre eles, se coloca também, a questão do Patrimônio Cultural, a sua promoção, a sua preservação.

O processo educativo pressupõe então a oportunidade de comprometimento com a conscientização dos problemas que afetam a comunidade, e nós, na situação de educadores e/ou alunos, sabemos mais que qualquer outra pessoa da nossa responsabilidade.

Diante do novo contexto global e de inúmeras problemáticas sociais, em função do acúmulo do capital dos grandes grupos econômicos, em que se tem como consequência a depredação do Patrimônio Cultural, devemos, num trabalho conjunto de todos, envolvidos no processo educacional, buscar alternativas de ensino que reavaliem nossa realidade, nosso próprio comportamento cultural.

Com tantas problemáticas é o momento de analisar o papel que a escola tem exercido como lugar de transmissão de valores significativos. De analisar a escola como um lugar de conhecimentos, onde o aluno deve aprender, inclusive a apreender os seus valores culturais, é o momento de pensarmos onde deixamos a desejar no desempenho da nossa função, como educadores. Pois mesmo no contexto “modernizado” ainda deparamos com processo de ensino-aprendizagem compartimentado, cujos conteúdos são ainda retalhos da realidade, desconectados da vida do aluno, ensino com informações fragmentadas e distantes da nossa realidade sócio-cultural mais próxima e do nosso aluno.

Para presente proposta de preservação do Patrimônio Cultural de Porto Nacional, perguntamos o que tem feito concretamente as suas escolas? Que noção tem transmitido aos alunos sobre o Patrimônio Cultural existente nesta cidade?

Sem termos uma resposta pronta para tais questionamentos, esperamos que os mesmos sirvam para levantar reflexões.

A educação escolar é necessária. No processo prático serve como espaço para discutir referências culturais, para se fazer novas leituras e traçar novas estratégias, inclusive da preservação do Patrimônio Cultural. Para tanto, a escola também, precisa rever suas práticas, compreender melhor a realidade, respeitar as diversidades existentes, escapando, assim, da idéia de homogeneidade, que leva e favorece as políticas econômicas e ideológicas a propagarem sua hegemonia.

Incentivar o conhecimento, individual e coletivo, do Patrimônio Cultural através dos campos do saber e das ações educativas é um processo de desenvolvimento pela apropriação de valores que nos compete promover no âmbito da educação escolar.

“O nosso desafio enquanto educadores está na defesa de uma educação que possibilite a humanização do homem (objetivação, sociabilidade, consciência, universalidade e liberdade), as quais se constituem, dentro de uma concepção histórico-social de homem em valores máximos para uma sociedade possivelmente humana ainda existente” (OLIVEIRA, 1996: 23).

É a formação desse homem, a nossa contribuição para a transformação de realidades cruéis, da qual a participação de todos constitui importância vital.

Dessa forma, surge nova, diferente e importante dimensão no fazer da educação, na redefinição de conteúdos disciplinares, nas práticas educativas e nas ações curriculares pelo trabalho da Educação Patrimonial.

O grande desafio agora é incorporar nas escolas de ensino fundamental a idéia da Educação Patrimonial, o objetivo é incentivar os sujeitos do processo educacional (educador e educando) a participarem ativamente do processo de mudanças, de postura, de mentalidade, frente à destruição do seu Patrimônio Cultural.

Nesta meta, descortina-se, ao mesmo tempo, a construção de uma nova ética – valores éticos são fatores de mudanças e transformações qualitativas, inclusive para a prática da Educação Patrimonial. Descortina-se, assim, um quadro de novos objetivos, tarefas e posicionamentos de que primam as práticas para preservação do Patrimônio Cultural local, cujas práticas devem também fazer parte na educação formal.

### **3.2 - EDUCAÇÃO ESCOLAR E A FORMAÇÃO DO ALUNO COM VISTA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.**

Discutir a dimensão da educação formal com vista a desenvolver no aluno a concepção da preservação do Patrimônio Cultural importa, por sua vez, compreender também, alguns conceitos epistemológicos, que nos facilita uma reflexão significativa e nos fornece alguns fundamentos para compreender a nossa formação cultural e o papel da educação escolar na tarefa de “formar”.

De acordo com Laraia: “O comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de endoculturação...., um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada”. ... “Cujas diferenças se explicam antes de tudo, pela história cultural de cada povo” (LARAIA, 2003: 19).

A partir da citação acima, entendemos que toda forma de ensino-aprendizagem reveste-se como um processo cultural, ou seja, ao adquirir um aprendizado, o aprendiz passa para um processo de endoculturação, que o propicia o conhecimento de referências e o relaciona ao seu próprio grupo cultural.

O processo chamado de endoculturação diferencia o homem das outras criaturas, a partir dos aspectos aprendidos em sua cultura.

Nesse processo, o indivíduo absorve experiência cultural e adquire alguns condicionamentos fundamentais, compreendidos como os elementos materiais, sociais e ideológicos de seu grupo social. Adquire hábitos de pensar, de expressar, do fazer constituído e constituinte pelos homens no contexto do seu território sociocultural e que muitas vezes quando dispersos por outros lugares, são também incorporados por outros grupos sociais, já que a cultura é um processo dinâmico, para adequar-se aos novos desafios, porém não deixa de assegurar a identidade cultural.

E por esta ordem, a cultura não se define, mas se interpreta através dos símbolos criados pelos diferentes povos. A linguagem, os signos, as ideologias, os discursos, os mitos são expressões culturais que o indivíduo aprende em sociedade, a escola como uma dimensão da sociedade, desenvolve o processo da endoculturação,

fazendo o aluno aprender a “cultura” desenvolvida por essa sociedade, assim como comenta o autor abaixo.

“Nós humanos somos, igualmente, um produto cultural; não há humano fora da Cultura, pois ela é o nosso ambiente e nela somos socialmente formados (com valores, crenças, regras, objetos, conhecimentos, etc.) e historicamente determinados (com as condições e concepções da época na qual vivemos). Em suma, o Homem não nasce humano e, sim, torna-se humano na vida social e histórica no interior da Cultura” (CORTELLA, 1989: 42).

Diante desta concepção, o modo de vida dos homens é essencialmente cultural, qualquer tipo de comportamento humano, representa o resultado do processo cultural formador.

Klukhohn conceitua cultura “o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo” (in: GEERTZ, 1998: 4); neste sentido, a “formação” do aluno é um processo que decorre de situações concretas, intimamente vinculadas às relações sociais, a escola especialmente como um lugar de relações, é também um lugar de aprendizado, de conhecimento e da própria formação sociocultural.

No cotidiano, a maioria das pessoas passa pela escola, envolve sua vida com a escola, para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para conhecer, para fazer, para ser ou para conviver. Todos os dias, o aprendizado familiar mescla-se aos ensinamentos da educação escolar, pois desde muito cedo a criança vai à escola para se “educar”.

Nesta concepção, a escola como um lugar de ensino-aprendizagem é uma dimensão possível de endoculturação, ou seja, de aprendizado cultural, quando ela realiza na sua prática qualquer processo de transmissão, retransmissão, perpetuando sobre o indivíduo “valores” consagrados pela cultura de determinado grupo social.

No processo de endoculturação, a escola apresenta ou anula o passado do homem, maximiza ou o minimiza, estimula no aluno a associação ou dissociação do passado ascendente e o seu presente. A educação escolar é assim, uma fração da experiência endoculturativa. Ela aparece sempre que há relações entre pessoas e intenções de ensinar e aprender.

E neste contexto da prática pedagógica o homem produz educação ou educações, que em suas múltiplas formas procede como um veículo que transporta “conhecimentos socioculturais” para serem aprendidos, reproduzidos, servindo ou não, como meio de transporte evolutivo das manifestações ou tradições culturais.

A concepção corrente sugere que a escola deve propiciar condições para que o aluno possa, ele mesmo, criar seus próprios conceitos sobre a sua realidade sócio-cultural. Mas para entender o processo da formação cultural, por exemplo, é preciso, também, considerar as especificidades e as relações existentes entre os conceitos apreendidos no cotidiano do aluno e os conceitos científicos aprendidos, via escolarização, a esse respeito comenta o autor:

“Acreditamos que os dois processos – o desenvolvimento dos conceitos espontâneos e dos conceitos não-espontâneos – se relacionam e se influenciam constantemente. Fazem parte de um único processo: o desenvolvimento da formação de conceitos, que é afetado por diferentes condições externas e internas, mas que é essencialmente um processo unitário, e não um conflito entre formas de inteligência antagônicas e mutuamente exclusivas. O aprendizado é uma das primeiras fontes de conceitos da criança em idade escolar, e é também uma poderosa força que direciona o seu desenvolvimento, determinando o destino de todo o seu desenvolvimento mental” (Vygotsky, 1993: 74).

Neste aspecto, em nossa concepção o desenvolvimento e a formação de conceitos científicos aprendidos pela criança na fase escolar propiciam a construção de estruturas para a conscientização e ampliação dos conceitos aprendidos no cotidiano, a escola possibilita, assim, o desenvolvimento da consciência reflexiva do aluno, em outras palavras, a escola possibilita o desenvolvimento da própria capacidade intelectual do aluno, possibilitando um nível de práticas imediatas.

Neste sentido a nossa proposta da Educação Patrimonial para ensinar crianças e jovens, via educação escolar, a valorização do Patrimônio Cultural de Porto Nacional, deve ser justamente a de os ajudarem a formar conceitos e concepções mais articulados e aprofundados a respeito da importância da preservação. Trata-se de possibilitar aos educandos de ensino fundamental da rede de ensino local, a prática de pensar o patrimônio de Pontal como parte de sua cultura de forma mais abrangente e crítica.

### **3.3 - APLICAÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

Na prática, a Educação Patrimonial é um fato novo e extremamente importante para empreender ao nosso cotidiano, olhares diferentes. No entanto, essa proposta é bem antiga.

“Desde de 1931, na Carta de Atenas, encontramos a recomendação de que “os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que eles sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda à civilização” (MACHADO, 2004: 18).

A idéia e a importância de trabalhar nas escolas o Patrimônio Cultural da nação e das comunidades, para garantir a sua preservação, vem se intensificando no Brasil a partir dos anos de 1970, e na década de 1980 a expressão Educação Patrimonial ganhou espaço com a implementação e difusão de algumas ações educativas.

Ultimamente, temos verificado em vários lugares e nos meios de comunicação, grande gama de matérias sobre a complexidade derivada do entrecruzamento das políticas de proteção nas produções e nos projetos de valorização do Patrimônio Cultural, que aprofundam o discurso e que explicam a importância da Educação Patrimonial, seja pelas necessidades conjunturais de conservação, de preservação ou de proteção, seja pelos objetivos estratégicos de requalificação do patrimônio como elementos turísticos, por exemplo.

É pelo reconhecimento da diversidade cultural e pela difusão da Educação Patrimonial que poderemos promover a preservação do Patrimônio Cultural e a formação de jovens em prol desta meta.

É a Educação Patrimonial condição necessária para conservação do patrimônio de uma localidade ou da nação.

É o trabalho de Educação Patrimonial no contexto das escolas, no nível fundamental de ensino, que poderá reverter, paulatinamente, o quadro de destruição e de descaso para com o patrimônio legado das gerações que nos procederam.

É o trabalho de Educação Patrimonial, desenvolvendo o sentimento de pertença nas gerações atuais que vai possibilitar a preservação e a valorização do patrimônio como identidade local.

A escola ao desenvolver a Educação Patrimonial possibilitará tanto a construção do conhecimento científico aos alunos, quanto proporcionará a preservação e a valorização do patrimônio como identidade.

Nesta premissa da Educação Patrimonial, seria um objetivo da escola desenvolver a tomada de consciência na construção do conhecimento para promoção do resgate e da valorização da memória local.

No entanto, o quadro que temos visto, de desinformação e de despreparo de crianças e dos jovens com o seu patrimônio legado refletem a postura de omissão da educação escolar para com a questão.

A nossa proposta, entre outras reflexões, é fazer a escola e os professores rever sua própria posição, assim como ressalta a seguinte citação:

“Uma escola que pretenda ser democrática e proponha a formação do cidadão não pode prescindir do compromisso com a afirmação da identidade. A valorização da cultura local e, portanto, do seu patrimônio cultural, apresenta-se nesse contexto, como um caminho possível para a construção de um currículo que atenda às necessidades dos novos tempos. Por isso, o conhecimento dos princípios da Educação Patrimonial deve fazer parte da formação dos profissionais da educação comprometidos com a transformação social” (MACHADO, 2004: 26).

Cabe destacar que as transformações atingem as sociedades e o Patrimônio Cultural, e nesse contexto de mudanças e de transformações, a Educação Patrimonial deve se emergir na prática da educação escolar, como o meio de impulsionar a criação de uma identidade local e conseqüentemente reforçar a valorização do Patrimônio Cultural.

No processo atual, novas tendências se colocam à disposição de novas formas estruturais e/ou socioculturais, a Educação Patrimonial representa o avanço para a leitura do mundo, e seus resultados positivamente chegarão à medida que a

participação dos jovens e suas idéias forem direcionadas a resolução de problemas que afetam o Patrimônio Cultural como um todo.

Diante de tais prerrogativas, a escola deve potencializar a Educação Patrimonial como um método de condução do processo de aprendizagens permanentes à busca de uma requalificação equitativa para sanar as causas negativas que atingem o Patrimônio Cultural em cada lugar.

“A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **auto-estima** dos indivíduos e comunidades e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural” (HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO, 1999: 6).

Ao lado dessa leitura, podemos ainda destacar que torná-se necessária à consolidação de trabalhos de Educação Patrimonial para gerir e propor medidas de preservação, que mediante políticas justas, aponte indicadores aos problemas do patrimônio, derivados da globalização econômica e que é responsável pelo esgarçamento dos fatores destrutivos, cujos cenários desenhados presentemente, começam a fazer ver os reais limites e a fragilidade do Patrimônio Cultural dos lugares, através das múltiplas conseqüências de depredação e perdas reais.

“A educação patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva” (HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO, 1999: 8).

Ademais é tarefa de a Educação Patrimonial dar sentido e promover o patrimônio cultural, consolidar os objetos e produtos da criação humana, portadores de sentidos e dotados de significados dados pela sociedade que os criou, e, assim, valorizar o modo de vida de sociedades passadas e presentes.

O trabalho de Educação Patrimonial na visão pedagógica para valorização do Patrimônio Cultural, deve ter como objetivo final promover mudanças substanciais na

prática cotidiana do professor, na vivência dos alunos e conseqüentemente no seio da sociedade.

É nossa concepção que a Educação Patrimonial nas escolas deva ser interdisciplinar, às questões do Patrimônio Cultural por serem demais complexas pressupõem o emprego de alternativas metodológicas que exigem várias iniciativas. Por isso, é necessário que de forma interdisciplinar se formulem atividades articuladas, de modo que todas disciplinas se coadunem na consecução de objetivos comuns e propostos a mesma causa, a formação, que assegura o aluno na aquisição do saber que o constitui e legitima como cidadão possuidor de cultura e de identidade própria.

Pois, para trabalhar a Educação Patrimonial, os professores precisam adotar uma pedagogia aberta, vivencial, onde os alunos possam desempenhar papéis e conhecer os problemas em torno de si.

É importante abrir possibilidades de participação, com debates ou discussões em torno do Patrimônio Cultural da cidade, onde o aluno, a escola e a comunidade, juntos, busquem e apontem alternativas possíveis de preservação e de recuperação.

Uma questão essencial que decorre dessa perspectiva é saber que, determinadas metodologias de aprendizagem possibilitam mais qualidade cognitiva no processo de construção e reconstrução de conceitos, procedimentos e valores culturais. Em outros termos, que determinados recursos ou estratégias de aprendizagem podem ajudar os alunos a perceber e a compreender os fenômenos culturais e ainda servem como instrumento de motivação para a prática da cidadania e para o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações.

No processo de difusão e de implantação da metodologia da Educação Patrimonial, o Patrimônio Cultural da nação ou de uma determinada localidade, em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, podem ser utilizadas como fonte primária de conhecimento e aprendizado, assim como coloca a citação abaixo:

“O objeto mais comum de uso doméstico ou cotidiano pode oferecer uma vasta gama de informações a respeito do seu contexto histórico-temporal, da sociedade que o criou, usou e transformou, dos gostos, valores e preferências de um grupo social, do seu nível tecnológico e artesanal, de seus hábitos, da complexa rede de relações sociais. A observação direta, a manipulação e o questionamento do objeto, feito com perguntas apropriadas, podem revelar

estas informações em um primeiro nível de conhecimento, que deverá ser extrapolado por meio do estudo e da investigação de fontes complementares como livros, fotografias, documentos, arquivos cartoriais e eclesiásticos, pesquisas, entrevistas, etc” (HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO, 1999: 12).

Nesta perspectiva, é importante salientar que a Educação Patrimonial, requer reflexão e aprofundamento teórico-conceitual e deve ser desenvolvida obedecendo a etapas metodológicas precisas, entre elas: observação do objeto, se o mesmo pertence à cultura material ou imaterial; registro de alguns detalhes, como por exemplo: quando e por quem foi construído, que forma possui, qual a utilidade do objeto, que transformação sofreu no decorrer dos tempos, entre outros aspectos como: exploração do objeto cultural pela descrição e apropriação através da construção de textos ou através de pesquisas bibliográficas, entre outros recursos, por parte dos alunos e a partir de objetivos propostos e de metas pretendidas elaboradas pelo professor. “Toda ação investigativa realizada na comunidade em que a escola está inserida propicia o conhecimento de diferentes elementos da dinâmica social que se constituem no patrimônio daquela comunidade”<sup>1</sup> e servem como pressupostos metodológicos de aprendizagens.

Assim sendo, cabe destacar na proposta do nosso trabalho, que para fazer frente ao desafio de valorizar e de preservar o Patrimônio Cultural de Porto Nacional, temos de fazer frente e investir numa política de Educação Patrimonial, como um instrumento de “alfabetização cultural” no âmbito das escolas de ensino fundamental e da comunidade local, temos que adotar procedimentos metodológicos que leve os alunos a reconhecer a própria cultura viva, presente no contexto evolutivo da sua região.

Finalizando essa secção, cabe ainda destacar que no sentido de acompanhar a evolução dos povos e o aparecimento de novos elementos culturais, estudos e trabalhos de Educação Patrimonial devem ser mantidos e ampliados, a fim do empenho eficaz, a cada dia, para também atender as novas necessidades de valorização e de preservação do mundo atual.

### **3.4 – PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL PELA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Revalorizar a história do passado colonizador, promover o sítio arqueológico e histórico de Pontal, enquanto memória coletiva da população pioneira de Porto Nacional são formas de se converter em um foco potente de abordagem acadêmica, para não continuar sendo ignorado pela comunidade estudantil desta cidade.

O Patrimônio Cultural de Porto Nacional pode contribuir no processo de sua revitalização à medida que for permitido o conhecimento dos quadros de referência do seu passado, para isso, é preciso que estratégias de Educação Patrimonial se integrem ao conjunto das políticas educacionais e de proteção criando condições que permitam compatibilizar, a curto e médio prazo, a preservação dos bens culturais locais.

Reforçar a participação do cidadão portuense, potencializar a colaboração da comunidade e reorientar a classe estudantil trata-se de um caminho complexo, mas que pode através de um trabalho direcionado, a partir da Educação Patrimonial no seio da educação formal de ensino fundamental, ser um ponto de partida ou uma estratégia para tornar reconhecido o patrimônio de Porto Nacional.

E seguindo a visão conceitual de que a Educação Patrimonial é um conjunto de ações, com metodologia própria que promove o conhecimento, sobre os bens culturais e que permite o acesso direto aos objetos culturais propiciando atitudes de preservação, afirmo, portanto, que a inserção da Educação Patrimonial no ensino fundamental de Porto Nacional é uma possibilidade de expandir para toda comunidade o entendimento da necessidade de preservar e da necessidade do envolvimento da população na preservação do patrimônio material e imaterial existentes neste município.

Na escola de ensino fundamental a articulação de ações metodológicas que promovam o conhecimento sobre os bens culturais, propiciando atitudes de preservação, pode ser realizada de formas diversas. A nossa proposta é envolver professores e alunos da base escolar num trabalho conjunto que venha despertar o interesse, o envolvimento e a participação popular na preservação da cultura local.

Necessariamente esse trabalho implica considerar e incluir no currículo das escolas de ensino fundamental aspectos da vida das sociedades, das culturas e dos indivíduos em suas estreitas interações, sendo que todo e qualquer aspecto que diz respeito ao Patrimônio Cultural local, regional e até mesmo nacional, sejam trabalhados por conteúdos interdisciplinares. É também importante que a escola realize atividades e participe de forma conectada com outras práticas culturais, cultuadas no meio sócio/cultural regional, como os festejos religiosos, as semanas e as feiras culturais.

Consideramos assim que, a implantação de diretrizes no nível fundamental do ensino/aprendizagem, relacionadas aos bens do patrimônio local, vão promover mudanças qualitativas e quantitativas que podem requalificar num futuro mais próximo o quadro negativo, como é visto e tratado atualmente, o Patrimônio Cultural e Natural de Porto Nacional.

A implementação de medidas de Educação Patrimonial para o conhecimento da cultura local pode impulsionar a valorização, a preservação também dos bens naturais, um processo leva ao outro.

Um dado fundamental é fazer o cidadão portuense reconhecer seu Patrimônio Cultural. Tendo como meio a Educação Patrimonial é possível desenvolver noções básicas essenciais; a utilização de algumas atividades lúdicas didáticas, desenvolvidas de acordo a cada série trabalhada, de forma seqüencial no nível fundamental, provavelmente os traços da cultura local serão mais compreensíveis e de mais fácil apreensão.

A aproximação da história da vida do aluno ou do próprio professor, a promoção da cultura local e regional, inserida transversalmente nas disciplinas curriculares e em seus conteúdos, possibilitará a interação deles com os patrimônios por eles conhecidos e a difusão das primeiras noções de valorização.

Nesta fase de aprendizagem, a Educação Patrimonial não pode se limitar a recortes teóricos fechados, mas a prática eminente das múltiplas áreas do conhecimento, desenvolvida através de disciplinas diversas, num trabalho conjunto, assumido coletivamente pelos professores, independentemente da sua área de atuação.

Incentivar o desenvolvimento de um trabalho em sala de aula ou através de aula campo, na medida em que o patrimônio cultural e natural do município do aluno

torne para ele significativo, deve consistir num instrumento de conscientização e de motivação, que venha possibilitar ao aluno desenvolver sua capacidade de valorizar o patrimônio e reconhecer nele a sua identidade cultural.

Palestras, visitas aos museus, oficinas didáticas, são alguns meios que o professor pode promover, para interagir o aluno com o patrimônio local e regional e para torná-los construtores e divulgadores desse conhecimento.

O trabalho da Educação Patrimonial no ensino fundamental deve favorecer, propiciar e facilitar a comunicação, a interação entre a população estudantil, a comunidade e os gestores do patrimônio, a possibilidade da troca de informações e conseqüentemente de conhecimentos, com certeza promoverá novas formações de parcerias na proteção dos bens culturais locais.

Em prol dessa perspectiva de envolvimento social no sentido de conhecer, para valorizar os símbolos e os significados da cultura local, ressaltamos que, as escolas fundamentais apesar de muitas falhas, ainda continuam sendo a forma precisa e eficaz no desenvolvimento do saber e do processo educacional, e que no momento nos aponta como meio possível de promover a valorização e a preservação do Patrimônio de Porto Nacional e que nos apresenta como lugar de abordagem pedagógica ideal, para situar a história de vida da sociedade local. Junto a isso, reforçamos, a Educação Patrimonial é fundamental, como uma forma de exercitar a cidadania, de fazer reconhecido, valorizado o Patrimônio Cultural de Porto Nacional.

Nesta proposta é que pensamos a Educação Patrimonial como uma tentativa de abrir espaço de discussão e de renovação, a partir da sua implantação no seio da educação escolar e conseqüentemente da sociedade portuense. Dessa sociedade, onde predomina, atualmente, uma visão dicotômica, ou seja, ao mesmo tempo que reclama se apresenta distante, cega aos próprios problemas que afetam a cultura local.

Neste sentido é importante ressaltar que cabe também aos órgãos de governo a responsabilidade de investir nessa luta, pois afinal salvaguardar o Patrimônio Cultural é salvaguardar a Memória dos Homens. Cabe a Secretária de Educação e de Cultura do município e do Estado, capacitar pessoal e planejar em seu organograma de trabalhos uma dotação orçamentária, para empreenderem ações elementares de conservação e de preservação ao Patrimônio Cultural.

### **3.5 - O PROFESSOR NA FORMAÇÃO DE VALORES AO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTO NACIONAL.**

O método por nós utilizado para realização desta seção se fundamentou na nossa vivência prática de educadoras, onde fazemos avaliações, no sentido de apreender o cotidiano em que participam professores, alunos e demais agentes do processo educativo, tendo como ponto de observações o contexto das escolas de ensino fundamental de Porto Nacional, no que se refere à questão da valorização do Patrimônio Cultural local.

Priorizamos o papel do professor, que nos leva a classificá-lo como fio condutor importante no contexto da educação escolar e igualmente necessário na construção de um projeto específico de Educação Patrimonial.

Partimos da nossa própria concepção de que para formação da consciência educativa do aluno em relação ao Patrimônio Cultural, o caminho deve ser inicialmente trilhado ou traçado pelo professor.

Sabemos que o educando é o eixo central do processo educativo, mas continua sendo o educador/professor o agente deste processo. Tradicionalmente, o professor, ainda é visto, tanto pela comunidade quanto pela própria instituição, como o sujeito que administra a prática educativa. Meios como currículos e conteúdo adotado na escola, para retransmissão de determinados conhecimentos, são conseqüências de valores atribuídos pelo próprio sistema político-educacional, no qual se insere o professor e na maioria das vezes é também elaborado pelo próprio professor.

Dentro desta concepção, cabe especialmente destacar o professor, como o sujeito que direciona a ação de educar ou como cofacilitador da aprendizagem.

Também, entendemos que a produção do conhecimento ou dos conteúdos ensinados e aprendidos no contexto da educação escolar, não é uma ação neutra desprovida de envolvimento do educador e do educando; não é separada do significado que têm determinados conteúdos, métodos ou outros elementos pedagógicos para os envolvidos neste conjunto de relações sócio/culturais, vigentes no contexto da educação escolar.

Julgar a neutralidade do educador/professor na construção da identidade cultural seria grande ingenuidade. Um educador comprometido e preocupado em desenvolver através dos conteúdos programáticos, das metodologias de ensino, uma educação vinculada às questões sociais, à preocupação com o Patrimônio Cultural de sua comunidade, pode despertar no aluno o respeito pelo patrimônio étnico-cultural presente e passado.

Para tanto, que espécie de “valor” sobre o patrimônio o/a professor(a) deve promover ou defender? A resposta é complexa, depende do tipo de valor atribuído por cada sociedade ou por cada indivíduo a sua própria cultura. As conceituações e percepções sobre valores são quase tantas e tão diversas, quanto os educadores. Com efeito, a característica essencial do valor é o seu impulso dinâmico, é o “dever fazer” de que se reveste o processo educacional. Neste aspecto, é essencial, que os educadores se percebam, também, como aprendizes dos valores que têm fortes raízes na cultura da sociedade em que se insere.

Os valores são os fins, os objetivos da educação e são básicos na hora da escolha e da tomada de certas decisões. O mérito educacional é “algo” que determinada sociedade, em determinado momento histórico, atribui à conduta humana. A nossa formação é a aprendizagem apreendida no caminho percorrido por cada um de nós e todo processo educativo é, em última instância, uma conversão de valores.

Estamos convictos de que, a proposta de inovação do ensino, e neste trabalho, quanto à questão da Educação Patrimonial para valorização do Patrimônio Cultural pelas unidades escolares de ensino fundamental e dentro das áreas do conhecimento se concretizará a partir do envolvimento do sujeito que direciona a ação educativa, ou seja, do professor (a). Envolver esse, ligado ao valor dado por esse(a) professor(a) ao Patrimônio Cultural que este preza ou tenha relação de identidade.

Acreditamos que, no processo da transmissão/assimilação toda e qualquer ação/prática ocorre interdependente com a valorização da instrução e da aprendizagem, ou seja, com a valorização do conhecimento transmitido e adquirido.

Assim, na aplicabilidade prática da questão, mudanças qualitativas no contexto do ensino escolar para valorização do Patrimônio Cultural, se pode contar com o valor referendado e transmitido pelo professor ou pela professora na prática educativa

ou na construção do conhecimento de um objeto e/ou de um objetivo. Em outras palavras a preservação do Patrimônio Cultural de Porto Nacional, especialmente, do sítio arqueológico de Pontal, através do respeito atribuído pelo educando estará diretamente ou indiretamente dependente das concepções transmitidas pelo educador.

Neste sentido, objetivando avaliar e verificar como se traduzem, a partir do valor atribuído pelo(a) professor(a) na sua prática docente cotidiana a questão do Patrimônio Cultural de Porto Nacional, utilizamos como instrumentos de pesquisas o questionário e a entrevista, sendo o primeiro método aplicado a um universo de trinta e quatro profissionais da educação e o segundo a um total de quinze professores da rede pública e particular do ensino fundamental. Em face desta proposta, fizemos-lhes algumas questões, cujas respostas foram assim tabuladas:

1ª – Qual a primeira impressão ao ouvir a palavra Patrimônio?

20%	É algo que faz parte da história
20%	É algo de valor material, moral e social
30%	É algo que foi acumulado
20%	É algo que foi preservado
10%	Deixaram de responder

2ª – Que relação existe entre Patrimônio e Educação?

30%	Educar através da história
30%	Tem haver com cultura
40%	Educar e preservar o cultural

3ª – Que noção de patrimônio ensinaria aos alunos?

40%	Como algo que deve ser cuidado
30%	Como tudo aquilo que um dia fez ou fará parte da história
30%	Como nossas raízes e nosso passado

4ª – Onde levaria os alunos para falar de patrimônio em Porto Nacional?

80%	Na parte histórica da cidade
-----	------------------------------

10%	Na escola e nas ruas da cidade
5%	No município conversando com o povo
5%	Não responderam

5ª – Qual relação faz entre Temas Transversais e Patrimônio Cultural?

30%	Relação com assunto do meio ambiente
30%	Relação com temas sociais
40%	Não responderam

6ª – Conhece Pontal? Mesmo sendo sua resposta negativa, considera “Pontal” como patrimônio de Porto Nacional?

40%	Não, mas valorizo porque está ligado a história de Porto Nacional
30%	Não, pelo fato de não conhecer não vou responder
30%	Sim, porque é a origem de Porto Nacional

7ª – Que relação vê entre as palavras: Patrimônio, Memória, Identidade, Educação?

40%	Pela relação da educação
30%	Pela relação da própria identidade
30%	Não responderam

8ª – Que sugestão(ões) apresenta para requalificar o Patrimônio Cultural de Porto Nacional?

30%	Que valorizem o que é seu
30%	Que promovam campanha de preservação
30%	Que integrem nos temas transversais no processo do ensino
5%	Inserir o Patrimônio Cultural nas disciplinas
5%	Não responderam

No conjunto das respostas tabuladas acima, verificamos no contexto geral das mesmas que a maioria simplificaram, deixando vagas suas conclusões ou respostas, houve grande porcentagem dos que não nos respondeu pelo que podemos concluir que muitos desses professores na prática docente não possuem afinidade ou não atribuem muita importância (valor) a questão do Patrimônio Cultural.

Pelas falas das entrevistas realizadas, ficou implícito que a questão do Patrimônio Cultural deve ser trabalhada, a partir da especialização, ou seja, pela formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento do ensino direcionado e comprometido com essa aprendizagem:

“É imprescindível que nós professores tenhamos mais competência no domínio deste conteúdo, para assim, ministrar e desenvolver com compromisso político, maiores competências, que promovam capacidades operativas dos alunos com patrimônio da nossa cidade”.

“Desenvolver a valorização do patrimônio cultural da cidade é importante para formação da cidadania, por isso é preciso um trabalho didático-pedagógico sério”.

“É preciso que como educadores sejamos capazes de promover atividades que desenvolvam no nosso aluno o gosto pela cultura local e os ajudem a se preocuparem e a ter maior cuidado com o patrimônio da nossa cidade”.

Por outro lado, através de nossas avaliações, pudemos perceber que existe certa unanimidade em afirmarem sobre a importância da escola na formação de conceitos úteis que promovam a relação de identidade do aluno para com o Patrimônio Cultural local, no entanto, sabemos que este trabalho ainda não é realizado por muitas das escolas e não é abordado por uma representativa porcentagem dos professores de ensino fundamental de Porto Nacional.

Assim, ouvindo os produtores e receptores do conhecimento e analisando o trabalho didático-pedagógico descobrimos necessidades “complexas” carentes de formação de valores e de tradições, no processo da (re)transmissão, apreensão do patrimônio sócio-cultural local.

Neste sentido, chegamos à conclusão que, para trabalhar os princípios mais amplos da Educação Patrimonial, grande maioria dos professores de ensino

fundamental, precisa de qualificação e preparação mais adequada para promover ou desenvolver junto à classe estudantil, noções de identidade.

Cumpram incluírem nas práticas educativas, reflexões e examinar a complexidade dos problemas que afligem o patrimônio da nossa cidade, deterioração e perda dos bens material e imaterial, rejeição de valores tradicionais.

Cabe aos educadores promover o salto qualitativo das relações indivíduo e Patrimônio Cultural, para que o aluno de nível fundamental consiga perceber a importância de seus próprios referenciais.

Cabe a esses professores reorganizar os parâmetros sob os quais se dá a compreensão do papel do ser humano em relação aos cuidados com os elementos naturais e culturais.

Cabe-lhes redirecionar a chamada relação homem-meio e as relações dos homens entre si, relações estas socioculturais.

Como professores devem iniciar novos processos que estabeleçam diretrizes nas situações de destruição do Patrimônio Cultural local e que contribuam para melhorias do ambiente onde vivem.

Como educadores devem reavaliar procedimentos quando do processo de informar e formar pessoas, para que elas aprendam e tenham capacidade de ler realidades.

Tais procedimentos seriam à contribuição dos educadores para com o patrimônio de todos e para permanência da cultura identitária.

### **3.6 – DIVERSIDADE CULTURAL BRASILEIRA E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Propostas para a requalificação do patrimônio cultural de Porto Nacional.**

“O Brasil é um país pluricultural e deve esta característica ao conjunto de etnias que o formaram e à extensão do seu território. Estas diversidades culturais regionais contribuem para a formação da identidade do cidadão brasileiro, incorporando-se ao processo de formação do indivíduo, e permitindo-lhe reconhecer o passado, compreender o presente e agir sobre ele” (HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO, 1999: 7).

As diferenças individuais, considerando as diferenças da sociedade como um todo, têm sido interpretadas sob o título de diversidade cultural. A diversidade cultural de cada lugar é que leva à construção da identidade deste lugar, embora esta identidade não seja do lugar em si, mas das pessoas que vivem ali e que produzem seu espaço com características próprias, com suas tradições e suas diferenças internas.

Entre essas diferenças reconhece-se que dentro de uma mesma sociedade, há diversos subgrupos, com costumes e objetivos próprios. Assim sendo, diferentes culturas podem conviver dentro de uma mesma sociedade.

A sociedade brasileira, por exemplo, não constitui uma cultura uniforme e homogênea. Entre o próprio povo brasileiro e seus respectivos espaços de vivência são observadas diferenças sociais e/ou culturais no que se refere e compreende a maneira de falar, vestir, comer, morar; entre outras diversidades de tendências, idéias, crenças, sistemas de pensamento, valores, hábitos e tradições.

Por toda parte do Brasil encontramos paisagens diferenciadas que resultaram da apropriação histórica dos bens naturais, mediante diferentes formas de organização de cada grupo social, pelo seu modo de vida e trabalho, em suas diferentes formas de perceber, de intervir e de transformar a natureza e que ao longo de sua trajetória econômica e social, foram deixando marcas culturais, que diferenciam os espaços regionais.

Os lugares e os laços sociais são, então, significativamente culturais, demonstram a vida, as formas das pessoas fazerem as coisas, de construírem os espaços,

de conviverem entre si, formas essas construídas e reconstruídas por um processo contínuo, seja no interior do mesmo grupo ou pelo contexto de diferentes grupos sociais.

Portanto, quando paramos para analisar a diversidade cultural brasileira, perpassam em nós os mais diferentes questionamentos no sentido de compreendermos a diversidade das culturas que aqui convivem e buscam o reconhecimento de suas especificidades.

Devemos considerar que o sistema escolar brasileiro tem de certa forma se preocupado em demonstrar a diversidade cultural como uma característica do país, mas a questão é todo trabalho até agora não tem sido suficiente para tornar compreensível e apreensível a diversidade como uma característica étnica e cultural dos diferentes grupos sociais, que precisa ser reconhecida e valorizada, ser entendida em suas especificidades.

Por isso importa acrescentar, para compreender toda diversidade cultural existente em cada região brasileira – assim como as diferenças individuais - é preciso que no espaço da escola e da sala de aula também se aprenda a valorizar a diversidade cultural própria e a respeitar a sócio - diversidade do outro. É preciso que se aprenda a dialogar com as diferenças regionais e com os direitos dos grupos sociais.

É importante considerar que para estabelecer de fato a construção de conhecimentos multiculturais, às escolas deverão socializar, culturalizar e instilar comportamentos e valores. Através do ato pedagógico e numa abordagem sócio-construtivista de ensino, a diversidade da nação e o patrimônio cultural devem ser ensinados, aprendidos, entendidos, serem valorizados, para serem respeitados, pelas gerações atuais e nesse processo, os elementos da cultura de hoje, serem preservados para o conhecimento de gerações futuras.

Pôr sua vez cabe ao aluno aprender que, a diversidade existe em cada povo, por cada indivíduo e por cada lugar; cabe ao aluno entender que, o território nacional é constituído por múltiplas e variadas culturas, povos, etnias, distintas em suas percepções e em suas relações de lidar com a natureza, que a homogeneidade não existe e aprenda a reconhecer e a lidar com as diferenças, mas para isso, é preciso que a escola coloque no centro da análise o processo sócio-cultural.

Perceber que a sociedade é marcada por laços afetivos, facilita entender que à construção da própria identidade do aluno é também feita por relações de afetividade e

por referência sócio-cultural. “E a construção da identidade é, na verdade, a representação das diferenças do sujeito; são as suas marcas / sinais e a valorização de tais singularidades. Em outras palavras, a construção da identidade é a tomada de consciência de que sou diferente e por ser diferente é que existo e possuo valor social. O homogêneo não existe. São as diferenças que possibilitam os diálogos e as trocas, portanto o constante crescimento social do sujeito!” (CASTROGIOVANNI, 2002: 13).

Dessa forma, reforçar com novos objetos de estudo, fundamentados em ações que culmina na formação de uma geração calcada essencialmente na prática do fazer e do pensar (crítico), pode fazer da escola um espaço fértil, onde o aluno terá a oportunidade de compreender as diferenças sócio-culturais. A aprendizagem desenvolvida não em uma postura de neutralidade frente aos fatos, mas vinculada aos próprios fatos da realidade local, vai permitir ao aluno reconhecer sua identidade, pois:

“O lugar é formado por uma identidade, portanto o estudo dos lugares deve contemplar a compreensão das estruturas, das idéias, dos sentimentos, das paisagens que ali existem, com os quais os alunos estão envolvidos ou que os envolvem” (CASTROGIOVANNI, 2002: 15).

No Brasil falar sobre identidade é falar sobre diversidade e isso significa observar as diferenças sócio/culturais que se acham presente na sociedade, diferenças culturais que destroem ou reconstroem as diversas paisagens. Como bem coloca a seguinte colocação:

“... a paisagem não se restringe apenas como substrato e meio, mas expande-se em significados, ... estabelecendo profundas relações existenciais ... À medida que os grupos culturais reencontram suas paisagens como um prolongamento da própria identidade ... Sob essa ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, sejam como realidade natural ou cultural, transformadas a todo instante de maneira contínua, ao longo dos tempos, manifestas em testemunhos de uma objetividade que emerge da própria subjetividade” (GUIMARÃES, 2003: 49).

Neste sentido subentendemos, falar de diversidade é também compreender que cada paisagem cultural é a expressão material dos homens, fruto das relações que estes estabelecem em sociedade ao longo do processo histórico, contém a natureza na medida em que o homem dela se apropria para criar elementos básicos de que

necessitam, esses elementos são resultado da sua cultura e “a cultura é tudo o que é criado, feito (desenvolvido, melhorado, modificado) pelo homem, diferentemente do que dá a natureza” (FUNARI, 2003: 36) e por todo tempo de sua existência vão refletir as características do grupo que os construíram, portanto, são elementos que compõem a diversidade cultural e são importantes na constituição do saber.

Dito isso, na transmissão educacional, o espaço de vivência do aluno é fundamental, pois, ao mesmo tempo, que o mundo é global, as relações sociais se concretizam em lugares específicos. E como tal, à compreensão do distante, para o aluno muitas vezes se torna mais fácil a partir dos significados que assume a dimensão do próprio espaço local, por ele reconhecido.

Compreender o lugar onde vive permite o aluno conhecer sua história e essa compreensão o ajuda a entender mais facilmente o que não lhe é próximo.

No entendimento de que os espaços são extremamente dinâmicos, tais dinamismos provocam mudanças marcantes que determinam diferentes necessidades de aprendizagem. A leitura da organização dos espaços culturais quando iniciada pelo do aluno é mais facilmente entendida.

Portanto, diante das diferentes formas e manifestações culturais, em tempos de perda de valores e paradigmas, a educação escolar é lembrada enquanto mediadora no processo de transformação da sociedade e, também, da formação do cidadão. A educação escolar é lembrada como um meio possível de valorização da diversidade sócio/cultural, existente entre as pessoas e nos lugares, permitindo compreender as diferentes paisagens.

Neste sentido, o Conselho Nacional de Educação aprovou novas diretrizes curriculares que obrigam as escolas de ensino fundamental a oferecer princípios étnicos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum. Além dos princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania e respeito à ordem democrática e os princípios estéticos da sensibilidade, criatividade, criticidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Com isso, coloca a relevância da elaboração de parâmetros a partir dos quais o sistema educacional do País seja organizado, a fim de garantir um ensino de qualidade que desenvolva o exercício da cidadania. Onde o espaço da escola seja de fato um local

de aprendizagem, um espaço social privilegiado da construção de significados étnicos necessários e constitutivos da formação do cidadão.

A Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, estabelece que:

“A educação dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.<sup>1</sup>

Desta maneira, o mundo moderno exige novos instrumentos que promovam um aprendizado que capacite o aluno a se tornar participativo, étnico, criativo, crítico, sensível e solidário, capaz de saber como agir diante da diversidade e/ou das diferenças socioculturais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem assim, um projeto que faz parte das políticas públicas educacionais iniciadas com a LDB/96 e que se redefiniram a partir da política do primeiro governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Tendo por objetivo geral fornecer um instrumento de apoio aos educadores, de acordo as atuais exigências do mercado de trabalho e as novas condições de vida no novo contexto globalizante; tem provocado debates a respeito da função da escola e reflexões sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, bem como o que aprender de acordo com a realidade de cada lugar.

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania”.<sup>2</sup>

Nesta concepção, pretende valorizar o educando em suas múltiplas diferenças e constituir uma sala de aula como um espaço lúdico, em que o diálogo e o ato de ensinar e aprender venha propiciar o respeito pelas diversidades existentes e assim exercer a verdadeira cidadania.

A proposta dos PCNs é ultrapassar o elogio da diversidade cultural baseado em perspectivas homogeneizadoras e valorizar a especificidade de cada grupo que compõe o todo social, de modo a garantir-lhe não apenas o simples reconhecimento das diferenças, mas o direito ao exercício de uma cidadania plena como grupo singular; grupo que assim pode tomar parte em uma ordem que tende a garantir a cada coisa, um lugar.<sup>3</sup>

O processo ensino-aprendizagem deve então, contemplar o próprio sentido do conhecimento resguardando especificidades regionais, as palavras de ordem na posição dos PCNs são “reconhecer” e “valorizar” as diferenças, no entanto, o que importa é compreender a diversidade cultural e assim tornar compreensíveis as relações historicamente construídas entre os diversos grupos sociais.

Neste sentido, emerge um novo paradigma, discutir no âmbito das escolas o Patrimônio Cultural da nação brasileira à luz das novas diretrizes contidas nas propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais e conforme a realidade e a diversidade cultural de cada povo e de cada lugar devem ser feitas à luz de que, compreender as diferenças não é tarefa muito fácil.

Compreende o item **Pluralidade Cultural** - “aprender a conhecer e a respeitar as diferentes etnias da sociedade brasileira, a conhecer e a respeitar as diferenças regionais brasileiras, combatendo o preconceito, a discriminação, a exclusão social, incentivando a tolerância, o respeito, a solidariedade para um convívio saudável em sociedade”.<sup>4</sup>

Entre os objetivos do ensino fundamental indicados pelos PCNs o aluno deve desenvolver a capacidade de: “Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sócio-cultural brasileiro, bem como os aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais”.<sup>5</sup>

Tendo em vista essas novas diretrizes da educação, estabelecidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que vêm propondo uma reformulação na educação escolar brasileira, reconhece-se a necessidade de aprender a realidade na sua diversidade e nas suas múltiplas dimensões temporais e serve para compreender o patrimônio cultural nosso e dos vários lugares.

<sup>2</sup> Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

<sup>3</sup> GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. p. 65.

Afirma FORQUIM: “a transmissão cultural, pela educação, do patrimônio de conhecimentos e de competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo das gerações e característico de uma comunidade humana particular, constitui legitimidade do ato de educar, pois propicia uma pedagogia verdadeira, preparando os educandos para a vida”.<sup>6</sup>

Entender os lugares como centro de significação pessoal ou coletiva, desperta o sentimento de pertencimento e a atitude de valorização. Os lugares com os quais as pessoas se identificam são significantes para sua vida e para o desenvolvimento de sua cidadania.

Deste modo, os lugares de vivência quando apreendidos reforçam, aprofundam à idéia de identidade. “A identidade é construída em um processo de aprendizagem, o que implica o amadurecimento da capacidade de interagir o passado, o presente e o futuro e também articular a unidade e a continuidade de uma biografia individual”.<sup>7</sup>

Por outro lado o conjunto de características que formam a feição do lugar, constituem a identidade das pessoas. Os costumes, os valores, as tradições são elementos que, no seu conjunto, estruturam a identidade do lugar e das pessoas que nele vive, mesmo que isso aconteça sob um campo de relações harmônicas e/ou conflituosas.

A existência de um referencial geral para a orientação do trabalho de formulação dos PCNs permitiu a criação de outro traço dessa proposta que consideramos importante, a transversalidade como possibilidade de relações entre o conhecimento sistematizado e a realidade, através do trabalho interdisciplinar, ou seja, a abordagem da pluralidade cultural é um empreendimento que exige saberes específicos e variados.

Discutir a diversidade cultural sob um ângulo interdisciplinar ou multidisciplinar facilita ao aluno refletir com maior veracidade, pois cada conteúdo ou disciplina vai tratar do mesmo enfoque teórico sob um ponto diferenciado e pode gerar novas abordagens.

Mas a escola para dar conta desse objeto de estudo, deve promover mudanças substanciais, formular um currículo capaz de consolidar a formação do aluno assentada nas diversas possibilidades da produção do conhecimento objetivando, a promoção da sua realidade.

<sup>4 5 7</sup> Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

<sup>6</sup> in, QUEIROZ, Tânia Dias et ali. *Pedagogia da Alegria*. São Paulo: Ed. Didática Paulista. p.4. e p. 108.

Nesta perspectiva de valorização do Patrimônio Cultural e procurando fazer, também, uma reflexão ao conjunto de debates sobre as propostas que se estabelecem hoje para o ensino fundamental, lembramos que, em Porto Nacional, muitos professores, mesmo já participado de várias discussões sobre as propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais e tendo se esforçado no sentido de traduzi-las em novas práticas docentes, não conseguiram ainda, estabelecer novos meios interpretativos ou adotar metodologias que possibilitasse uma recondução objetiva do aluno, para que o mesmo tenha por preceito uma preocupação pelo patrimônio desta cidade.(\*)

Devemos dividir a responsabilidade desse insucesso, por um lado, a situação concreta do profissional educador que não encontra apoio e nem incentivos para mudança prática no meio da sociedade mais ampla e, por outro, a carência de sugestões concretas pela falta de material didático adequado à viabilização de medidas mais renovadoras, integradas a exemplos práticos de Educação Patrimonial, que permitam a construção conjunta de um raciocínio crítico e reflexivo entre os alunos e os professores.

Diante dessas ressalvas revela-se também, a necessidade de novas referências que comporte, o como ensinar e o que ensinar sobre Educação Patrimonial nas escolas de ensino fundamental de Porto Nacional e que leve a uma compreensão mais abrangente sobre as referências sócio/culturais regional e local.

Não considerando que os profissionais da educação que atuam no ensino fundamental nas escolas de Porto Nacional, desconheçam absolutamente ou estão sendo neutros quanto à questão do Patrimônio Cultural, o tema é, certamente, um dos que maiores dificuldades oferece quanto à fundamentação teórica e a aplicação de metodologias de ensino na perpetuação da Memória Social local, observa-se grande carência de conteúdos da cultura regional nos livros didáticos adotados. E quando o material didático utilizado pelo professor e pelo aluno deixa de abordar determinados assuntos, estes também deixam de ser trabalhados pelo professor, mesmo sendo importantes para enriquecer a aprendizagem do aluno, no reconhecimento de sua realidade mais próxima.

Cabe aqui uma rápida observação sobre o fazer escolar: o estudo da diversidade cultural e do mundo social exige um aprendizado contínuo, integrado,

\* Tal afirmação faço em função da minha prática como professora de estágio supervisionado, acompanhado o trabalho desenvolvido pelos educadores das escolas de ensino fundamental e médio de Porto Nacional.

envolvendo habilidades de todos, para fazer compreender a cultura popular, tão rica e diversificada.

Portanto, para reconhecer através da educação escolar a riqueza da diversidade cultural brasileira é fundamental que a escola aprenda a recriar os saberes, o saber do cotidiano, o saber do território, pois concebendo a cultura própria, o indivíduo concebe também sua identidade. Assim sendo, vale ressaltar que é importante estudar as diferenças do Patrimônio Cultural e as diferenças sociais, sem perder de vista a unidade local, regional e nacional.

## **CAPITULO IV**

### **4.1 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da concepção de que é preciso o envolvimento da educação escolar na questão da fragilidade e da promoção do Patrimônio Cultural de Porto Nacional, frente ao poder de destruição, por parte da própria comunidade local, e de perceber que a maioria dos profissionais/educadores de ensino fundamental de Porto Nacional não têm desenvolvidos quase nenhuma atividade de Educação Patrimonial no âmbito de sua prática pedagógica, talvez porque não tenham conseguido entender que todo conhecimento, manifestado na produção humana serve como suporte pedagógico e que pode ser uma forma eficaz de romper com a lógica fragmentária de se conceber a realidade vivida, é que apresentamos nossos comentários conclusivos, objetivando que sirvam como instrumentos de novas avaliações reflexivas e como um novo processo de gestão ao patrimônio desta cidade.

Neste sentido repensar a situação de como é tratado o Patrimônio Cultural local, aponta a necessidade de uma nova postura das escolas de ensino fundamental, exigindo um repensar no processo ensino/aprendizagem e em relação à preservação de qualquer bem, seja ele natural ou cultural, uma vez que um processo leva ao outro.

Para que se cumpra e se promova o exercício da cidadania em Porto Nacional, essas escolas há que repensar alguns princípios básicos, para promover o Patrimônio Cultural neste território, de forma contínua e permanente.

O treinamento de pessoal especializado, o planejamento das ações, o gerenciamento, a capacitação de pessoas e o sistema de parcerias – comunidades, governos locais, órgãos ligados ao patrimônio, escolas e o IPHAN, devem ser desenvolvidas numa participação conjunta.

O trabalho de Educação Patrimonial como colocamos acima será de suma importância e deve ser aplicado nos diversos campos: da ação, do conhecimento, do aprendizado, da valorização e da apropriação de qualquer objeto cultural.

Manifestação, ritos, mitos, saberes, monumentos, materiais históricos, evidências arqueológicas, paisagem natural e cultural, entre outras expressões resultantes

da relação homem/homem ou homem/ambiente, devem ser pelo aluno de ensino fundamental entendidas como parte de seu patrimônio e que por isso precisam ser por eles preservados para conhecimento das gerações futuras.

É ainda no nível fundamental que o aluno deve aprender a respeitar e a cuidar do Patrimônio Cultural da sua comunidade e deve aprender que cada ser humano tem o dever e a responsabilidade com o bem público e que por isso, deve desempenhar importante papel na defesa de qualquer “bem comum” frente à omissão das políticas públicas.

São nos conteúdos das disciplinas do currículo das escolas de nível fundamental que deve ser abordado as várias questões do patrimônio (seja de classificação, de destruição ou de preservação), ao invés de ignorá-las, o ensino fundamental deve promover mecanismos de auxílio em prol do seu conhecimento pelo aluno.

O engajamento político dentro de uma ideologia preservacionistas se faz necessário, por isso, não deve haver neutralidade no trabalho de Educação Patrimonial desenvolvido pela escola de ensino fundamental, o educador deve orientar bem o aluno iniciante para que ele assuma a causa com conhecimento e responsabilidade por toda a vida.

Torna-se necessário ainda que as escolas de ensino fundamental abandonem determinados modelos tradicionais e busquem novas alternativas; para que isso aconteça, a formação dos professores sobre o assunto é muito importante: eles devem sentir seguros para desenvolver temáticas de Educação Patrimonial em suas respectivas disciplinas e unidades.

Publicações sobre o assunto Patrimônio Cultural são importantes e devem ser adquiridas pelas bibliotecas dessas escolas, pois quanto maior suportes pedagógicos, mais seguros sentir-se-ão professores e alunos.

Toda sociedade de Porto Nacional deve ser conclamada a participar do processo de preservação, formando uma corrente democrática na definição da política gerenciadora do Patrimônio Cultural local, quanto maior a participação popular, maiores serão as possibilidades de requalificação. Quando o sujeito se sente agente de sua

própria ação, conseqüentemente a sua responsabilidade passa a ser o compromisso, ele se torna co-autor do processo.

Neste sentido esperamos que a idéia de proteção/preservação seja projetada na prática cotidiana da educação escolar de ensino fundamental em Porto Nacional. Sob esta ótica nosso trabalho tem como objetivo chamar atenção. No entanto, chamar atenção não constitui unicamente o núcleo essencial da nossa preocupação, constitui-se essencialmente na perspectiva de incitar, professores, alunos, autoridades e a comunidade geral a valorizar o Sítio Arqueológico e Histórico de Pontal e conseqüentemente todo Patrimônio Cultural de Porto Nacional.

Assim sendo, diante de nossas considerações e da perspectiva de valorização do Patrimônio Cultural de Porto Nacional pela Educação Patrimonial, principalmente a partir das escolas de ensino fundamental, apresentamos abaixo, algumas sugestões, possíveis de serem gestadas:

Neste momento em que a Fundação Cultural do Estado do Tocantins está realizando o levantamento para o cadastramento do Patrimônio Histórico de Porto Nacional é fundamental discutir a importância deste trabalho com a comunidade escolar;

No contexto da concepção de diversidade cultural exigida pelos Parâmetros Curriculares como um dos objetivos do ensino/ aprendizagem, o professor deve explicitar a diversidade do Patrimônio de Porto Nacional e do Estado do Tocantins;

De modo interdisciplinar as escolas devem trabalhar o conceito de “Patrimônio Cultural” e relacioná-los aos bens da cultura local, sem esquecer as práticas e as representações sócio-culturais, local e regional;

As escolas de ensino fundamental podem promover um estudo sobre a diferenciação das paisagens culturais de Porto Nacional (centro histórico e os novos bairros) e do Tocantins (cidades históricas – Natividade, Monte do

Carmo, Porto Nacional, Arraias e cidades planejadas – Gurupi e Palmas, entre outras);

Através de debates, das representações, das falas e dos significados daqueles que as construíram e daqueles que nela vive, fazer com que os alunos compreendam as percepções que as pessoas têm com o seu lugar de origem ou com os lugares que começam a fazer parte de sua vida, bem como com o seu passado e quais as relações singulares que estabelecem entre o passado, o presente e o futuro, no que compete ao Patrimônio Cultural;

Os educadores devem exercer uma prática pedagógica que faça renascer os valores submersos e que permita fazer uma reformulação do conceito de Patrimônio Cultural, não só na ótica do conhecimento generalizado, mas principalmente em prol da reconstrução da origem e da evolução de Porto Nacional, é importante fazer o aluno perceber como essa cidade foi criada por outros homens que aqui viveram e como ela é recriada no cotidiano pelos homens que aqui vivem;

Devem discutir a necessidade da conservação e/ou da preservação dos elementos que compõem o Patrimônio Histórico Cultural local, devem discutir a importância da valorização de Pontal como componente do patrimônio e como núcleo formador de Porto Nacional;

Para que a comunidade estudantil estabeleça relações de afinidades com seu patrimônio à escola de ensino fundamental deve promover circuitos culturais de visitas como as ruínas do antigo Arraial de Bom Jesus do Pontal e as ruínas do Padre Gama do antigo Arraial minerador, hoje cidade de Monte do Carmo (35 km), lugares que se relacionam com a história da origem de Porto Nacional, entre outras requalificações de seus aspectos culturais (tais como, exposição de objetos antigos e observações sobre aspectos dos casarões, das ruas antigas, entre outros elementos);

Na prática da leitura introduzir o hábito da literatura regional (Godinho, Parente, Barros, Audrin, e outros) que conta e comenta fatos do passado colonizador, tal prática pode desempenhar um papel fundamental não só para o conhecimento do passado histórico cultural, mas para promover o interesse por novas pesquisas regionais;

Difundir a existência de uma série de bens culturais regionais e difundir a necessidade da sua preservação enquanto elementos de identidade e enquanto elementos de memória de sociedades extintas (como os sítios arqueológicos); dos elementos colonizadores (como os sítios históricos) ou ainda perceber a identidade local presente nos hábitos do cotidiano (como os costumes e as tradições do lugar);

Organizar oficinas didáticas e ainda, a partir de exposições itinerantes, difundir, o cenário passado da localidade e da região por exposição de fotografias antigas de famílias, artigos de jornais antigos, gravuras, desenhos, vídeos e pinturas;

Levantar o debate sobre diversidade cultural, aproveitando a presença nas escolas e nas salas de aulas de crianças e de jovens pertencentes a diferentes culturas para enriquecer o ensino e a aprendizagem através da troca e da reciprocidade multiculturais.

Convidar profissionais/ especialistas para debater a necessidade de preservar a cultura material pré-histórica e histórica, objetivando sensibilizar o aluno dessa necessidade;

Pela realização de eventos culturais, com amostragens de alguns trabalhos já realizados e pela relação da riqueza do patrimônio imaterial existente nas

manifestações festivas e comemorativas, fazer o aluno reconhecê-los como parte integrante da identidade local;

Apontar e debater em sala de aula assuntos relacionados a problemas que afetam o patrimônio local e que estimulem o aluno a desenvolver o espírito crítico, a formular hipóteses e propor soluções.

Finalizando este trabalho, é importante salientar mais uma vez que o mesmo pretende ser, uma contribuição aos educadores de ensino fundamental, na implementação de medidas de Educação Patrimonial para promoção do Patrimônio Cultural de Porto Nacional e neste sentido, soma-se aos esforços daqueles que prezam e valorizam a cultura local. Assim sendo, cada item tratado têm como proposta levantar reflexões.

Diante disso cabe também destacar que, nosso trabalho não sirva exclusivamente para refletirem a destruição ou o abandono de Pontal, mas sim que ao tomarem ciência do seu estágio de degradação, outras reflexões sejam geradas num fórum maior de preocupação sobre os demais elementos que compõe o Patrimônio Cultural de Porto Nacional. Nosso principal objetivo é a sua valorização, para o conhecimento de gerações presentes e futuras.

## **VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALENCASTRE, José Martins Pereira. Anais da Província de Goiás (1863), Goiânia: Secretária do Planejamento e Coordenação, 1979.

ALMEIDA, Maria Geralda & RATTIS, Alecsandro J. P. (orgs). **Geografia Leituras Culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

AGUIAR, Maria do Amparo Albuquerque. **Terras de Goiás Estrutura Fundiária (1850 – 1920)**

AQUINO, Napoleão Araújo de. **A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins**. In: GIRALDIN, Odair. A (Trans)Formação Histórica do Tocantins. 2002, p. 315-50.

ATAÍDES, Jésus Marco [et ali]. **Cuidando do Patrimônio Cultural**. Goiânia: UCG, 1997.

AUDRIN, José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

\_\_\_\_\_. **Os sertanejos Que Eu Conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1947.

AZEVEDO, Israel Belo de. **O Prazer da Produção Científica**. 7ª ed. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1999.

BESSEGATO, Mauri Luiz. **O Patrimônio em sala de Aula: fragmentos de ações educativas**. Santa Maria: UFM/LEPA, 2003.

BERTRAN, Paulo. **História da Terra e do Homem no Planalto Central: Eco – História do Planalto Federal do Indígena ao Colonizador**. Brasília: Verano, 2000.

BEZERRA DE ALMEIDA, Márcia. **O Australopiteco Corcunda: As Crianças e a Arqueologia em um Projeto de Arqueologia Pública na Escola**. 2002. Tese de Doutorado em Ciências- USP, São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Público e o Patrimônio Arqueológico: reflexões para arqueologia pública no Brasil**. In: HaBiTUS. UCG. V. 1 n. 2. jul./dez. 2003. p. 275-91.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues [et ali]. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação**. Rio de Janeiro: IPHAN / DEPRON, 1996.

BRASIL, Americano do. **Pela História de Goiás: introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges**. Goiânia: Ed. UFG, 1980.

BRASILIENSE, Eli. **Bom Jesus do Pontal** (Romance). São Paulo. Livraria Martins Editora S.A. 1954.

CALDARELLI, Solange Bezerra (org.) **Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural**. Goiânia: UCG – IGPA, 1997.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARLOS, Ana Fani & OLIVEIRA Umbelino de (orgs). **Reformas no Mundo da Educação: Parâmetros Curriculares e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Coord.) **A Formação do Professor e a Prática de Ensino**. São Paulo: Pioneira, 1988.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2002.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. 2ª ed. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimentos e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 2ªed. São Paulo: Cortez; Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Trad. JOSEF, Ruth Rissin. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A dimensão cultural do espaço**. In: CORRÊA, Lobato. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p.92-123.

CORTELLA, Mario Sérgio. **A Escola e o Conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo-SP: Cortez, 1998.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 8ªed. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1999.

FAUNDEZ, Antonio (org.). **Educação, Desenvolvimento e Cultura**. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. 1ªed., São Paulo: PAPIRUS Ed., 2001.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura. As bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 27ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY (Orgs.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. 3ªed., São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Princípios, 19

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro-RJ: LTC – Livros Técnicos Científicos Editora S., 1989.

GIRALDIN, Odair (org.) **A (Trans) Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG; Palmas:UNITINS,2002.

GODINHO, Durval C. **História de Porto Nacional**. Porto Nacional, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2ªed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1996.

\_\_\_\_\_. **Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais**. In: Fazendo Antropologia no Brasil. ESTERCI, Neide; FRY, Peter & GOLDENBERG, Mirian (Org.) Rio de Janeiro: DPEA, 2001.

HERMET, Guy. **Cultura & Desenvolvimento**. Trad. JOSCELYNE, Vera Lúcia Mello. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras et ali. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

HOSBAWN, Eric & RANGER, Terence. **The invention of tradition**. Cambridge University Press, 1983.

JEUDU, Heuri – Pierre. **Memórias do Social**. CAVALCANTI, Márcia (Trad.) FU. Forençe Universitária

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2000.

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Trad. Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. EDUSC-Editora da Universidade do Sagrado Coração.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura - um conceito antropológico**. 16ªed., São Paulo: Jorge Zahar Ed., 2003.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio cultural?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. 7ªed., São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Janice Shirley Souza. **Educação Patrimonial na Área do Projeto Serra do Sossego – Canaã dos Carajás (PA)**. Belém-PA, 2003.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **O Futuro do Passado da Cidade de Goiás: gestão Memória, identidade**. In: HaBiTUS. UCG. v. 1, n. 2. jul./dez. 2003. p.447-57.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O Aspecto Educativo da prática Política**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1988.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. **Educação Patrimonial: Orientações para professores do ensino fundamental e médio**. Caxias do Sul: Maneco Livr. & Ed. , 2004.

MARTINS, Sebastião & CARVALHO, André (Coord.) **Educação: o segredo do futuro**. Belo Horizonte-MG: Ed. Lê, 1999.

MEDONÇA, Alzino Furtado de [et ali]. **Metodologia Científica: guia para elaboração e apresentação de trabalhos científicos**. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2003.

MELO, Egle Roberto Menezes de [et ali]. **Projeto Conhecer para Preservar. 2ª Etapa - Textos Históricos**. Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Tocantins.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira editora, 1976.

PALACIN, Luis. **Sociedade Colonial 1549 a 1599**. Goiânia: ed. UFG, 1981.

\_\_\_\_\_ & MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722 – 1972)**. 6ªed., Goiânia: Ed. Da UCG, 1994.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. UFG, 2003.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do Ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1996.

POHL, João Emanuel. **Viagem no Interior do Brasil – empreendida nos anos de 1817 a 1821**. Tradução do Instituto Nacional do Livro da Edição de Viena, 1837. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1951.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira (Org.). **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2004.

PÓVOA, Liberato. **História Didática do Tocantins**. Goiânia: Kelps, 1999.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **História do Tocantins**. Goiânia: Livraria Três Poderes, 1994.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: Perspectiva Histórico – Cultural da Educação**. 15ªed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

Revista Amazonense de História. V. 1 nº1 (jan./dez.2002) Manaus, EDUA, p. 131-45..  
GIRALDIN, Odair. **Pontal e Porto Real: dois Arrais do norte de Goiás e os conflitos com os Xerente nos séculos XVIII e XIX**.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. **Arqueologia na cidade do Rio Grande**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2004.

ROCHA, Leandro Mendes. **Atlas Histórico: Goiás Pré-colonial e Colonial. Goiânia**: Ed. CECAB, 2001.

RODRIGUES, Lysias. **Roteiro do Tocantins**. 4ªed., Palmas-TO: Alexandre Acampora, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Rio dos Tocantins**. 2ªed., Palmas-TO: Alexandre Acampora, 2001.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado: A instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987**. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. **“Patrimônio, idéia que nem sempre é prática”** In A Construção da Cidade. Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Distrito Federal. Brasília, 1998.

ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2001.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. A CENOG no discurso dos seus integrantes. In: GIRALDIN, Odair. A (Trans)Formação Histórica do Tocantins. 2002. p. 89-105.

SHELLING, Vivian. A Presença do Povo na Cultura Brasileira – Ensaio sobre o pensamento de Mário de Andrade e Paulo Freire. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1991.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2003.

SILVA, Francisco Ayres da. **Caminhos de Outrora – Diário de Viagens**. Porto Nacional: Departamento Estadual de Cultura, 1972.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O que é, afinal, Estudos Culturais? 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, Patrimônio e Memória: Trajetórias e Perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP: FASPESP, 1999.

SOARES, André Luis Ramos (org.) **Educação Patrimonial: Relatos e Experiências**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

SOUZA, Jusamara Vieira & KLÜSENER, Renita (orgs). **Projetos na Escola: Registros de uma experiência em formação continuada**. Porto Alegre: UFGS, 1999.

VEIGA, Juracilda & SALANOVA, Andrés (orgs). **Questões de Educação Escolar Indígena: da formação do professor ao projeto da escola**. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB. 2001.

\_\_\_\_\_ & D' ANGELIS, Wilmar da Rocha (orgs). **Escola Indígena, Identidade Étnica e Autonomia**. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil; Instituto de Estudos da Linguagem/UNICAMP, 2003.

Anexo I – Folder Palestra sobre o cadastramento do Patrimônio Histórico Cultural de Porto Nacional

PROJETO



Conhecendo e Preservando as Cidades Históricas do Tocantins - I Etapa

Realização:



Fundação Cultural

Convênio:



Apoio:



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS



DIOCESE DE PORTO NACIONAL

CONHECENDO E PRESERVANDO O NOSSO PATRIMÔNIO CULTURAL



Fonte: Investco

Centro Histórico de Porto Nacional

A Fundação Cultural em convênio com o IPHAN e a INVESTCO, em parceria com a Prefeitura de Porto Nacional, Universidade Federal do Tocantins e Diocese de Porto Nacional, estão realizando o Inventário Histórico, Cultural e Arquitetônico de Porto Nacional. \*



Arquivo: Fundação Cultural/Tharson Lopes

Vista da Rua Francisco Aires

**CULTURA** - é todo conhecimento que uma sociedade possui e produz.

**PATRIMÔNIO CULTURAL** - diz respeito à cultura. É formado por um conjunto das realizações de uma sociedade e é construído ao longo de sua história.



Arquivo: Fundação Cultural/Tharson Lopes

Rua Joaquim Pinheiro (Rua do Cabaçaco)

## POR QUE PRESERVAR O PATRIMÔNIO CULTURAL?

Preserva-se por respeito ao direito das gerações futuras de conhecer e usufruir do que foi produzido por seus antepassados.

*Preserva-se por respeito à memória.*



Arquivo: Fundação Cultural/Emerson Silva

Folia de São Sebastião

## PATRIMÔNIO CULTURAL ESTÁ DIVIDIDO EM:

**Bens Materiais Móveis** - produção e pinturas, esculturas, mobiliários e objetos utilitários.



Arquivo: Fundação Cultural/Theris Pinto

Imagem de Nossa Senhora das Mercês

**Bens Materiais Imóveis** - edifícios, núcleos históricos, conjuntos urbanos, paisagístico, etc.



Foto: Camila Camara

Rua Francisco Aires

**Bens Imateriais** - produção cultural de um povo, desde a sua expressão musical até a sua memória oral: danças, saberes, forma de expressão e modo de fazer.



Arquivo: Fundação Cultural/Emerson Silva

Folia de São Sebastião

## UM POVO CONSCIENTE PRESERVA A SUA CULTURA.

Preservar o Patrimônio Cultural é dever de todos.

Anexo II – Convite Palestra sobre o Patrimônio Cultural de Porto Nacional / Realização NUTA e Prefeitura Municipal



Um convite ao  
resgate da História  
de Porto Nacional

**Organização:** Antonia Custódia Pedreira Neta  
Antonia Maria Simiema Lima  
Carlos Demostenes Moura Braga  
Maria Francinete S. Conceição de Souza  
Edwardes Barbosa da Silva

**Realização:** Prefeitura Municipal de Porto Nacional  
Pref. Otoniel Andrade Costa

UNITINS - Núcleo Tocantinense de Arqueologia  
Coord.: Arqueólogo Msc. Marcos A. C. Zimmermann

**Apoio:** Antônio Aires da Silva Neto  
Divino de Oliveira  
Eunice Helena G. Menestrino

**Legendas:** Fotos do convite

**Capa:** Porta da Catedral Nossa Senhora das Mercês.

**Foto 1:** Fachada do casarão do Sr. José Thomáz.

**Foto 2:** Interior do prédio da primeira escola das Irmãs Dominicanas. Atualmente prédio da Comsaúde.

**Foto 3:** Fachada da casa da família do Sr. Milton Ayres.

**Foto 4:** Fachada da casa do Sr. Laudimiro Gomes.

**Diagramação e Fotografias:** NUTA/UNITINS



## Porto Nacional

A história de Porto Nacional tem como recuada origem o Arraial de Pontal e o Arraial do Carmo, ricas minas de ouro, e seu desenvolvimento graças à navegação do Rio Tocantins e o comércio com Belém do Pará. Não se pode precisar o ano de sua fundação. Sabe-se, contudo, que nos primeiros anos do séc. XIX Porto Real já era um núcleo de certa importância, que por lei provincial de 14/11/1831, o julgado de Porto Real, foi elevado à categoria de vila (sede de município). Em 24 de abril de 1833 passa-se a chamar Porto Imperial. Em razão de seu constante desenvolvimento, Porto Imperial, pela Resolução provincial nº 333 de 13 de julho de 1861, recebe seu diploma de cidade. Com a Independência do Brasil, a toponímia de Porto Imperial foi mudada para Porto Nacional, com a Proclamação da República, conforme Decreto Estadual nº 21, de 7 de março de 1890.

Fonte: Durval Godinho



## CONVITE

**Palestras:** Os significados do Patrimônio Cultural no Brasil.  
Revitalização de Centro Histórico e Patrimônio Cultural

**Palestrantes:** Prof. Dr. Manuel Ferreira Lima Filho (Antropólogo)  
Profª. Célia Corsino (Museóloga)  
Universidade Católica de Goiás.

**Data:** 12 de setembro de 2003

**Horário:** 08:00 h às 12:00 h

**Local:** Centro Cultural Prof. Durval Godinho

**Endereço:** Av. Joaquim Ayres s/n Porto Nacional - TO

“O Patrimônio Cultural de Porto Nacional não se resume aos objetos históricos e artísticos, aos monumentos representativos da memória local ou ao seu centro histórico. Existem outras formas de expressão cultural que constituem o patrimônio vivo da sociedade portuense: artesanatos, as danças e músicas, os modos de falar, as festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares, maneiras de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, hábitos e costumes, revelam os múltiplos aspectos que demonstram a cultura dinâmica desta comunidade.”

Fonte: Antônia C. Pedreira

# RESGATE DA HISTÓRIA DE PORTO NACIONAL

MAPA DA PROVÍNCIA DA CAPITANIA DE GOIÁS EM 1809



Ruínas do Arraial do Bom Jesus do Pontal - Núcleo Formador da História de Porto Real (hoje Porto Nacional)



Barco no Tocantins (em Porto Nacional - 1930)  
Em todo tempo Porto Real foi o ponto do mais importante escambo comercial do Norte Goiano.

## Porto Nacional

Sua história, não se pode evidentemente fazê-la sem um estudo da conjuntura social e política do continente no curso dos séculos XVIII e XIX, bem como, da decisiva influência exercida pelo Rio Tocantins.

O povoado de Porto teve como recuada origem o importante Arraial de Pontal edificado distante 18 Km, a ocidente da margem direita do Rio Tocantins.

O porto escolhido pelo barqueiro Félix Camoa foi, também, aproveitado por outras pessoas. E, assim, na última década do século XVIII e alvorecer do século XIX o local foi aglomerando, onde passaram a residir pequenos agricultores, pescadores, fabricantes de barcos para escoamento do ouro para Belém do Pará e transportadores de cargas e mercadorias para Carmo e Pontal. A nova povoação foi conhecida por Arraial Novo do Porto Real do Pontal. Não se pode precisar o ano de sua fundação. Sabe-se, contudo, que nos primeiros anos do século XIX, Porto Real já era um núcleo de certa importância graças a influência da água-via do Tocantins e sua privilegiada localização no eixo entre os dois ricos povoados do Carmo e Pontal.

Diz o Cônego Pizarro em suas Memórias Históricas do Rio de Janeiro, citado pelo Brigadeiro Lisias Augusto Rodrigues em "O Rio dos Tocantins" que o núcleo formador de Porto foi fundado em 1938 por Antonio Sanches. O cônego Pizarro relata: "Na passagem do arraial do Pontal para o Carmo está o arraial Novo do Porto Real."

O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos no seu "Itinerário" fez referência a Porto Real.

Outro depoimento plenamente aceitável de que Porto Real teve suas origens no final do século XVIII está em Padre Manoel Aires de Casal, em sua clássica Corografia-Brasilica, onde faz alusão a Porto Real, que pertencia à comarca de São João das Duas Barras.

Na "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" do IBGE, relata: Porto nasceu no fim do século XVIII sob os auspícios dos bandeirantes, portugueses, auxiliados pelo braço escravo da raça africana. O ouro que abundava em profusão nas minas de Carmo e Pontal atraía os aventureiros lusitanos e mamelucos ao centro do País para enfrentar as tribos bravias que habitavam os sertões desconhecidos..." Celeramente o novo povoado se desenvolveu devido à navegação do Tocantins, única estrada sem encruzilhada e vedada à fúria dos silvícolas. Por sobre as águas desse grande rio corriam toneladas do precioso metal rumo a Lisboa. Em 1910, D. João VI, percebendo o valor do ouro existente em Goiás ou Grão-Pará, resolveu transferir para Porto Real a cabeça de julgado de São João das Duas Barras e determinou ali se transportasse o Corregedor Joaquim Teotônio Segurado..."

Por lei provincial de 14 de novembro de 1831, o julgado de Porto Real foi elevado à categoria de vila, o que vale dizer à sede de município. O declínio progressivo da mineração nos aglomerados vizinhos, o desaparecimento de Pontal e o incremento da navegação do Tocantins, proporcionadora de ativo comércio com a praça de Belém do Pará, foram os principais fatores da promoção do arraial de Porto Real a foros de vila.

Diz Alfredo Moreira Pinto em seu Dicionário Geográfico do Brasil que a instalação de Porto Imperial verificou-se a 24 de abril de 1833.

Em razão de seu constante desenvolvimento, Porto Imperial, pela Resolução provincial nº 333 de 13 de julho de 1861, recebe seu diploma de cidade, com a denominação de cidade de Porto Imperial.

Devido a Independência do Brasil, a toponímia de Porto Imperial foi mudada para Porto Nacional com a Proclamação da República, conforme Decreto estadual nº 21, de 7 de março de 1890.

Fonte: Durval Godinho



**PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO TEM UM CARÁTER SELETIVO  
VINCULADO À IDÉIA DE VER ANTECIPADAMENTE O PERIGO  
DO ESQUECIMENTO E DA DESTRUIÇÃO.**



### Anexo III

Questões aplicadas a alguns professores da rede de ensino fundamental de Porto Nacional

Nome:-----

Formação:-----

Pós –graduação:-----

Escola:-----

Disciplina(s):-----

Série(s)-----

- 1- Qual a primeira impressão ao ouvir a palavra Patrimônio?
- 2- Que relação existe entre Patrimônio e Educação?
- 3- Que noção de patrimônio ensinaria aos alunos?
- 4- Onde levaria os alunos para falar de patrimônio em Porto Nacional?
- 5- Qual relação faz entre Temas Transversais e Patrimônio Cultural?
- 6- Conhece Pontal? Mesmo sendo sua resposta negativa, considera “Pontal” como patrimônio de Porto Nacional?
- 7- Que relação vê entre as palavras: Patrimônio, Memória, Identidade, Educação?
- 8- Que sugestão(ões) apresenta para requalificar o Patrimônio Cultural de Porto Nacional?

Tomando o resultado do processo investigativo da pesquisa realizada, pela aplicação das questões acima, para entender a idéia dos professores sobre “Patrimônio Cultural”, no que compreende a (re)transmissão dessa idéia no processo do ensino-aprendizagem, o grupo entrevistado foi assim constituído:

<b>Formação</b>	<b>Percentual</b>
Nível Médio	5%
Nível Superior	90%
Especialização	5%
Total	100%

Nome do sítio Sítio Bom Jesus do Pontal

Outras designações e sigla Sítio Arqueo-histórico de Pontal

CNSA:

Município Porto Nacional

UF: TO

Localidade Fazenda Pontal

Outras designações da localidade Vizinho - Jaci Vieira / F. Zapita / Rogerio Freitas

Descrição sumária do sítio Em ruínas rico em estruturas remanescentes do período colonial pelo exploração do minério de "ouro"

Sítios relacionados: Pontal I, PT1, HI, resgate UHE - Lajeado

Nome do proprietário do terreno Jose Vicente Perreira / José Vicente / Francisco José Perreira

Endereço AV. Joaquim Aires nº 2.400 - Centro

CEP 77500-000 Cidade Porto Nacional

UF: TO

E-mail

Fone/Fax 363 - 1875

Ocupante atual Os Proprietarios

Acesso ao sítio Pela fazenda

Comprimento 700 m Largura 500 m Altura máxima: 8 m (a partir do nível do solo)

Área: m<sup>2</sup> Medição:  Estimada  Passo  Mapa  Instrumento

Nome e sigla do documento cartográfico

Ano de edição Órgão:  IBGE  DSG  Outro Escala

Delimitação da área / Coordenadas UTM

Ponto central:	Zona:	E:	N:
Perímetro:	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
	Zona:	E:	N:
<input checked="" type="radio"/> GPS	DATUM:		
<input type="radio"/> Em mapa	Margem de erro	m	

Unidade geomorfológica Serras e Morros

Compartimento topográfico Serra do Pontal

Altitude: 217 m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima Corrego Pontal e Lava Pé

Distância 100 m

Rio: Tocantins e Ribeirão Matança

Bacia: Alto Tocantins

Outras referências de localização

Vegetação atual:

<input type="checkbox"/> Floresta ombrófil	<input checked="" type="checkbox"/> Savana (cerrado)
<input type="checkbox"/> Floresta estaciona	<input type="checkbox"/> Savana-estépica (caatinga)
<input type="checkbox"/> Campinarana	<input type="checkbox"/> Estepe
<input checked="" type="checkbox"/> Capoeir	
Outra:	

Uso atual do terreno

<input type="checkbox"/> Atividade urbana	<input checked="" type="checkbox"/> Pasto
<input type="checkbox"/> Via pública	<input type="checkbox"/> Plantio
<input type="checkbox"/> Estrutura de fazenda	<input type="checkbox"/> Área não utilizada
Outro:	

Propriedade da terra  Área pública  Área privada  Área militar  Área indígena

Outra:

Proteção legal  Unid. de conservação ambiental

Em área tombada  Municipal  Estadual  Federal  Patrim. da humanidade

Categoria

<input type="radio"/> Unicomponencial	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-colonial
<input checked="" type="radio"/> Multicomponencial	<input checked="" type="checkbox"/> De contato
	<input checked="" type="checkbox"/> Histórico

Tipo de sítio Arqueo-Histórico

Forma Cidade Retangular

Tipo de solo Muito pedregoso (cascalho)

Estratigrafia

Contexto de deposição  Em superfície  Em profundidade

Exposição  Céu aberto  Abrigo sob rocha  Gruta  Submerso  
 Outra:

Estruturas

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Áreas de refugio                         | <input checked="" type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas |
| <input type="checkbox"/> De Lascament                             | <input type="checkbox"/> Círculos de pedra                           |
| <input type="checkbox"/> De Combustão<br>(fogueira, forno, fogão) | <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de                         |
| <input checked="" type="checkbox"/> Funerárias                    | <input type="checkbox"/> Fossas                                      |
| <input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de edificação       | <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila            |
| <input checked="" type="checkbox"/> Vestígios de mineração        | <input type="checkbox"/> Palafitas                                   |
| <input checked="" type="checkbox"/> Alinhamento de pedras         | <input type="checkbox"/> Paliçadas                                   |
| <input type="checkbox"/> Manchas pretas                           |  |
| <input checked="" type="checkbox"/> Concentrações cerâmica        | Quantidade grande  |

Outras:

Artefatos:

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Lítico lascado           | <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Lítico polido | <input type="checkbox"/> Sobre concha        |
| <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico  |  |

Outros vestígios líticos:  
machado

Material histórico Cerâmica; Porcelana; Telhas; Ferro; etc

Outros vestígios orgânicos:

Outros vestígios inorgânicos

Acervo / Instituições: Núcleo Tocantinense de Arqueologia - Nuta

Números de catálogo

Arte rupestre:  Pintura  Gravura  Ausente

FILIAÇÃO CULTURAL:

Artefatos líticos: Tradições  
Fases:  
Complementos  
Outras atribuições

Artefatos cerâmicos Tradições  
Fases:  
Complementos  
Outras atribuições

Arte rupestre: Tradições  
Estilos  
Complementos  
Outras atribuições

Datações absolutas

Datações relativas

Grau de integridade  mais de 75%  entre 25 e 75%  menos de 25%

Fatores de destruição  Erosão eólica  Erosão fluvial  Vandalism  
 Erosão pluvial  Atividades agrícolas  
 Construção de estrada  Construção de moradias

Outros fatores naturais Fragmentação de rochas por incidência solar.

Outros fatores antrópicos Desmatamento, pastagem, pisoteio de animais.

Possibilidades de destruição Sim, em função dos fatores naturais e antrópicos.

Medidas para preservação Educação Patrimonial, Salvamento dos Vestígios.

Relevância do sítio  Alta  Média  Baixa

Atividades desenvolvidas no local  Registro  Sondagem ou Corte estratigráfico  
 Coleta de superfície  Escavação de grande superfície  
 Levantamento de grafismos rupestre

Nome do responsável pelo registro: Marcos Aurelio C. Zimmermann / Odemar F. Dias

Endereço Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA/UNITINS

CEP 77500-000 Cidade Porto Nacional

UF: TO

E-mail maczneta@unitins.br

Fone/Fax: (63) 363-2101

Data do registro 12/8/2003

Ano do registro: 2003 (para quando a data completa não puder ser informada)

\* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

**Nome do projeto**

**Nome da instituição** Núcleo Tocantinense de Arqueologia - NUTA

**Endereço** Caixa Postal 142

**CEP** 77500-000 **Cidade** Porto Nacional

**UF:** TO

**E-mail** nuta@unitins.br

**Fone/Fax** (63) 363 - 2101

<b>Documentação produzida (quantidade)</b>	<b>Mapa com sítio plotado:</b> 1	<b>Foto preto e branco:</b>
	<b>Croqui:</b> 1	<b>Reprografia de imagem:</b>
	<b>Planta baixa do sítio:</b> 1	<b>Imagem de satélite:</b>
	<b>Planta baixa dos locais afetados:</b> 1	<b>Cópia total de arte rupestre:</b>
	<b>Planta baixa de estruturas:</b> 1	<b>Cópia parcial de arte rupestre:</b>
	<b>Perfil estratigráfico:</b>	<b>Ilustração do material:</b>
	<b>Perfil topográfico:</b> 1	<b>Caderneta de campo:</b> 1
	<b>Foto aérea:</b>	<b>Vídeo / filme:</b> 1
	<b>Foto colorida:</b> 72	<b>Outra:</b> 1

**Bibliografia**

Atlas do Tocantins; subsídios ao planejamento da gestão territorial; Governo do Estado do Tocantins; Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN - Palmas, 1995.

**Observações**

**Responsável pelo preenchimento da ficha** Marcos Aurelio Camara Zimmermann

**Data:** 12/8/2003 **Localização dos dados** NUTA

**Atualizações** Antonia C. Pedreira

**Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_



Estrutura de muro de pedras localizada na rua principal da antiga Vila do Pontal

Núcleo Tocantinense de Arqueologia da UNITINS

